Publicações legais

EDITAL DE PUBLICAÇÃO PARA ALIENAÇÃO DO BEM PENHORADO POR INICIATIVA PARTICULAR

Nos termos do artigo 880 do Código de Processo Civil, faz-se público que será realizada a alienação particular do bem penhorado da parte executada, a fim de instruir os autos nº 0003518-08.2021.8.16.0077 de Execução de Título Extrajudicial, que a CODPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÓ SICCOBS ARENITO PARANÁ / SÃO PAULO (CNP): 07.026.923/0001-61) move contra ADENILSON MIOTTI (CPF: 795.090.029-68), MICHELLE HELLEN DE SOUZA MIOTTI (CPF: 884.757.609-10) e SOUZA & MIOTTI LTDA.-ME (CNP): 20.771.543/0001-10) na forma abaixo:

Bem a ser alienado: VEÍCULO Marca/Modelo: GM/ASTRA HB 4P ADVANTAGE, PLACAS AUW7564, CHASSI 9BGTR48J0BB338185. ANO 2011/2011. COR PRATA. RENAVAM 416655351.

 Avaliação do Bem: R\$ 27.113,27 (vinte e sete mil, cento e treze reais e vinte e sete centavos) conforme Avaliação do seq. 172.2, realizado em data de 14/05/2024, atualizada pelo INPC. - VALOR DO BEM PARA VENDA: R\$ 36.148,00 (TRINTA E SEIS MIL E CENTRO E QUARENTA E OITO REAIS).

CONSIGNANDO A POSSIBILIDADE DE COMPRA, OBSERVANDO O PRECO MÍNIMO DE 60% (SESSENTA POR CENTO) DO VALOR DA AVALIAÇÃO.

-Condições de Pagamento: POSSIBILIDADE DE ENTRADA DE 20% (VINTE POR CENTO) E PAGAMENTO DO RESTANTE EM 5 (CINCO) PRESTAÇÕES MENSAIS, IGUAIS E SUCESSIVAS, ATUALIZADAS PELO INPC.

O interessado na alienação deverá formular proposta nos autos, que será devidamente homologada; após o adimplemento de todas as parcelas (que serão depositadas em juízo), será expedida a ordem de entrega, na forma do art. 880, § 2º, do Código de Processo Civil.

Observação do Oficial de Justiça em 14/05/2024 (seq. 172.2): O veículo apresenta pequenos riscos na lataria e para-choques. Pneus traseiros 'meia vida' e dianteiros um pouco mais gastos. Não foi possível aferir seu estado de funcionamento, pois as chaves não foram disponibilizadas no dia da vistoria e, a oque tudo indica, está com a bateria descarregada, razão pela qual também não foi possível identificar a quilometragem rodada. - Ônus e Recursos Pendentes: Podem existir ônus diversos não informados no processo ou com registro posterior

<u>Obs.</u>: Custas, apresentação da proposta nos autos e/ou mandado de entrega, serão de responsabilidade do comprador.

INTIMAÇÃO: Caso os executados ADENILSON MIOTTI (CPF: 795.090.029-68), MICHELLE HELLEN DE SOUZA MIOTTI (CPF: 884.757.609-10) e SOUZA & MIOTTI LTDA.-ME (CNPJ: 20.771.543/0001-10), através de seus representantes legais, não sejam encontrados, ficam, desde já, intimados através do presente edital, bem como ficam intimados os eventuais terceiros interessados.

OBSERVAÇÃO: Art. 880. Não efetivada a adjudicação, o exequente poderá requerer a alienação por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor ou leiloeiro público credenciado perante o órgão judiciário. § 1º O juiz fixará o prazo em que a alienação deve ser efetivada, a forma de publicidade, o preco mínimo, as condições de pac o prazo en que a alientação ever se reteviousa, o rollina de pulcinualer, o preço minimo, as consições de pagaimento, as garantias e, se for o caso, a comissão de corretagem. § 2º A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, expedindo-se: I - a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel; II - a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel.

A alienação será feita ao proponente que oferecer a melhor oferta, desde que compatível com o valor mí estipulado, observando-se a preferência do credor.

para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, para que no futuro não aleguem ignorância ou boa-mando expedir o presente que será publicado no Jornal Ilustrado e Tribuna Hoje. Umuarama-Pr, *data da assinatura digital*.

GOV.DY FABIO JUNIO WAR

Data: 12/05/2025 22:43:25-0300

Varificus am https://balldar.iti.gov.br.

JAIR SOLIN CRESPO
Data: 13/06/2025 09:07:39-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.b

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2025 - PMU O MUNICÍPIO DE UMUARAMA - PR., torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 07 de agosto do ano de 2025, na plataforma www.bll.org.br, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
R. Brasilia- Distrito de Serra dos Dourados	Implantação de sistema de iluminação em campo de futebol	60,00 unidades de luminária	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura Umuarama e na plataforma www.bll.org.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

UMUARAMA, 14 de JULHO de 2025. CARLOS SIMÕES GARRIDO JÚNIOR - MUNICÍPIO DE UMUARAMA DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

DECRETO N. 3615/2025 DATA: 15/07/2025

SÚMULA: Adjudica e homologa resultado do Processo Administrativo nº 078/2025, Inexiaibilidade O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Agente de Contratação, Sr. Marilda Rosa do N

CONSIDERANDO parecer jurídico emitido pelo Procurador Jurídico Sr. Roberto Gonçalves Delfin CONSIDERANDO parecer técnico emitido pela Diretora de Controladoria Interna Sra. Fabiane

Art. 1°) Fica Adjudicado em favor da empresa THALITA CRISTINA CONCHON DE SIQUEIRA 04805416980, CNPJ: 34.656.682/0001-07, o resulta Inexigibilidade de Licitação, nº 030/2025. Art. 2º) Fica Homologado o resultado do Processo Administrativo nº 030/2025, Inexigibilidade

de Licitação, nº 078/2025 em favor da empresa: THALITA CRISTINA CONCHON DE SIQUEIRA 04805416980, CNPJ: 34.656.682/0001-07, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DO SETOR ARTÍSTICO MUSICAL: MAESTRO SAMUEL DE SIQUEIRA, CONSAGRADO PELA CRÍTICA ESPECIALIZADA E OPINIÃO PÚBLICA, VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REGÊNCIA MUSICAL E MINISTRAÇÃO DE AULAS TEÓRICAS E PRÁTICAS DE MÚSICA ABRANGENDO DIVERSOS INSTRUMENTOS MUSICAIS CONFORME AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO – PR.

Art. 3º). Este decreto entrará em vigor na data de publicação. Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 15 dias do mês de Julho de 2025. LUIZ ELISEU DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 045/2025 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPA DE ALTO PARAÍSC

CONTRATADO: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ CNP.I: 76 610 591/0001-80

PROCESSO Nº 007/2025

PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2025 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO DEDICADO À INTERMEDIAÇÃO DE "PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES" SUPERVISIONADO, CONFORME DISPÕE A LEI FEDERAL N. 11.788/2008. E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, LEIS

CONTOTAME DISPOS A LE FEDERAL N. 11.760/2006. E LEGISLAÇÃO MUNIOFAL, LEIS ORDINÁRIAS 001/2006, 506/2020, 498/2020 e 563/2022. CONFÓRME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL – ANEXO I.

VALOR DO CONTRATO: 231.691,74 (duzentos e trinta e um mil, seiscentos e noventa e um reais e setenta e quatro centavos).
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 01/07/2025.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/02/2026 FORUM: COMARCA DE XAMBRÊ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 119/2023 PROCESSO DISPENSA Nº 003/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO № 067/2023

CONTRATADO: MARIA SALETE VIEIRA DA SILVA OBJETO: LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 14, DA QUADRA 53, LOCALIZADO À AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO – PR, COM A FINALIDADE DE LOCAÇÃO PARA O ALMOXARIFADO DO PAÇO MUNICIPAL,

SENDO RESPONSÁVEL PELA GUARDA A SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR CONTRATUAL Fica alterada a Cláusula Terceira do contrato, passando o valor total a ser de R\$ 82.170,36 (oitenta e dois mil, cento e setenta reais e trinta e seis centavos), sendo o valor mensal de R\$ 2.282,51 (dois mil, duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta e um centavos), a serem pagos impreterivelmente até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da locação do imóvel, mediant apresentação de fatura ou depósito em conta corrente do CONTRATADA.

O valor original deste aditivo é de R\$ 27.390,12 (vinte e sete mil, trezentos e noventa reais e

CLÁUSUÍ A SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORCAMENTÁRIAS Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato nº 119/2023, estabelecendo que as despesas oriundas

do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

 Desp.
 Elemento
 Descrição
 Funcional
 Unidade
 Principal

 997
 339036150000
 LOCACAO DE IMOVEIS
 03.02..04.122.0003.2.011
 DIV.

 ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA
 995

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA Fica alterada a Cláusula Segunda do Contrato nº 119/2023, prorrogando-se o prazo de vigênci contratual até 13/07/2026 CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO PRESENTE ADITIVO

O presente Termo Aditivo entrará em vigor a partir de 13/07/2025, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

FORO: Comarca de Xambrê, Estado do Para

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

CNP.I 78 202 181/0001-26

Rua Sebastião Pereira de Oliveira, 2131 - Centro - Cx. Postal 02 - 3656-1333 44-- CEP 87580-000

ALTO PIQUIRI - Paraná

www.cmaltopiquiri.pr.gov.br ca ATO DA PRESIDÊNCIA Nº. 016/2025 camalpi@hotmail.com

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Art. 1º. - O Presidente da Câmara Municipal de Alto Piquiri, Estado do Paraná, no uso das suas legais atribuições, amparado no Art. 106, Inciso IV do Regimento Interno desta casa de Leis, convoca os senhores vereadores (a) para duas Sessões Extraordinárias a serem realizadas dias 16 (dezesseis) e 17 (dezessete) de Julho do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), às 11 (onze) horas e 30 (trinta) minutos.

Art. 2º. - Este Ato da Presidência entrará em vigor na data de sua publicação. CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI. Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do

mês de Julho do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco) REGINALDO DE SOUZA FREÌRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 62/2025

DOS ADMITIDOS NO REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL- PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 128/2024 Objeto do Edital nº 58 de 18 de junho de 2025 AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40 HORAS SEMANAIS

www.ilustrado.com.br/publicacoes-legais/

Nome SAMIRA TOLENTINO MARTINS Class. 325° Secretaria Municipal de Educação 21/07/2025 14481553 R\$ 1.676,16 KAUAN WILLIAM SANTIAGO Secretaria Municipal de Educação 21/07/2025 154023569 R\$ 1.676.16 MARCIA DE MORAES LUCILENE DE BONA 21/07/2025 21/07/2025 21/07/2025 48074952 127791538 R\$ 1.676,16 R\$ 1.676,16 Secretaria Municipal de Educação 338° Secretaria Municipal de Educação VÂNIA MARIA HORVATH BAPTISTA Secretaria Municipal de Educação 348° R\$ 1.676.16

PAÇO MUNICIPAL, Umuarama, 14 de julho de 2025. ALEXANDRE FAKER RIBEIRO

Diretoria de Recursos Humano ANTONIO FERNANDO SCANAVACA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 64/2025 DOS ADMITIDOS NO REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL- PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 128/2024

Obieto do Edital nº 58 de 18 de junho de 2025 AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40 HORAS SEMANAIS

RG 132489084 Salário R\$ 1.676,16 Class. 341° Lotação HUESLEI FELICIANO DE LIMA Secretaria Municipal de Agricultura 16/07/2025

PAÇO MUNICIPAL, Umuarama, 14 de julho de 2025. ALEXANDRE FAKER RIBEIRO Diretoria de Recursos Human

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA Prefeito Municipa

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 63/2025 DOS ADMITIDOS NO REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL- PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 159/2023 Obieto do Edital nº 60 de 25 de junho de 2025

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 HORAS SEMANAIS Class.

Nome DEBORA REGINA DOS SANTOS 254° Secretaria Municipal de Educação 21/07/2025 130011667 R\$ 4.867.77 MARIANA CAPARROS SOARES THAIS VIEIRA SILVA Secretaria Municipal de Educação 13.127.163-8 258° Secretaria Municipal de Educação PAÇO MUNICIPAL, Umuarama, 14 de julho de 2025.

ALEXANDRE FAKER RIBEIRO Diretor de Recursos Humanos ANTONIO FERNANDO SCANAVACA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2025

DATA DA ABERTURA: 21 de julho de 2025.

HORÁRIO: 08:00min às 14h00min DURAÇÃO: 06 horas

OBJETO: Contratação de empresa especializada em vidraçaria para fornecimento de vidros acessórios correlatos e serviços de instalação, visando atender às necessidades e demandas

TIPO: Menor Preço - Global REGIME CONTRATAÇÃO: Compras

VALOR ESTIMADO: R\$ 59.259,54(cinquenta e nove mil, duzentos e cinquenta e nove reais

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021, torna público aos interessados que a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, pretende realizar processo de contratação direta para Contratação de empresa especializada em vidraçaria para fornecimento de vidros, acessórios correlatos e serviços de instalação, visando atender às necessidades e demandas específicas. Podendo eventuais interessados apresentar Proposta de Preços no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais var A proposta de Preços poderá ser entregue no Setor de Licitação do PAÇO MUNICIPAL DE ALTC PIQUIRI – PR em envelope lacrado com protocolo, sito a com sede à Rua Santos Dumont, 341 -Centro- CEP - 87.580-000, em dias úteis ou pelo E-mail: dispensa.altopiquiri@gmail.com somento no dia 21 de julho de 2025 das 08h00min até às 14h00min para Apresentação da Proposta de Preços. As propostas enviadas por e-mail devem incluir no título do e-mail a indicação da Dispensa à qual se referem. As CONDIÇÕES DE PAGAMENTO são conforme a retirada - 30 dias após a quia se reterior. As Control CLS DE L'AGANITHO Sao Conforme a retirada - 30 dias apos a emissão da Nota Fiscal. O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município (http://www.altopiquiri.pr.gov.br/) "Portal Transparência" e no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) ou através do Email: dispensa.altopiquiri@gmail.com.

Conforme o Decreto Municipal nº 1870/2023 o processo poderá ser exclusivo para participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) sediadas na área de abrangência da AMERIOS (Associação dos Municípios de Entre Rios), que terão preferência na contratação. Alto Piquiri – PR, 14 de julho de 2025. GIOVANE MENDE DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA N.º 23/2025

DATA DA ABERTURA: 21 de julho de 2025.

DATA/HORÁRIO DE INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 14 de julho de 2025 às DATA/HORÁRIO DE TÉRMINO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 21 de julho de 2025 às

COCAL: https://bllcompras.com/Home/Login.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e entrega de brinquedos e demais itens destinados à estruturação de espaços lúdicos e educativos voltados ao atendimento de crianças de 0 a 6 anos de idade. Os materiais visam promover ambientes adequados ao desenvolvimento infantil no âmbito da Primeira Infância. Os itens serão destinados à Casa Abrigo Renascer e ao prédio do CAICAF. onde funciona o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos (SCFV), ofertado pelo CRAS. TIPO: Menor Preço – Por Item. REGIME CONTRATAÇÃO: Compras.

VALOR ESTIMADO: R\$ 17.473,47(dezessete mil, quatrocentos e setenta e três reais e quarent

Processo exclusivo para participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte

(EPP) sediadas na área de abrangência da AMERIOS (Associaç que terão preferência na contratação. A exclusividade e a preferência serão aplicadas desde que haja, no mínimo, 3 (três) fornecedore competitivos, devidamente enquadrados como ME ou EPP, com sede local ou regional, aptos a atender todas as exigências do instrumento convocatório. Caso não haja o número mínimo de

fornecedores, a contratação poderá ser estendida a empresas de outras localidades CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme a retirada - 30 dias após a emissão da Nota Fiscal Maiores informações poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de Alto Piquiri, pelo site www.altopiquiri.pr.gov.br, pelo telefone (44)3656-8000 ou no Departamento de Licitações, desta Prefeitura Municipal, de Segunda à Sexta-Feira, no horário das 07:30 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas ou pelo e-mail licitacao@altopiquiri.pr.gov.br.

Alto Piquiri - Pr, 14 de julho de 2025 GIOVANE MENDES DE CARVALHO

MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL - PR

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025

O MUNICIPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL torna público que às 9h do dia 29 de julho de 2025 na Sala de Licitações localizada no Paço Municipal, por meio da plataforma https://www.gov.br. compras/pt-br/, UASG: 985521 realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento menor preço por item, pelo modo de disputa aberto, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, obedecendo as disposições da Lei Federal n° 14.133/2021, subsidiariamente a IN 73/ SEGES

para aquisição de: DBJETO: Contratação de empresa especializada para eventual fornecimento de materiais de construção através de Registro de preços para atender as necessidades do Município de Brasilândia do Sul.

Desantanta do vince. RECURSOS: Tesouro Municipal.

ABERTURA: Às 9h (nove horas) do dia 29 (vinte e nove) de julho de 2025 (dois mil e vinte e cinco) PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS: R\$697.357,00 (seiscentos e noventa e sete mil trezentos e cinquenta e sete reais). Brasilândia do Sul - PR, 15 de julho de 2025

ALEX ANTONIO CAVALCANTE PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

TERMO ADITIVO Nº 01 AO ATA R. P. PREGÃO Nº 018/2024, ID Nº 2933 QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E T. RONQUI ATACADISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Av. Barão do Rio Branco, nº. 767, inscrito no CNP. do Ministério da Fazenda sob nº. 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA, a seguir denominado CONTRATANTE e do outro lado T. RONQUI ATACADISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA, Pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua Lisboa, nº 3240, Jardim Panorama, CEP, 87,501-640 na cidade de Umuarama no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 31.651.344/0001-94, e na Inscrição Estadual sob o nº 907.94673-80, telefone nº (44) 9.8818-6967, e-mail: tiagoronqui@hotmail com, neste ato representado por seu sócio Administrador: Jacqueline Siqueira da Silva Ronqui brasileira, portador da Cédula de Identidade RG n.º 11.109.955-3, inscrito no CPF/MF sob n.º 084.139.689-25, residente e domiciliado à Rua Sergije, nº 5551, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, firmam o presente TERMO ADITIVO, VIGENCIA, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços até a data 04/07/2026, contados do término do prazo inicialmente estabelecido, ou seja, do dia 04/07/2025, mediante ao Edital PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 56/2024, Modalidade LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 18/2024, homologado em 04/07/2024, alteração essa Fu

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da Ata de

vias, para um só efeito legal PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mi

e vinte cinco(04/07/2025). MUNICÍPIO DE DOURADINA-PR Contratante

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

PORTARIA Nº 432, DE 11 DE JULHO DE 2025

Oberdam José de Oliveira Prefeito Municipal

Designa responsável pelo SIC - Serviço de Informações ao Cidadão do Município de Douradina

e dá outras providências O Prefeito do Município de Douradina/PR, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o Decreto nº 229, de 17 de novembro de 2023, que regulamenta a Lei Federa nº 12.527, de 12 de novembro de 2011 - Lei de Acesso de Informações

Art. 1º Designar a servidora MARIA REGINA DOS SANTOS – Matrícula 174, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para responder pelo SIC – Serviço de Informações ao Cidadão do Município de Douradina. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Douradina/PR. 11 de julho de 2025.

no artigo art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021. PREFEITO MUNICIPAL Registro de Preço do Pregão Original nº 018/2024. E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 04(quatro

T. Ronqui Atac, de Gêneros Alimentícios Ltda

Estado do Paraná

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Douradina – PR, no uso de suas atribuições legais avisa a todos os interessados em participar do Pregão Eletrônico nº 24/2025, processo nº 50/2025, destinado a Contratação de empresa especializada para fornecimento de lousas e equipamentos, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, de Douradina-PR., com abertura prevista para às 09h00min do dia 16 de julho de 2025, QUE A SESSÃO PÚBLICA ESTÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório/Edital nº 005/2025 Inexigibilidade nº 004/2025 Referente a solicitação de homologação, datada de 14 de julho de 2025, pela gual o Agente de

Contratação (designado pela portaria nº 020/2025), insta ato homologatório para contratação da empresa MK CONSULTORIA & CAPACITAÇÃO, inscrita no CNPJ nº 48.173.712/0001-39, para realizar treinamento continuado em licitações e contratos, revisar os instrumentos da fase interna da licitação e prestar consultoria em licitações , no valor global de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), por inexigibilidade, com base no art. 74, inciso III, alínea f, da Lei 14.133/23 e suas

Recorde-se que o objetivo da contratação é aprimorar competências, assegurar a qualidade dos documentos e otimizar os processos licitatórios para a Câmara Municipal, visando garantir a conformidade com a legislação vigente e assegurar uma gestão eficiente e transparente dos FUNDAMENTO PARA INEXIGIBILIDADE: Conforme constam as informações contidas na

solicitação de homologação do Agente de Contratação, bem como no Termo de Referência anexo ao presente processo, e parecer jurídico também acostado aos autos, a contratação direta está amparada no art. 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal nº. 14.133/2021. Portanto, HOMOLOGO a contratação por INEXIGIBILIDADE de licitação com a melhor qualidade e menor desembolso, nos termos legais aplicáveis a espécie, bem como fundado nos idôneos atos e fatos jurídicos constantes do presente Procedimento de Inexigibilidade nº 004/2025 (processo nº 005/2025), e ainda sempre com base nas razões expostas no presente processo Brasilândia do Sul/PR, 15 de julho de 2025. ROGERIO CIPRIANO DA CRUZ

Presidente da Câmara Municipal de Brasilândia do Sul/PR

CAMARA MUNICIPAL DE BRASILANDIA DO SUL

ATO DA MESA nº. 005/2025, de 14 de julho de 2025. Dispõe sobre o período de recesso parlamentar da Câmara Municipal de Brasilândia do Sul Estado do Paraná.

A Mesa Diretiva da Câmara Municipal de Brasilândia do Sul. Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o Regimento bem como o que determina a Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 1º Com fundamento no art. 57 da Constituição da República, fica decretado o recesso parlamentar entre os dias 17 de julho a 1º de agosto do corrente ano.

Art. 2º Durante o período de recesso o funcionamento administrativo da Câmara Municipal não Ant. 2 Datama e periodo de l'ecesso o initiatoriamino daministrato de camara Maniopar has sofrerá interrupção, mantendo-se o atendimento ao público no Serviço Público executado pela Câmara Municipal de Brasilândia do Sul conforme escala elaborada pela Presidência.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação. Brasilândia do Sul/PR, 14 de julho de 2025. ROGÉRIO CIPRIANO DA CRUZ Presidente ILSON MARCOS DOS SANTOS JUNIOR

Vice-Presidente
VALDECIR ANDRADE DA SILVA HAROLDO PIRES RAMOS Segundo Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

ESIGUO DO PATATIA DECRETO Nº 180/2025, DE 25 DE JUNHO DE 2025 SÚMULA: NOMEIA EDUARDA LIMA DE OLIVEIRA PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO,

DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS. PEDRO MINORU INOUE - Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e, de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 01/2010, de 24 de fevereiro de 2010 e suas alterações posteriores,

Art. 1º - Fica nomeada EDUARDA LIMA DE OLIVEIRA brasileira, solteira, inscrita na CI/RG sob nº 14.739.722-4/PR e CPF sob nº 126.133.179-65, para exercer o Cargo em Comissão de ASSESSORA TÉCNICA COM 2º GRAU COMPLETO, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração referente a sigla CC-04, a partir de 02 de julho de 2025

ute 2023. Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Art. 3º - PUBLIQUE-SE, DIVULGUE-SE, CUMPRA-SE. Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

PEDRO MINORU INOUE PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

seguintes dotações:

. Abre crédito suplementar por remaneiamento de dotação embasado no disposto no artigo 20, § 2º, da Lei 2.531/2024 e artigo 7°, § 2°, da Lei 2.535/2024, e, da outras providências.

ALEXANDRE LUCENA, prefeito municipal de Cidade Gaúcha, no uso de minhas atribuições

nanejamento de dotação no montante de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), com a seguinte ordem classificatória: SEC. ED., CULTURA E ASS, UNIVERSITÁRIOS DIVISÃO DE CULTURA | Ft | Fc | 1339212542054 | Manutenção das atividades de cultura | 000 | 2303 | 3.3.90.39 | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 140.000,00 Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior, serão permutadas parciali

Art. 1º Fica nos termos do disposto no artigo 7º, § 2º, da Lei Municipal 2.535/2024 e artigo 20, § 2º, da Lei Municipal 2,531/2024, aberto no corrente exercício financeiro, crédito suple

SEC. ED., CULTURA E ASS, UNIVERSITÁRIOS DIVISÃO DE CULTURA 0412212562056 Assuntos universitários 3.3.90.14 Diárias – pessoal civil 100.000,00 Material de consumo 40.000,00 000 2219

Art. 3º O presente crédito adicional suplementar por cancelamento, não contará no limite estabelecido para tais créditos adicionais suplementares, conforme estabelecido no artigo 20, §

4º, da Lei 2.531/2024 e artigo 7º, § 4º, da Lei 2.535/2024. Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposiçõe:

Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, 15 de julho de 2025 ALEXANDRE LUCENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL – PR EXTRATO DE TERMO ADITIVO № 001

À Ata de Registro de Preços Nº 107/2024, firmada em 26 de julho de 2024 PARTES: MUNICIPIO DE BRASILANDIA DO SUL e LUIS CARLOS L MATOS - CNPJ

47.878.470/0001-16; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (ETANOL) DESTINADO AO ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL. Alteração: Prorrogação do prazo e alteração do valor Data da assinatura deste Termo: 14/07/2025. ALEX ANTONIO CAVALCANTE

LUIS CARLOS L MATOS LUIS CARLOS L MATOS - CNPJ 47.878.470/0001-16; Departamento de Licitações e Contratos Brasilândia do Sul-PR Onde lia-se: EXTRATO DE TERMO ADITIVO № 001

Agora lê-se EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 002

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

SUSPENSA, para responder a impugnação. A nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Douradina-PR. 15 de julho de 2025.

Sara Daniele Gonçalves

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

PORTARIA N° 415

De 02 de julho de 2025

Constitui Comissão Especial para recebimento e conferência de produtos, materiais em geral, bens, serviços e/ou obras públicas e dá

O Prefeito do Município de Douradina, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Municípi

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial para recebimento conferência de produtos, materiais em geral, bens, serviços e/ou obras públicas contratados ou adquiridos pelo Município de Douradina, composta pelos seguintes membros:

 Anderson Ribeiro Daldosso; I – Gustavo Lima Fabri;

III - Cassia Ortiz Ferreira Aldrique IV - João Paulo Laurindo

– Adriano Araújo Ferreira VI - Marta Aparecida Gurtler

VII - Inês Pereira Ribeiro VIII – Valdeci Christofolli

IX - Rodrigo Wesley Sobreira Revesso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando a Portaria nº 531, de 03 de dezembro de 2021, bem comtodas as disposições em contrário

Douradina/PR, 02 de julho de 2025

Oberdam José de Oliveira Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

DATA: 15/07/2025

SÚMULA: Adjudica e homologa resultado do Processo Administrativa nº 074/2025, Pregão Eletrônico, nº 031/2025. O Prefeito Municipal de Alto Paraíso. Estado do Paraná, no uso de sua

atribuições legais, e CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Pregoeiro, Sr. Uesla Gonçalves Rodrigues da Silva;

CONSIDERANDO parecer jurídico emitido pelo Procurador Jurídico Sr Roberto Gonçalves Delfin; CONSIDERANDO parecer técnico emitido pela Diretora de Controladoria Interna Sr. Fabiane Cardoso Zagoto.

Art 1º) Fica Adjudicado o lote I em favor da empresa 43914 673 Alt. 1) Fica Adjudicado o lote i em lavor da empresa 43914.073 EMILAINE CAMILA FURLANETO RIBEIRO, CNPJ: 43.914.673/0001-60, o resultado do processo licitatório nº 074/2025, Pregão Eletrônico

nº 031/2025. Art. 2°) Fica Homologado o resultado do processo licitatório nº 074/2025 Pregão Eletrônico, nº 031/2025, o lote I em favor da empresa 43914.673 EMILAINE CAMILA FURI ANETO RIBEIRO, CNP.I. 43 914 673/0001 60, que tem como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS BEBÊ, COMPOSTOS POR ITENS ESSENCIAIS DE HÍGIENE, VESTUÁRIO E CUIDADOS BÁSICOS PARA RECÉM-NASCIDOS, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÁS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL DE ALTO PARAÍSO, OS KITS SERÃO SOLICITADAS DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA SOLICITANTE, ONDE DEVERÃO SER ENTREGUES NOS LOCAIS ESPECIFICADOS. DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PARTICULARES DESTE EDITAL

Art. 3º). Este decreto entrará em vigor na data de publicação. Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 15 dias do mês

de julho de 2025. LUIZ ELISEU DOS SANTOS Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 152/2024, QUE ENTRE
SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI E A EMPRESA
ALUGALILA – USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E
SERVIÇOS LTDA – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2024 – CONCORRÊNCIA Na 07/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Santos Dumont, no 341, em Alto Piquiri/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o no 76.247.352/0001-08, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Giovan Mendes de Carvalho, brasileiro(a), portador da Cédula de Identidad Civil RG sob no 7.986.071-9 e inscrito no CPF/MF no 026.798.539-89 residente e domiciliado neste Município e; CONTRATADA: ALUGALILA – USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES

E SERVICOS LTDA, CNPJ 05.826.387/0001-53, localizada na Rodovia PR 323, Km 326 + 700m, em Perobal/PR, endereço eletrônico: alugalila@gmail.com, telefone: (44)3625-1649, representada por MARLI APARECIDA PENARIOL DE SOUZA, portador(a) da cédula no 829.589.049-20, residente na Rua Cambé, no 3925, Edificio Onix apartamento 1701 Zona 2 CEP 87 502- 160 UMUARAMA/PR denominada CONTRATADA. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui obieto do presente termo aditivo acréscimos, supressões e prorrogações de prazo e vigência, conforme processo administrativo

CI ÁUSUI A SEGUNDA – DA SUPRESSÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ACRÉSCIMO

Fica alterado o contrato em epigrate para suprimir quantitativo de itens planilhados, conforme planilha que integra o processo administrativo no 50/2024 com fundamento no art. 125 da Lei no 14.133/21. 50/2024 com fundamento no art. 1923 da Lei no 14. 133/21. Em consequência da alteração, será suprimido o valor de R\$ 19.811,55 (Dezenove mil, oitocentos e onze Reais e cinquenta e cinco centavos).

Fica alterado o contrato com o fim de acrescer quantitativo de iten planilhados e não planilhados, conforme planilha que integra o process administrativo, com fundamento no art. 125 da Lei no 14.133/21.

Em consequência da alteração, será acrescido ao valor do contrato montante de e R\$ 171.239,08 (Cento e setenta e um mil, duzentos trinta e nove Reais e oito centavos). Consequentemente, considerando acréscimos e supressões o valor final do contrato passará a ser de R\$ 1.784.427,53 (Um milhão,

setecentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete Reais e cinquenta e três centavos). CLÁUSULA QUARTA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no art. 105 da Lei no 14.133/21, fica prorrogado o prazo de EXECUÇÃO contratual, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, passando a vencer em 24/10/2025. Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no art. 105 da Lei no 14.133/21, fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA contratual,

pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, passando a vencer en CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor acrescido ao contrato correrá por conta da seguinte rubric

orçamentária: 10.001.15.451.0010.1.276
CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL A Contratada obriga-se a reforçar a garantia na mesma modalidade originalmente prestada, com o valor devidamente atualizado para 5% (cinco por cento) do valor do contrato somado aos acréscimos

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RATIFICAÇÃO Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo

em 03 (três) vias de igual teor e validade, diante das testemunhas

Alto Piquiri,26 junho de 2025. MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI Contratante

ALUGALILA - USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA Contratada

CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS **DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

RESOLUÇÃO: 016/2025 SUMULA: Dispõe sobre a aplicação da Prova de Conhecimentos Específicos do Processo de Escolha Suplementar para Conselheiros Tutelares, referente aos temas: Direito da Criança e do Adolescent e Noções Básicas de Informática.

O CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, tendo po base a da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei 12.696 de 26 de julho de 2012 e a Lei Municipal nº 797/2018 de 27/03/2018 e Lei Municipal 925/2020 de 14/06/2020, e conforme previsto no Edital nº 01/2025 - CMDCA,

RESOLVE: Art. 1º - Da Aplicação da Prova

A Prova de Conhecimentos Específicos será aplicada no dia 17 de julho de 2025 (quinta-feira), às 13h30min, no seguinte local Secretaria Municipal de Assistência Social

Rua Rio Negro, nº 1247 - Centro - Tapira/PR. Art. 2º - Da Composição da Prova

5 (cinco) questões sobre Nocões Básicas de Informática 5 (cinco) questões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescent

(ECA): . Cada questão valerá 10 pontos, totalizando 100 pontos

Art. 3º - Da Classificação

Será considerado classificado o candidato que obtiver, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de acertos, ou seja, 5 (cinco) acertos equivalentes a 50 pontos Art. 4º – Do Tempo de Prova

O tempo total para a realização da prova será de 1 (uma) hora-Art. 5º – Das Orientações aos Candidatos
O candidato deverá chegar com antecedência mínima de 30 minutos

do horário previsto para início da prova, ou seja, até as 13h00min. O candidato deverá apresentar documento de identificação cor foto, sob pena de impedimento de participação. Não será permitido o uso de aparelhos eletrônicos, co

durante a realização da prova. Não haverá segunda chamada, salvo por motivo legalment justificado e aprovado pela Comissão Especial.

Art. 6º – Das Disposições Finais

Os casos omissos serão analisados e decididos pela Comissão Especial do Processo de Escolha Suplementar, conforme as disposições do Edital nº 01/2025 e da legislação vigente.

Tapira/PR, 16 de junho de 2025. Alzira da Silva Santos Presidente do CMDCA



PORTARIA Nº 32/2025, DE 15 DE JULHO DE 2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS

Art. 1º Conceder ao servidor público, GIAN LEONARDO SAULLIN ALVARO, Matrícula nº 2051, lotado no cargo de Contador, integrante do quadro efetivo conforme Resolução nº 007/2013, junto à Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, correspondente ao período aquisitivo 01/04/2024 a 31/03/2025, a contar do dia 29/07/2025 a 07/08/2025.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 (QUINZE) DIA DO MÊS DE JULHO DE 2025.

MANIFESTO DO DOCUMENTO



Gerado por Gian Leonardo Saullin Alvaro na repartição Secretaria dia 15/07/2025 às 08:40

FZCWC-K00IS-CXIMM-40IIH-KEB49



Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-ICP-15 de 25/8/2015.

Nelson Toth (Nelson Toth) - 020.XXX.XXX-01 Em 15/07/2025 08:46 UTC -03:00 Tipo Digital

SÚMULA DE REQUERIMENTO

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL O Município de Cruzeiro do Oeste, inscrito pelo CNPJ: 76.381.854/0001-27, torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra (IAT), AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL para adequação da Estrada Rural Marieta



ADITIVO Nº. 04 ao CONTRATO 023, celebrado entre a Prefeitura Municipal Cafezal do Sul e a empresa: VILLARES
STRUTORA E METALURGICA EIRELLI

I - CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Peasoa Juridica de Direito Público Interna, com sede a Av. Italo Orcelli, 604, inscrita no CNPI seb o nº 85 604 682/2001-105, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa VILLARES CONSTRUTIORA E METALURGICA EIRELLI - LTDA, inscrita no CNPJ/MF ado a nº 55 683.476 (2001-27) com estabelecimento à Rodova BR 272, s/h, km 56, Vila Guarria

Municipio de Cafezal de Sul portador da Cédula de Identidade RG 6.960.175-PF sob nº 038.937.653-33 e a CONTRATADA o senhor VALDECIR VILLA brasileiro portador da Carteira de Identidade RG nº. 4.080.414-SSSP/PR, CPF/PR nº 527.508.179-00, residente e domiciliado na rua das américas 1°2

IV – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláus contidos, pela Lei Federal no. 8.666/93 e suas posteriores alterações. - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

 Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da - CLÁUSULA DÉCIMA NONA -DA VIGÊNCIA: - passando a ter a seguinte redação: "CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA VIGÊNCIA":

__fica prorrogado pelo prazo de 06 meses o respectivo contrato, sendo de 02 de julho de 2025 a 02 de janeiro de 2026. CLÁLISIII A SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

Cafezal do Sul, 02 de julho de 2025

PEDRO MINORU INOUE

VILLARES CONSTRUTORA E METALÚRGICA EIRELLI – LTDA

HERISON HIDEKI DINIZ INOUE CPF: 065.367.239-02

JOÃO EMANOEL CRIVOI DA SILVA CPF: 081.117.989-38

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA Estado do Paraná

DECRETO Nº 401/2025

Ementa: exonera a pedido Kathleen Cristina Almeida Celini de Souza do cargo de Professora de Educação Infantil, e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e consoante dispositivos do Artigo n° 38 da Lei Municipal nº 1.246/2003, e, considerando o memorando online sob o nº 116/2025, DECRETA: Art. 1º Fica exonerada a pedido KATHLEEN CRISTINA ALMEIDA

CELINI DE SOUZA, matrícula funcional nº 30961-01, admitida em 17 de março de 2025, do cargo de Professora de Educação Infantil, lotado na Diretoria de Educação/Ensino Infantil - Efetivos, com desligamento no dia 23 de julho de 2025, sendo este o seu último dia de trabalho, com vacância do cargo até então ocupado. Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2025. GIL FADE GABRIEL OSTI

Prefeito Municipa

SÚMULA DE REQUERIMENTO

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Município de Cruzeiro do Oeste, inscrito pelo CNPJ: 76.381.854/0001-27, torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra (IAT), AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL para adequação da Estrada Rural Coage, ro Coage, Zona Rural de Cruze

Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná, 10 de julho de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

A Prefeitura Municipal de Douradina-PR, através de seu Prefeito, torna público que se acha aberta no setor de licitações, a licitação abaixo relacionada: PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 56/2025 DISPENSA ELETRÔNICA N°. 11/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada na realização de serviços de engenharia, para execução de Ensaio CBR, Dimensionamento do Pavimento e Contagem de Tráfego.
Valor Máximo da Contratação: R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais) Tipo: MENOR PREÇO (Item)

Modo de Disputa: Aberto
O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura
e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bll.org.br A abertura da sessão pública da DISPENSA ELETRÔNICA ocorrerá em 25 de

julho de 2025 as 09h00min, no site www.bll.org.br, nos termos das condições RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 16/07/2025 até as 08h10min do dia 25/07/2025. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h10min às

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 25/07/2025. DEMAIS INFORMAÇÕES: Poderão ser obtidos no setor de licitações ou pelo fone (44) 3663-1579, ramal 217.

Douradina-PR, 15 de julho de 2025. OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA

CMSBA
CONSELHO MUNICIPAL
DS SAME AND SAME Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental RESOLUÇÃO CMSBA Nº. 001/2025 SÚMULA: Aprovação da nova Diretoria. O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental de Alto Piquiri/PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 782 de 06 de maio de 2025, em reunião ordinária deste conselho no día 14 de julho de 2025, as 09h:00min, na Sala de Reuniões de Prefeitura Municipal, conforme ata nº RESOLVE: ar a nova Diretoria, tendo como Presidente: Beatriz David Piffer, Vice ⁄anderson de Souza Brandão, e Secretário Executivo: Paulo Cesar Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. Alto Piquiri/PR, 14 de julho de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

430 Beatriz David Piffer

Data: 15.07.2025

Ementa: exonera a pedido Kauana Francine Machado Goncalve Santos Miranda do cargo de Professora, e dá outras providências O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e consoante dispositivos do Artigo nº 38 da Lei Municipal nº 1.246/2003, e, considerando o memorando online sob o nº 116/2025.

DECRETA: Art. 1º Fica exonerada a pedido KAUANA FRANCINE MACHADO GONCALVES SANTOS MIRANDA matrícula funcional nº 29881 02, admitida em 17 de março de 2025, do cargo de Professora lotado na Diretoria de Educação/Ensino Fundamental - Efetivos, com desligamento no dia 23 de julho de 2025, sendo este o seu último dia de trabalho, com vacância do cargo até então ocupado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de iulho de 2025. GILEADE GABRIEL OSTI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná PORTARIA N.º 393/2025

DATA: 14/07/2025 SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DEVAIR FABRIS PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAÍMA. Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, e Lei Federal nº 14.133, de 01de abril de 2021 RESOLVE: 1°) – Designar o Servidor Sr. Sr. Laercio Fernandes, portador da RG n.º 3.313.XXX-3 e do CPF nº 459.XXX.019-49, como Gestor do Contrato

119/2025, Sr. José Roberto Pogioli, portador da RG n.º 1.204.XXX-0 e do CPF nº 174.XXX.709-49, como Fiscal do Contrato nº 119/2025. Empresa: GIORGI SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA., firmado entre este ente Municipal e a Empresa. case onto manipale a arphesa. 2°) - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 14 dias do mês de

iulho de 2025 DEVAIR FABRIS

CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAIMA

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Icaraíma – Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 68 III, "a" do Regimento Interno e art. 17, III, a Lei Orgânica do Município

Considerando o feriado de Comemoração do Aniversário do Município de Icaraíma no dia 25/07/2025, conforme Lei nº 1.426/2017, Decreto Municipal nº 7.445/2025: Considerando o Recesso Parlamentar de 18 de julho de 2025 à 31 de julho de 2025, em que há sensível diminuição das atividades políticas dos Senhores Vereadores e Administrativas da Câmara Municipal:

RESOLVE:
Art. 1º Estabelecer horário especial de expediente e jornada de trabalho o período de 21/07/2025 a 01/08/2025, de segunda-feira à sexta-feira das 13 horas às 17 horas, com vistas à economicidade (com exceção do dia 25/07/2025 - Feriado Municipal). O Atendimento ao público executado pela Câmara Municipal de Icaralma será realizado conform escala a ser definida por ato interno do Presidente.

públicos urgentes e relevantes os Servidores poderão ser convocado para o desempenho de suas funções durante o período mencionad no parágrafo anterior. Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 2º Por necessidade de dar continuidade e realização dos servico

Edifício da Câmara Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 14 dias do mês Julho de 2025. MANOEL TIMÓTEO DE ALMEIDA

ELZINO RODRIGUES PEREIRA JUNIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

DATA - 15/07/2025

SUMULA - Convoca a Servidora em Férias Considerando: necessidade dos trabalhos no Departamento de

O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no use de suas atribuições legais, RESOLVE: Art. 1°) Convoca a servidora Mirian Carla Mumbach; Auxiliar de Escritório, lotado no Departamento de Planejamento, para comparecei no trabalho da 10 de julho do corrente ano, para retornar ao trabalho

normal, interrompendo nesta data seu período de Férias, ficando have 13 dias das Férias referente ao ano de 2022/2023; Art. 2º) Esta portaria entrará em vigor nesta data, retroativo a data de Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 15 de iulho de 2025.

CAMARA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná

Resolução nº 043/2025 SÚMULA: Institui o "Memorial Mulheres na Política de Icaraíma", no âmbito da Câmara Municipal, e dá outras providências.

ORIGEM: Projeto de Resolução nº 003/2025. A Câmara Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aprovou, e eu

Presidente promulgo a seguinte RESOLUÇÃO: Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Icaraíma o "Memorial Mulheres na Política de Icaraíma", com o objetivo de homenagear e preservar a memória das mulheres que exerceram mandato como vereadora, prefeita ou vice-prefeita no município. Art. 2º O memorial será permanente e instalado em local de destaque

nas dependências da Câmara Municipal Art. 3º O memorial poderá conter: - Nome completo das homenageadas:

Elzino Rodrigues Pereira Junior

 Cargo exercido e período do mandato;

 Registro fotográfico, sempre que possível IV – Breve histórico ou biografia, destacando contribuições relevantes

responsabilidade da Mesa Diretora da Câmara Municipal, podendo esta firmar parcerias com entidades públicas, culturais ou acadêmicas para

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal se houver necessidade de aporte financeiro.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação Edifício da Câmara Municipal de Icaraíma, aos 15 dias do mês de Julho Manoel Timóteo de Almeida

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 428/2025, DE 14 DE JULHO DE 2025
SÚMULA: AUTORIZA VIAGEM E CONCEDE DIÁRIAS, DANDO OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.
PEDRO MINORU INOUE – Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná
no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal
e na forma da Lei Municipal nº 650/2011, de 26 de julho de 2011, alterada pela Lei
Municipal nº 907/2020, de 18 de março de 2020,
RESOI VE.

· AUTORIZAR o Servidor JOÃO FERREIRA PERFIRA brasileiro nscrito na CI/RG sob nº 4.539.960-5/PR e CPF sob nº 639.785.559-72, MOTORISTA a viajar até a cidade de Jaú-SP, nos dias 15 a 16 de julho de 2025, para trans le paciente do município, cabendo-lhe o pagamento de 01 (uma) diária e 1/2 (meia) Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação Art. 3º - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CNPJ: 33.353.930/0001-88.

Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 14 dias do mês de julho

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

DECRETO N. 3617/2025 DATA: 15/07/2025

SÚMULA: Adjudica e homologa resultado do Processo Administrativo ° 075/2025, Pregão Eletrônico, nº 032/2025 O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná. no uso de suas

atribuições legais, e CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Pregoeiro, Sr. Uesle Gonçalves Rodrigues da Silva;

CONSIDERANDO parecer jurídico emitido pelo Procurador Jurídico Si Roberto Gonçalves Delfin;
CONSIDERANDO parecer técnico emitido pela Diretora de

Controladoria Interna Sr. Fabiane Cardoso Zagoto Art. 1º) Fica Adjudicado os itens 01 e 02, em favor da empresa LEVI ALVEŚ DE OLÍVEIRA 57148503949, CNPJ: 29.717.116/0001-28, o resultado do processo licitatório nº 075/2025, Pregão Eletrônico, nº

032/2025 Art. 2º) Fica Homologado o resultado do processo licitatório nº 075/2025, Pregão Eletrônico, nº 032/2025, os itens 01 e 02, em favor da empresa LEVI ALVES DE OLIVEIRA 57148503949, CNPJ: 29.717.116/0001-28, que tem como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A FUTURA E EVENTUÁL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÚNCIOS VOLANTE VEICULAR (CARRO DE SOM), BEM COMO A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM DE PEQUENO PORTE, CONFORME AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS SOLICITANTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, EM CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS.

Art. 3°). Este decreto entrará em vigor na data de publicação. Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 15 dias do mês

de julho de 2025 LUIZ ELISEU DOS SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2025

DATA DA ABERTURA: 29 de julho de 2025. HORÁRIO: 08:00 horas. DATA/HORÁRIO DE INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

DATA/HORARIO DE INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
16 de julho de 2025 às 07:30m.

DATA/HORÂRIO DE TÉRMINO DE RECEBIMENTO DAS
PROPOSTAS: 29 de julho de 2025 às 07:50m.

LOCAL: https://blicompras.com/Home/Login.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de construção, destinados à manutenção, reforma e melhorias de prédios públicos, vias e demais estruturas pertencentes ao Município. TIPO: Menor Preco - Por Lote

NEGIME CONTRATAÇÃO: Compras.

VALOR ESTIMADO: R\$ 631.933,35(seiscentos e trinta e um mil,

novecentos e trinta e três reais e trinta e cinco centavos) O presente processo se destina à participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) no âmbito local do Município de Alto Piquiri, conforme determinação do art. 48, Inciso I da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014. Caso não se apresentem no mínimo 03 (três) do âmbito local poderão participar as empresas enquadradas pela LC nº 123/2016 e LC nº 147/2014 e que pertençam a área de abrangência da AMERIOS (Associação dos Municípios de

Entre Rios) terão preferência de contratação salvo não se alcançar pelo menos 03 (três) propostas. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme a retirada - 30 dias após a emissão da Nota Fiscal

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de Alto Piquiri, pelo site www.altopiquiri.pr.gov.br, pelo telefone (44)3656-8000 ou no Departamento de Licitações, desta Prefeitura Municipal, de Segunda à Sexta-Feira, no horário das 07:30 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas ou pelo e-mail licitacao@altopiquiri. pr.gov.br. Alto Piguiri - Pr. 15 de julho de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

ORTARIA Nº 427/2025. DE 11 DE JUI HO DE 2025 SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA ANGELA MARIA DA SILVA PALOZI.

PEDRO MINORU INOUE - Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, e considerando Requerimento protocolado sob nº 211/2025, nesta data, Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, no período de 14/07/2025 a 12/08/2025, referente ao período aquisitivo de 16/05/2023 à 15/05/2024, à Servidora Municipal ANGELA MARIA DA SILVA PALOZI, inscrita na CI/RG sob nº 4.558.315-5/PR e CPF sob nº 635.413.279-87, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de PROFISSIONAL POLIVALENTE FEMININO, lotada na Secretaria

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 11 dia

Municipal de Saúde.

mês de julho de 2025.

no valor de R\$ 50.000,00.

Ivanete Ferreira

outras providências

PEDRO MINORU INOUE

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI DE DOURADINA Súmula: Aprova a Prestação de Contas FINAL do Repasse Estadual/ FIPAR do Incentivo e Garantia de Direitos da Pessoa Idosa, do Conselho Municipal de Douradina, referente ao período 2021 e 2023

O Conselho Municipal do Idoso – CMI de Douradina Estado do Paraná no uso de suas atribuições estabelecidas a que lhe confere a Lei N 1.604 de 28 de abril de 2015, e considerando a deliberação realizada em reunião extraordinária desse conselho, registrada na ata nº 03/2025 de 15 de julho de 2025 às 10 horas via aplicativo WhatsApp. RESOLVE:

Art 1º - Aprovar a Prestação de Contas FINAL do Repasse Estadual/ FIPAR do Incentivo e Garantia de Direitos da Pessoa Idosa, referente ao período de 2021 e 2023 no valor de R\$ 50.000.00. Art 2º - Esta Resolução entra em vigor na data e sua publicação. Douradina-Paraná, 15 de julho de 2025

Presidente do Conselho Municipal do Idoso

ORIGEM: Proieto de Lei nº 015/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA SÚMULA: Prorroga a vigência do Plano Municipal de Educação (PME) aprovado pela Lei Municipal nº 1.142, de 26 de junho de 2015, e dá

Art. 1º Fica prorrogada, até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Icaraíma/PR instituído pela Lei Municipal nº 1.142 de 26 de junho de 2015. Art. 2º Durante o período de prorrogação, a Secretaria Municipal de

Educação deverá assegurar o monitoramento e a avaliação contínuos

A CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA, ESTADO DO PARANÁ

APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

das metas e estratégias previstas no PME, com vistas ao cumprimento integral dos objetivos estabelecidos. Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 15 dias do mês de julho de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná PORTARIA Nº 356/2025 Concede férias á servidora O PREFEITO DO MUNICIPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1°. CONCEDER férias a servidora LENIR APARECIDA DE MOURA, portadora da Cédula de Identidade n° 6.964.612-3 SSP/PR, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde. lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 08/05/2023 à 07/05/2024, com fruição no período de 10/07/2025 à 19/07/2025. Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ, aos 15 dias do mês de julho de 2025 DENILSON VAGLIERI PREVITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: INEXIGIBILIDADE N° 018/2025 Contrato nº 045/2025

DATA DE ASSINATURA DO(S) CONTRATO(S): 14 de julho CONTRATANTE: Município de Ivaté, Estado do Paraná. CONTRATADO: INSTITUTO ONE SOLUCOES INTELIGENTES PARA ENSINAR E EMPREENDER NO DIGITAL LTDA.

OBJETO: contratação de Serviços de Consultoria Especializada em Gestão Educacional e Políticas Públicas visando o aprimoramento das práticas de gestão e o desenvolvimento de estratégias para a melhoria da qualidade educacional na Rede Municipal de Ensino de Ivaté - PR. VALOR TOTAL: R\$ 59.998.32.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses FORO: Comarca de Icaraíma. Estado do Paraná.

leis@ilustrado.com.br

15.000.00

278.118,91



CAFEZAL DO SUL PUBLICAÇÃO DE RESULTADO O Agente de Contratação, designada através da Portaria nº 51/2025, com base na Lei Federal 14.133/2021 e legislação complementar, torna público Resultado do processo de Dispensa de MODALIDADE: PROCESSO DE DISPENSA Nº 10/2025 Unidade Otd Vlr. Unit. Vlr. Total | 1 21926 01 cains de agus de 5000 filtros de clears ampos fosses mindes. | 2 21996 02 CAIX D AGUA DE 500 LITROS de Caix ampos filtros de Caix ampos de Caix D AGUA D 600 LITROS de CAIX D 600 LITROS DE MATERIA DE CAIX D 600 LITROS DE MATERIA DE CAIX D 600 LITROS DE CAIX D 600 LITROS DE FIBBA DE VERDO POSTO DE SAUDE FIBBA DE VERDO P UN 2,00 80,00 160,00 M2 2,00 1.338,00 2.676,00 PROPOSTA APRESENTADA: MARCHESAN E JESUS LTDA ME CNPJ N° 08.621.141/0001-33 VALOR DA PROPOSTA: R\$ 17.630,60 (dezessete mil, seiscentos e trinta reais e sessenta centavos). APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO: a empresa encaminhou toda a documentação solicitada em ACORDO com o disposto na Lei 14133/21, bem como no Termo de Referencia, estando para tanto HABILITADA. Cafezal do Sul, 15 de julho de 2025



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Kátia Silva Trives

Processo Licitatório/ Edital nº 37/2025 – Dispensa de Licitação nº 10/2025

Em conformidade com o artigo 72, inciso VIII, da Lei Federal n. 14.133/2021, e considerando todos os documentos constantes dos autos, RATIFICO a Dispensa de Licitação nº. 10/2025 com fulcro no artigo 75, inciso II, da Lei Federal Nº 14.133/2021 PARA Contratação da empresa MARCHESAN E JESUS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.621.141/0001-33, para prestação de serviços espec em serviço de dedetização e higienização em ambiente escolar e unidades de saúde.

, conforme termo de referência, sendo o valor da contratação de R\$ 17.630,60 (dezessete mil, seiscentos e trinta reais e sessenta centavos). conforme prevê o artigo 75, inc. II, da Lei nº 14.133/2021

FUNDAMENTO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO — Conforme constam as informações contidas no DFD de todas as Secretarias, bem como no termo de referência anexo ao processo, e parecer jurídico também acostado aos autos, a contratação direta está amparada no **artigo** 75, inc. II, da Lei nº 14.133/2021, e seguiu os tramites de publicação estabelecidos na lei 14133/21

HOMOLOGO a contratação por dispensa de licitação com a melhor qualidade e menor desembolso possível, nos termos do que dispõem os princípios que regem a Administração Pública, com base nas razões expostas no presente processo.

Cafezal do Sul - PR, 15 de julho de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

DECRETO Nº 3618/2025

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadação, e dá outras

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal Nº. 627, de 28 (vinte e oito) de novembro de 2024, publicada no Diário Oficial do Município (Jornal Umuarama Ilustrado) em 29 (vinte e nove)

Art. 1º. Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no corrente exercício financeiro no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), mediante a inclusão de rubricas de despesas das dotações orçamentárias:

Fonte de Recursos Programa de Trabalho Elemento de Despesa
 06.02.13.392.0011.2.036
 23967 - 3.3.90.39.00.00.00
 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

 840
 100.000,00

 Art. 2°. Como recursos para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1°, o Poder Executivo utilizar

se-à dos excessos de arrecadação das seguinte fonte de recursos do corrente exercício financeiro: Fonte de Recursos Descrição Valor em R\$

840 TERMO DE CONVÉNIO SETU/PR N 201/2025 - CAVALGADA ECOLÓGICA - ALTO

PARAÍSO 100.000,00
Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR, aos 15 de Julho de 2025.

LUIZ ELISEU DOS SANTOS Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

DECRETO Nº 7.454/2025

SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Icaraíma. Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas

pelo artigo 4º, inciso I da Lei Orçamentária nº 1.970 de 24 de Dezembro de 2024.

Art. 1º. Fica aberto Créditos Adicionais Suplementar por Anulação de Dotação no corrente exercício financeiro de 2025, inclusão/alteração dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2025 e do Plano Plurianual de 2022 a 2025, no limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mediante a seguinte ordem classificatória:

02 GOVERNO MUNICIPAL
02.001 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

 04.122.0002.2.002
 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

 3.3.90.30.00.00
 6
 MATERIAL DE CONSUMO

 FONTE
 1000
 Recursos Ordinários (Livres)
 10.000,00

 10.000.00

Art. 2°. Como recurso para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1°. o Poder Executivo utilizarse-á da anulação integral ou parcial de dotações do orçamento do exercício corrente, como segue 06 SECRET. OBRAS, SERV. PUB. E RODOVIARIO 06.001 DIVISÃO DE OBRAS

MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE OBRAS 134 MATERIAL DE CONSUMO 15.451.0005.2.013 MATERIAL DE CONSUMO 3.3.90.30.00.00 Recursos Ordinários (Livres) 10.000.00 FONTE 1000 Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 15 dias do mês Julho de 2025.

DEVAIR FARRIS



DECRETO nº 194/2025 de 7 de julho de 2.025

SÙMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO CORRENTE ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei $\,$ Orçamentária $\,$ nº $\,$ 1000/2024 de $\,$ 10/12/2024.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito ADICIONAL SUPLEMENTAR para o exercício de 2025, no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), para atenc seguintes Dotações Orçamentárias.

SEC. MUN. DE SERVICOS PUBLICOS E RODOV. 10.001 DPTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS 10.001.15.451.1300.2.009 ADMINISTRACAO DE OBRAS E MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS 349 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA

JURÍDICA 10.001.15.452.1300.2.005 Prestação de Serviços Públicos 367 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Total Suplementação: 95.000.00

Total Reducão:

95.000,00

Art. 2º - Para cobertura dos créditos adicionais do artigo anterior serão utilizados recursos da

SEC. MUN. DE SERVICOS PUBLICOS E BODOV 10.001 DPTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS 10.001.15.451.1300.3.00 REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANAS

50.000.00 4.4.90.51.00.00 000 OBRAS E INSTALAÇÕES 10.002 REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL 10.002 15.451.1301.3.00 OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO, GALERIAS PLUVIAIS E RECABE 380 4.4.90.51.00.00 000 OBRAS E INSTALAÇÕES 45.000,00

Art. 3º - A alteração orçamentária acima ocasionará em modificações no cronograma de

mensal e anexos da LDO e PPA vigentes Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Paco Municipal de Cafezal do Sul. Estado do Paraná, aos 7 dias do mês de julho de 2 025

PEDRO MINORU INOUE



www.cafezaldosul.pr.gov. Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paral CNPJ 95.640.652/0001-

DECRETO nº 195/2025 de 7 de julho de 2.025

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO CORRENTE ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1000/2024 de 10/12/2024.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito ADICIONAL SUPLEMENTAR para o exercício de 2025, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para atendimento das seguintes Dotações Orçamentárias.

SEC. MUN. DE SERVICOS PUBLICOS E RODOV

10.001 DPTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS 10.001.15.452.1300.2.005 Prestação de Serviços Públicos

367 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 40.000.00

Total Suplementação:

Art. 2º - Para cobertura dos créditos adicionais do artigo anterior serão utilizados recursos da o parcial das classificações orçamentarias seguintes:.

SEC. MUN. DE SERVIÇOS PUBLICOS E RODOV.

4.4.90.51.00.00 000 OBRAS E INSTALAÇÕES

10.001 DPTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS 10.001.15.451.1300.2.00 ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS

| 10.001.15.49.1.1300.2.00 | ADMINIST HACAO DE OBHAS E INSTALAÇÕES | 10.001.17.512.1300.1.00 | Execução de Obra de Rede de Esgosto | 377 | 4.4.90.51.00.00 | 000 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 10.002 REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL 10.002.26.782.1301.2.01 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL

Total Redução: Art. 3º - A alteração orçamentária acima ocasionará em modificações no cronograma de bolso mensal e anexos da LDO e PPA vigentes.

Paço Municipal de Cafezal do Sul , Estado do Paraná, aos 7 dias do mês de julho de 2.025

PEDRO MINORU INOUE Prefeito Municipal



Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Parana CNPJ 95.640.652/0001-05

DECRETO nº 196/2025 de 7 de julho de 2.025

SÙMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO CORRENTE ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1000/2024 de 10/12/2024.

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito ADICIONAL SUPLEMENTAR para o exercício de 2025, no valor de R\$ 13.322,97 (treze mil trezentos e vinte e dois reais e noventa e sete

centavos), para atendimento das seguintes Dotações Orçamentárias.

 Suplementação

 04
 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

 04.003 ENCARGOS GERAIS
 DEVOLUÇÃO/RESTITUIÇÃO DE SALDOS DE CONVÊNIOS E CONGE

 04.003.28.846.1201.0.003
 DEVOLUÇÃO/RESTITUIÇÃO DE SALDOS DE CONVÊNIOS E CONGE

499 3 3 30 93 00 00 872 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES Total Suplementação: 13.322,97 Art. 2º - Para cobertura dos créditos adicionais do artigo anterior serão utilizados recursos da

Redução

09.001 DEP. AGRICULTURA, MEIO AMB. E TURISMO 09.001.23.695.1600.2.03 PROMOÇÃO AO TURISMO

redução parcial das classificações orçamentarias seguintes:

3.3.90.39.00.00 872 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 13.322,97

 $\mbox{Art. 3}^{\rm g}$ - A alteração orçamentária acima ocasionará em modificações no cronograma de desembolso mensal e anexos da LDO e PPA vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em

Paço Municipal de Cafezal do Sul , Estado do Paraná, aos 7 dias do mês de julho de 2.025

PEDRO MINORU INOUE Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

DECRETO Nº 7.458/2025 SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Suplementar por Superávit Financeiro e dá outras

o Prefeito Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferida

pelo Artigo 4º, inciso III, da Lei Orçamentária nº 1.970 de 24 de Dezembro de 2024

de 2025, inclusão/alteração dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2025 e do Plano Plurianual de 2022 a 2025 e Programação Financeira no limite de 8.578,58 (oito mil e quinhentos e setenta e oito reais e cinqüenta e oito centavos), referente aos saldos disponíveis em banco do exercício financeiro de 2024, sem comprometimento financeiro nos termos da Instrução Técnica nº 038/2005 e suas atualizações, de acordo com a seguinte

SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

11 SECRETARIA MUNICI. DE ASSISTANCIA SCOIAL 11.004 FUNDO MUNICIPAL DE SECRETARIA DE SAÚDE 08.243.0028.6.001 FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E JUVENTUDE 3.3.90.32.00.00 724 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 8.578.58 FONTE 3921 DEL 078/2023 - APOIO A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EXERCICIO ANTERIORES 8.578,58

Art. 2º. Como recurso, para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro, referente aos saldos disponíveis em banco do exercício financeiro de 2024, sem comprometimento financeiro, nos termos da Instrução Técnica nº 038/2005 e suas atualizações, de acordo com a seguinte fonte de recurso: FONTE DESCRIÇÃOVALOR 3921 DEL 078/2023 - APOIO A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO

ADOLESCENTE - EXERCICIO ANTERIORES

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação itura Municipal de Icaraíma, 15 dias do mês de Julho de 2025.

DEVAIR FABRIS refeito Municipal



www.cafezaldosui.pr.gc Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Pa CNPJ 95.640.652/000

DECRETO nº 197/2025 de 7 de julho de 2.025

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO CORRENTE ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1000/2024 de 10/12/2024.

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito ADICIONAL SUPLEMENTAR para o exercício de 2025, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para atendimento das seguintes Dotações Orçamentárias.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS

11.001 DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO 11.001.22.661.2017.2.014 INCENTIVO A GERAÇÃO DE EMPREGO 3.3.60.45.00.00 000 SUBVENÇÕES ECONÔMICAS

Total Suplementação: Art. 2º - Para cobertura dos créditos adicionais do artigo anterior serão utilizados recursos da redução parcial das classificações orçamentarias seguintes:.

nsal e anexos da LDO e PPA vigentes

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.001 ADMINISTRAÇÃO GERAL 03.001.04.122.1100.2.00 ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL 3.3.90.40.00.00 000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMÚNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA 15.000.00 Total Redução: Art. 3º - A alteração orçamentária acima ocasionará em modificações no cronograma de

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. Paço Municipal de Cafezal do Sul , Estado do Paraná, aos 7 dias do mês de julho de 2.025

PEDRO MINORU INOUE



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PIQURI

CNPJ: 76.247.352/0001-08 Rua Santos Dumont, 315, fone (44) 3656-8000 Cx. Postal 141

CEP: 87.580-000 Alto Piquiri - Paraná DECRETO Nº 2312/2025, de 15 de Julho de 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Alto Piquiri, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 759/2024 de 12/12/2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 278.118,91 (duzentos e setenta e oito mil cento e dezoito reais e noventa e um centavos)

06 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA 06.001 Divisão de Educação 06.001.12.361.0007.2.217. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL 544 - 3.1.90.11.00.00 - 148 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 143.118,91 06.001.12.365.0007.2.221. MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL 545 - 3.1.90.11.00.00 - 148 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 135,000.00

Art. 2º Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de Excesso de Arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº

1.7.1.5.52.01.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO 278.118,91

AO FUNDEB - VAAR - PRINCIPAL

Alto Piquiri, 15 de Julho de 2025.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA Estado do Paraná

Ementa: concede férias aos Servidores Públicos Municipais, conforme especifica, e dá outras

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos online sob os nºs 300/2025 e 3.348/2024,

Art. 1º Concede férias aos Servidores Públicos Municipais, mencionados a seguir:

 Nome
 Matrícula № Período Aquisitivo
 Inicio/Final

 Elizia Dias de Araujo Batista
 29377-01
 2024/2025
 14.07.2025 a 28.07.2025

 Laide de Lourdes Pereira
 19887-01
 2022/2023
 21.07.2025 a 19.08.2025

 Tiago de Souza Brito
 30609-01
 2023/2024
 05.08.2025
 22.08.2025

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, E, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

Estado do Paraná

Ementa: inclui e gratifica membro da Comissão de Recebimento de Equipamento, Bens, Materiais e Serviços em Geral, constituída pela Portaria nº 016/2025, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e considerando o memorando online sob o nº 039/2025,

Art. 1º Fica incluída a Servidora Pública Municipal a seguir mencionada, como membro da Comissão de Recebimento de Equipamento, Bens, Materiais e Serviços em Geral, constituída pela Portaria nº 016/2025 de 13.01.2025 e fica atribuída a gratificação no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), somando aos vencimentos básicos, pelo exercício de encargo especial, nos termos da Portaria nº 016/2025, a partir de 1º de julho de 2025.

Nidia Stelger da Silva Souza 30183-01

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 016/2025.

Art. 2º Fica incluído o Servidor Público Municipal a seguir mencionado, como membro da Comissão de Recebimento de Equipamento, Bens, Materiais e Serviços em Geral, constituída pela Portaria nº 016/2025 de 13.01.2025, a partir de 1º de julho de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de suá publicação, com eficácia retroativa a data de REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2025. GILEADE GABRIEL OSTI



Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ESPERANCA NOVA ESTADO DO PARANÁ

6º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 17/2021 Pregão Presencial nº 14/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA/PR

CONTRATADO: TURBOVIP TELECOM LTDA. CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo de vigência contratual conforme menciona na CLÁUSULA QUINTA (DO PRAZO DE VIGENCIA), do contrato, por mais 02 (dois) meses, findando 16/09/2025, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica aditado ao presente contrato no valor total de R\$ 9.503,84 (oito mil, quinhentos e três reais e oitenta e quatro centavos), sendo parcelado em 02 (dois) meses ficando um valor mensal de R\$ 4.751,92 (quatro mil e setecentos e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos) conforme a solicitação da empresa e o Comunicado interno da secretaria Solicitante, sobre o valor contratual CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO: A despesa decorrente com a execução objeto deste Aditivo, correrão

> Recursos Humanos
> Red. 586 03.002.04.128.1006.2.107.3.3.90.40.00.00 – FONTE 1000 07.002.10.301.1019.2.127.3.3.90.40.00.00 - FONTE 303 06.002.12.361.1012.2.114.3.3.90.40.00.00 - FONTE 103 Red. 323 06.002.12.361.1012.2.114.3.3.90.40.00.00 - FONTE 104 Agricultura 05.002.20.122.1025.2.176.3.3.90.40.00.00 – FONTE 1000 Red. 252 03.009.08.243.1018.6.001.3.3.90.40.00.00 - FONTE 1000

CLÁUSULA QUARTA: As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo

03.009.08.244.1017.2.125.3.3.90.40.00.00 - FONTE 1000

Prefeito Municipa

Estado do Paraná

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA Estado do Paraná

DECRETO Nº 7.457/2025

SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferida elo artigo 4º, inciso I da Lei Orçamentária nº 1.970 de 24 de Dezembro de 2024.

Art. 1º. Fica aberto Créditos Adicionais Suplementar por Anulação de Dotação no corrente Art. 1. Fica apetro Cleations Adictoriais Supieriental por Artitação de Didação (no exercício financeiro de 2025, inclusão/alteração dos anexos da Lei de Diretrizes Orçal para o exercício de 2025 e do Plano Plurianual de 2022 a 2025, no limite de 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), mediante a seguinte ordem classificatória

07 SECRETARIA DE SAÚDE 07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SECRETARIA DE SAÚDE

10 302 0010 2 029 PROGRAMA A CARGO DO CONSORCIO INT. DE SAÚDE 3.3.71.34.00.00 293 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO 15.000,00

3.3.72.39.00.00 296 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

165.000,00 FONTE 303 SAÚDE - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente 180.000,00 Art. 2°. Como recurso para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1°, o Poder Executivo utilizar-se-á da anulação integral ou parcial de dotações do orçamento do exercício corrente, como segue 07 SECRETARIA DE SAÚDE

07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SECRETARIA DE SAÚDE

10.301.0009.2.141 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SAÚDE - ATENÇÃO BASICA 3.3.90.32.00.00 244 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 78.000.00

78.000,00
3.3.90.36.00.00
247 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 60.000,00
10.302.0009.2.030 MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR
3.3.90.36.00.00
285 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 20.000,00
10.304.0012.2.032 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
3.3.90.30.00.00
320 MATERIAL DE CONSUMO 22.000,00
FONTE 303 SAÚDE - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente 180.000,00
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 15 dias do mês Julho de 2025 DEVAIR FABRIS Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paran DECRETO Nº 7.459/2025

SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Excesso de Arrecadação e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são pelo Arl 4º, inciso IV conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.970 de 24 de Dezembro de 2024 DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Créditos Adicionais Suplementar por Excesso de Arrecadação no corrente exercício financeiro de 2025, inclusão/alteração dos anexos da Lei de diretrizes orçamentária para o exercício de 2024 e do Plano Plurianual de 2022 a 2025, no limite de R\$ 338,99 (trezentos e trinta e oito reais e noventa e nove centavos), de acordo com a seguinte ordem classificatória:

SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

11.004 FUNDO MUNICIPAL DE SECRETARIA DE SAÚDE

08.243.0028.6.001

FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E JUVENTUDE 725 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO 3.3.90.32.00.00 GRATUITA 338,99

FONTE 921 DO ADOLESCENTE DEL 078/2023 - APOIO A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA 338,99

Art. 2º. Como recurso, para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal utilizar-se-á do excesso de arrecadação da seguinte receita e fonte relacionada: COD. RED.

RECEITA DESCRIÇÃO VALOR FONTE 332 1.32.1.01.03.00.00.00.00. - RENDIMENTOS RECURSOS VINCULADOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 338,99 921

338,99 Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor a partir da data

de sua publicação. Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 15 dias do mês de Julho de 2025

DEVAIR FABRIS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Para DECRETO Nº 7.455/2025

SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Excesso de Arrecadação da outras providências.

O Prefeito Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são pelo Art 4º, inciso IV conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.970 de 24 de Dezembro de 2024.

Art. 1º. Fica aberto Créditos Adicionais Suplementar por Excesso de Arrecadação no corrente exercício financeiro de 2025, inclusão/alteração dos anexos da Lei de diretrizes orçamentária para o exercício de 2024 e do Plano Plurianual de 2022 a 2025, no limite de R\$ 89.330,00 (oitenta e nove mil e trezentos e trinta reais), de acordo com a seguinte ordem classificatória

09 SECRET, AGRICULTURA

09.001 GABINETE DA SECRETARIA DA AGRICULTURA
20.608.0019.1.079 INVESTIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
4.4.90.52.00.00 716 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 89.330,00 FONTE 863 CONVENIO Nº 052/2024 SEAB - SIT 71727 - ENSILADEIRAS 89.330,00 Art. 2º. Como recurso, para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executiv Municipal utilizar-se-á do excesso de arrecadação da seguinte receita e fonte relacionada

RECEITA DESCRIÇÃO VALOR FONTE 9 2.4.2.2.99.0.1.01.00.00... as Entidades - Principal 359 2.4.2.2.99.0.1.01.00.00.00.00 - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de 89.330,00 863

TOTAL 89.330,00 Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor a partir da data

de sua publicação. Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 15 dias do mês de Julho de 2025.

DEVAIR FABRIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná TERMO ADITIVO № 01 AO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 080/2024 – ID № 2934. QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E R.C. M. PAVIMENTAÇÕES CONSTRUÇÕES LTDA- EPP. – PROCESSO ADMINISTRATIVO No 093/2023 – TOMADA DE PRECOS No 006/2023 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOURADINA - Pr. pessoa jurídica de direito público interno

com sede à Avenida Barão Rio Branco, nº 767, inscrito no CNPJ sob nº 78.200.110/0001-94 representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA brasileiro, casado, agente público, portador da C. I. R. G. nº. 4.419.431-7 SSP/PR e do CPF/MF brasilent, casado, agente publico, portador da O. 17. Os. In 14.19.4317 3517 Ne do Cri 7mil sob o nº, 623.228.189-68, residente e domiciliado na Rua Domingos Cervinhani, nº. 170, Parque Agostinho, nesta Cidade, doravante denominado CONTRATANTE; CONTRATADA: R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA- EPP.. Pessoa iurídica

construções e co hotmail.com, inscrita no CNPJ sob n.º 06.129.907/0001-31, Inscrição Estadual nº 904.37958-10 neste ato representado por seu sócio Administrador: Cleber Ruiz Martinez, brasileiro, casado empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 6.925.696-1 SSP/PR, inscrito no CPF. MF sob n.º 021.110.919-36, residente e domiciliado à Rua Eloy Baptista Lopes, nº 6.333, Jardin monia II, CEP. 87.502-430, na Cidade de Umuarama, Estado Paraná, neste ato denom CLÁLISULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Constitui objeto do presente termo aditivo a alteração de (PRAZO DE EXECUÇÃO), cor processo administrativo no 093/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no art. 57 da Lei no 8.666/93, fica prorrogado o prazo de EXECUÇÃO contratual, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, passando a vencer em

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igua

e validade, diante das testemunhas abaixo PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mi

e vinte e cinco (14/05/2025). MUNICÍPIO DE DOURADINA R C M Pavimentações e Construções Ltda- Epp

Oberdam José de Oliveira Cleber Ruiz Martinez

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

É inexigível licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamen no art. 74, V, da Lei 14.133/21 e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos. INEXIGIBILIDADE N° 019/2025

OBJETO: locação de imóvel para uso do CRAS e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Assistência Social LOCADOR: Maria Aparecida Ramos Costa CPF: 844.660.739-53

VALOR: 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) me

Prefeitura Municipal de Ivaté, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná TERMO DE AUTORIZAÇÃO

COMPRA DIRETA – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 078/2025

Autorizo a COMPRA DIRETA, despesa e emissão de empenho, para aquisição de 200 pares de luvas nitrílica de segurança worker para uso da Secretaria de Agricultura., em favor da empresa CLOMI'S COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.983.127/0001-80, no valor de R\$ 1.340,00 (um mil, trezentos e quarenta reais) com fundar Ivaté, 15 de julho de 2025

MISAEL ALVES DA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná AVISO DE DISPENSA Nº 014/2025

O Município de Ivaté, Estado do Paraná, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, da Lei Complementa n° 123, de 14 de dezembro de 2006, Decretos municipal n° 20, 22, 23, 24, 25 e 26 de 2025, e demais legislações aplicáveis, objetivando a contratação do objeto abaixo identificado: OBJETO: Aquisição de ar condicionado e lavadora para casa da cultura do município de

VALOR MÁXIMO: R\$ 8.149,80 (oito mil cento e quarenta e nove reais e oitenta centav INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 16/07/2025 às 08h00.

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 21/07/2025 às 08h00

LOCAL DE RECEBIMENTO: Presencialmente na Prefeitura Municipal de Ivaté, Avenida Rio de Janeiro, 2758, Departamento de Licitações ou por e-mail licitacaoivate.protocolos@

FDITAL F SEUS ANEXOS EM: ivate.eloweb .net/portaltransparencia/1/licitacoes

Ivaté, 15 de julho de 2025. Patrícia Tomain Mesquita Agente de Contratação

PAROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ -PARANÁ EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 051/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com base no resultado final do Processo Seletivo de Estagiários №. 003/2025, CONVOCA os abaixo relacionados, para comparecerem à Divisão de Gestão de Pessoas da Prefeitura do Município de Ivaté - PR, sito à Av. Rio de Janeiro nº 2758, para:

I - No prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a sua convocação publicado no Diário Oficia do Município. (Umuarama Ilustrado), deste Edital, manifestar sua aceitação ou não aceitação e apresentar os seguintes documentos (CÓPIA SIMPLES) acompanhados dos originais - Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF):

Declaração de Matricula do aluno, emitida a menos de 07 dias

Comprovante de endereço atualizado, água ou luz dos últimos 60 dias: O candidato deverá possuir cadastro ativo e atualizado junto ao Centro de Integração Empresa

Escola do Paraná (CIEE/PR); Menores de 18 anos, deverão apresentar o RG e CPF de um responsável legal

Conta Bancária (Banco do Brasil ou Bradesco). II – O candidato deverá apresentar os seus documentos no prazo máximo de 05 dias útei após sua convocação. Caso seja superado tal prazo sem a entrega da documentação devida o candidato poderá perder a posição no certame, podendo optar por figurar no final da lista do cadastro de reservas.
GRADUANDO ENSINO SUPERIOR

TOTAL

CLASSIFICAÇÃO NOME Ana Paula Dos Santos Bortoleto

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ivaté. 15 de iulho de 2025 DENILSON VAGLIERI PREVITAL Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATE

Estado do Paraná PORTARIA Nº 362/2025

Concede férias a Secretária Municipal.
O PREFEITO DO MUNICIPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1°. CONCEDER férias a servidora DANIELLE FONSECA LINS PREVITAL, portadora da Cédula de Identidade n° 13.822.776-6 SSP/PR, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Governo, lotada na Secretaria Municipal e Fazenda, referente ao período aquisitivo de 14/05/2025 à 13/05/2026, com fruição em 16/07/2025 à 01/08/2025.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ, aos 15 dias do mês de julho

de 2025. DENILSON VAGLIERI PREVITAL

PORTARIA N° 363/2025

CONCEDE férias ao Prefeito Municipal. O PREFEITO DO MUNICIPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

Art. 1º. CONCEDER férias ao chefe do Executivo Municipal, lotado no Gabinete do Prefeito, p Art. 1°. Concelber lenas ao chiefe do executivo municipal, lotado no Gabinete do Prefeito, por um prazo de 17 días, contados a partir do día 16 de julho de 2025, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal em seu Art. 80, § 1°.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de julho do ano

DENILSON VAGLIERI PREVITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATE

PORTARIA 360/2025

Revogar Portaria 088/2023 O PREFEITO DO MUNICIPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

Art.1º. Revogar portaria 088/2025 onde designava a servidora Lenir Aparecida de Moura, portadora da cédula de identidade Reg.º 6.964.612 SSP/PR, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de telefonista lotada na secretaria de saúde para atuar como OUVIDORA MUNICIPAL DE SAUDE. Sendo que a servidora já não realizava o atendimento desde 01-04-2024 quando foi feito o desligamento pela Regional de saúde .

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Ivaté, Estado do Paraná, 11 de Julho de 2025.

Denilson Vaglieri Prevital Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná PORTARIA 361/2025

Designa: Daniela da Silva Barrada

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

Reg.º 13.494.719-5 SSP/PR, ocupante do Cargo em Comissão de Diretor (a) da Divisão de Agendamentos lotada na secretaria de saúde para atuar como OUVIDORA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Ivaté, Estado do Paraná, 11 de Julho de 2025 Denilson Vaglieri Prevital Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná DECRETO Nº 062/2025

Art. 3°. Compete aos Secretários Municipais

Dispõe sobre a delegação de competências administrativas aos Secretários Municipais de Dispue sobie a delegação de competencias administrativas aos Secietarios Municipais de Perobal, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuiçõe

legais, com amparo na Lei Orgânica Municipal, e: regalis, com amparo na Lei organica winnicipar, e. CONSIDERANDO a necessidade de otimizar a Administração Pública Municipal por meio da descentralização de atribuições e da melhoria nas rotinas administrativas.

Art 1º Fica atribuída aos Secretários Municipais a função de ordenador de despesas, nos termido conceito definido no Decreto-Lei nº 200/1967, art. 80, parágrafo primeiro, respeitando os limites

de cada secretaria. Parágrafo único. A atribuição mencionada no caput deste artigo também será exercida pel substitutos legais, quando necessário.

Art. 2°. Os órgãos de contabilidade deverão registrar como responsáveis todos os ordenadores de despesas, que somente serão desonerados de suas funções após o devido julgamento de suas contas pelo Tribunal de Contas. (DL 200/1967, Art. 80).

- Autorizar despesas relacionadas às suas Unidades Orçamentárias ou outras vinculadas à su I - Indicar servidor responsável pela emissão de empenhos até o limite dos créditos disponívei

(Lei n° 4.320/1964, art. 59), pela liquidação das despesas (Lei n° 4.320/1964, art. 63) e pelo pagamento das mesmas (Lei 4.320/1964); III - Assinar documentos administrativos, como alvarás, notificações, contratos, convênios, ajustes in - Assinal documentos administrativos, como advas, notinadayes, contratos, conventos, ajostes termos de cooperação técnica e outros instrumentos correlatos; indicar formalmente servidores para fiscalização de contratos e serviços; emitir ordens de serviço, suspender ou retomar contratos e aprovar alterações contratuais;

- Garantir o cumprimento das normas legais aplicáveis à gestão de receitas e despes públicas; instaurar sindicâncias e processos administrativos, aplicando penalidades cabíveis quando necessário;

. V - Delegar atribuições, de forma motivada e por meio de portaria, ao substituto eventual, exercício de competências mencionadas neste artigo, com prazo máximo de 30 dias Art. 4°. Os Secretários Municipais, bem como todos os envolvidos nas funções delegadas po este Decreto, serão responsabilizados civil, administrativa e criminalmente por quaisquer ato praticados no desempenho de suas atribuições, quando os mesmos estiverem em desacordo com

a legislação atualmente vigente Art. 5°. As Secretarias Municipais não operarão como unidades executoras de orçamento, con exceção das Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social, que possuem CNPJ próprio Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com a revogação das dispo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, aos 14 de julho de 2025. CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná

SÚMULA: Dispõe sobre o embargo preventivo e cautelar de obras e loteamentos irregulares no Município de Icaraíma/PR e dá outras providências O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ICARAÍMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

e considerando a necessidade de proteção da ordem urbanística e do meio ambiente urbano conforme o art. 30, VIII, da Constituição Federal; Considerando a existência de diversos loteamentos irregulares e clandestinos em desacordo com Lei Federal nº 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano;

Art. 1º Ficam embargadas, de forma cautelar e preventiva, todas as obras, edificações, construções loteamentos, desmembramentos, arruamentos, terraplenagens e quaisquer outras intervençõe: urbanísticas realizadas em áreas de parcelamento irregular ou clandestino do solo no âmbito de Município de Icaraíma/PR, inclusive aquelas que se encontrem em estágio inicial de implantação ou comercialização, desde que ausente qualquer um dos seguintes requisitos essenciais:

 Aprovação prévia do projeto urbanístico pela Prefeitura Municipal de Icaraíma;
 Registro regular do parcelamento junto ao Cartório de Registro de Imóveis compe III – Licenciamento ambiental expedido pelo órgão ambiental competente, quando exigido pelo

legislação vigente. Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo aplica-se também a quaisquer ações de publicidade, venda, promessa de compra e comercialização de lotes em áreas não regularizadas. em observância à Lei Federal nº 6.766/1979 e à legislação urbanística municipal.

Art. 2º Os responsáveis legais, proponentes, proprietários, possuidores e/ou terceiros envolvido direta ou indiretamente na implantação, divulgação, comercialização ou execução de loteamentos ou obras irregulares deverão cessar imediatamente toda e qualquer atividade no local, sob pena de Aplicação de sanções administrativas previstas na legislação municipal de uso e ocupação do solo, inclusive multas:

II - Responsabilização civil por eventuais danos causados ao meio ambiente, à ordem urbanística a terceiros adquirentes de boa-fé; III - Responsabilização criminal, nos termos do art. 50 da Lei Federal nº 6.766/1979, sem prejuízo da apuração de outros lificitos tipificados na legislação penal.

Art. 3º O Departamento de Obras, em articulação com a Procuradoria Jurídica, a Controla

Interna e o setor de Fiscalização Municipal, deverá proceder ao levantamento sistemático de todos os parcelamentos irregulares existentes ou em curso no território municipal, com o objetivo de Identificar, documentar e delimitar geograficamente as áreas com indícios de parcela irregular do solo;

II – Promover a autuação administrativa dos responsáveis e comunicar os fatos ao Ministério Pública III – Providenciar a afixação de placas ostensivas de embargo nos respectivos locais, contendo informações claras sobre a situação de irregularidade e os fundamentos legais da proibição inclusive com menção expressa à presente norma e, se for o caso, à decisão judicial que tenha

determinado o embargo específico Parágrafo único. As placas de embargo deverão seguir modelo padronizado definido pela Administração Municipal, com linguagem acessível à população e visibilidade adequada para evita a aquisição de lotes por consumidores desavisados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal de Icaraíma, 15 de julho de 2025.

DEVAIR FABRIS Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO ALTÔNIA, E DE OUTRO LADO O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA CONSERVAÇÃO DO REMANESCENTE DO RIO PARANÁ E ÁREAS DE INFLUÊNCIA - CORIPA, PARA CONCESSÃO DE USO MAQUINÁRIO PARA INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

CEDENTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA CONSERVAÇÃO DO REMANESCENTE DO RIO PARANÁ E ÁREAS DE INFLUÊNCIA – CORIPA, REPRESENTADO NESTE ATO PELO SEU PRESIDENTE EM EXERCÍCIO, SR. EVERTON BARBIERI.

CESSIONÁRIA: MUNICÍPIO DE ALTÓNIA, REPRESENTADO NESTE ATO PELO SEU PREFEITO MUNICIPAL, SR. DIEGO JARDIM PERGO. O Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência - CORIPA, associação pública de direito público, com sede a Rua Claricio Perez, nº. 51, centro, em São Jorge do Patrocínio, Paraná, CNPJ nº. 00.678.603/0001-47, neste ato representado por seu Presidente, Sr. EVERTON BARBIERI, portador do RG n.º 8.778.431-2 e CPF 045.879.159-80, residente na cidade de Esperança Nova, Estado do Paraná, doravante denominado CEDENTE, e MUNICÍPIO DE ALTÔNIA, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 81.478.059/0001 91, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. DIEGO JARDIM PERGO, inscrito no

CPF/MF sob nº. 069.595.959-08, portador da cédula de identidade com RG sob n.º 10.559.278-7 SSP PR, residente em Altônia/PR, doravante denominado CESSIONÁRIO, celebram o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, conforme as cláusulas e condições abaixo. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O CEDENTE fornecerá à CESSIONÁRIA o bem móvel abaixo descrito:
01 ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO, MARCA HAMM, MODELO 3411, EQUIPADO COM TAMBOR LISO C/SEGMENTO PÉ DE CARNEIRO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, CABINE SIMPLES, EQUIPE DE CINTA COM PATAS, MÁQUINA COM CONTROLE DE TRAÇÃO, MOTOR DIESEL, TURBO ALIMENTADO, COM POTÊNCIA DE 134 HP, PESO OPERACIONAL DE 11.090 KG,

DUAS VELOCIDADES, FREQUÊNCIA DE VIBRAÇÃO 27 HZ, EIXO TRASEIRO COM SISTEMA ANTIDERRAPAGEM, PNEUS TIPO TRAÇÃO, CAPACIDADE DO TANQUE DE DIESEL DE 290 LITROS, TAMBOR LISO COM DIÂMETRO 1504 MM, LARGURA DE 2140 MM, SISTEMA DE

ALARME DE RÉ E FARÓIS DE TRABALHO, SÉRIE H221. 0082, NR.11933690, CHASSI NR WHC0H221NK0000082, ANO/MODELO 2019. CLÁSULA SEGUNDA - PRAZO As partes pactuam que a cessão do bem descrito na cláusula primeira, será por prazo determinado, compreendendo o período de 15/07/2025 a 29/07/2025, sendo que ao final do prazo

o Cessionário deverá entregar o bem na sede da Cedente

para que no prazo previsto na cláusula segunda, utilize a máquina para serviços de interesse blico do Cessionário.

- A presente Cessão de Uso não pode, sob hipótese nenhuma, ter outra destinação, sob pena de revogação da presente cessão

CLÁUSULA QUARTA - DAS DESPESAS - Durante o prazo de vigência da cessão, todas as despesas referentes ao combustível transporte, despesa com o servidor que irá manusear o equipamento e manutenção básica periódica (óleo, engraxamento, limpeza e etc) serão de responsabilidade do Cessionário. II – As despesas com manutenção e/ou reposição de peças, revisão e consertos, quando necessários serão rateados pelos municípios que utilizarão o equipamento dentro do prazo previsto, de forma que será cobrado de cada

município proporcional

título oneroso ou gratuito:

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES Constituem obrigações da CESSIONÁRIA:

mente, tendo como referência as horas/máquina realizadas por cada

 I - Zelar pela integridade do bem a ela destinado, fiscalizando-o, protegendo-o e conservando-o
em perfeito estado, inclusive mantendo o equipamento em local adequado, que não resulte em
sua degradação antecipada, zelando também pela segurança e responsabilidade por eventuais avarias e danos causados a máquina e seus acessórios

 II - Devolver o bem, objeto do presente ajuste, em perfeitas condições, ressalvado o seu desgaste normal, tanto na hipótese de término do prazo fixado na Cláusula de Regresso, como o caso de não se dar a finalidade destinada ao bem III - Encaminhar anualmente inventário dos serviços e benfeitorias realizadas pelo equipar para divulgação e publicação pelo Cedente, em consonância com os procedim estabelecidos pela Área de Controle de Bens da CEDENTE; em consonância com os procedimentos

- Permitir a CEDENTE a fiscalização do(s) bem(ns); - Em caso de perda, a qualquer título, ou dano(s) ao(s) bem(ns) cedido(s), ressarcir a CEDENTE pelos prejuízos causados, as que se derem por culpa ou dolo da Cessionária, excluindo-se os danos que decorrem de caso fortuito e força maior, bem como os causados por terceiros, que não sejam parceiros da Cessionária;

VI - Arcar com as despesas providas pelo uso ou quaisquer outras que venham a incidir sobre o(s) bem(ns) objeto(s) da presente Cessão de Uso;
 VII - Não dispor, alienar, locar, ceder, ou gravar de ônus, o bem imóvel objeto da cessão, seja a

VIII – Responsabilizar-se pelo transporte do bem, retirado este na sede da Cedente, após o uso dentro do prazo previsto, devolve-lo também na sede da Cedente, inclusive caso haja danos e avarias em razão do transporte do equipamento, obrigando-se a reparar quando necessário; IX — As despesas com servidor, seja efetivo ou contratado, serão de inteira responsabilidade da Cessionária, não tendo a Cedente responsabilidade alguma com eventuais despesas trabalhistas; X – A cessionária é obrigada ao final da entrega do equipamento apresentar relatório das atividades realizadas, comprovando com fotos e quilometragem dos serviços prestados, para que a cedente registre em um banco de dados interno sua utilização e para uma possível prestação de

contas para o Ministério da Integração Nacional;
XI – Também a cessionária é obrigada apresentar declaração após o uso do equipamento, contendo as horas/máquina utilizadas durante o seu período de utilização do(s) bem(s) cedido(s), para controle de despesa quando necessário, assim como preencher o diário de bordo

cediudys), para comunie de despesa quantio necessario, assim como preencher o diano de bolid todas as vezes que o equipamento for utilizado; XII — A Cessionária é obrigada a seguir criteriosamente o termo de recomendações em anexi fornecida pelo fabricante. iomediada peio naturitaria.
XIII – Fica o Consórcio isento de qualquer responsabilidade administrativa, cível e criminal decorrente do uso do bem cedido, cabendo exclusivamente a Cessionária a responsabilidade por eventuais danos e acidentes causados ao Consórcio e a terceiro, sejam eles dolosos ou culposos. XIV – A destinação do bem móvel objeto do presente termo de cessão, deverá ser utilizado e destinado para o interesse precipuamente público da Cessionária, em seus bens públicos de uso comum, especial, dominicais e aqueles sem destinação pública definida, sendo de inteira responsabilidade civil, administrativa e criminal da Cessionária a utilização do equipamento em propriedades particulares e aqueles bens públicos por ela cedidos a particulares, por danos

XV – A utilização e destinação do bem em propriedades particulares, dependerá da prévia existência e vigoração de lei municipal autorizadora para esta finalidade, sob pena de ser nulo de pleno direito e perderá sua destinação específica, não podendo para tanto ser utilizada para esta

- Tomar posse, usar, gozar e utilizar o bem, para que se de adequadamente os fins a que ele - Administrar o bem na forma que convier, utilizando-o para os devidos fins que se almeia:

III - A Cessionária praticar todos os atos legais para manter sua posse justa e de boa-fé CLAÚSULA SÉTIMA - RECURSOS A Cedente deverá realizar aditivo em contrato de rateio ou contrato de programa juntamente com a Cessionária, para custeamento e dotação específica para manutenção do equipamento CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO E DA REVERSÃO

A presente Cessão será rescindida de pleno direito, sem necessidade de comunicação prévia carretando a imediata reversão do equipamento, ao Patrimônio Público do CORIPA, nos - se o CESSIONÁRIO der outra destinação ao equipamento cedido: II – nos demais casos

previstos em lei especifica. CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS. Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o foro da Comarca de Altônia - PR, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado. E assim, por estarem justes e acordes, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor,

iunto com duas testemunhas

partio com duas testeriarinas. São Jorge do Patrocínio - PR, 15 de julho de 2025. Diego Jardim Pergo Prefeito de Altônia CESSIONÁRIO Everton Barbieri Presidente do Consórcio CEDENTE TESTEMUNHAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL Estado do Paraná

Constituem Direitos da Cessionária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2025 O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com base no resultado final do Teste Seletivo Simplificado Nº, 001/2024, constante no Edital nº. 001/2024, homologado através do Edital nº. 005/2014 CONVOCA o abaixo relacionado para comparecer à Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Perobal, sito à Rua Guassatonga . n° 895 para:

Ocusadantes y 1000 paras. I – No prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da publicação no Diário Oficial do Município, (Umuarama Ilustrado), deste Edital, manifestar sobre a aceitação SIM ou NÃO do emprego público e sua apresentação devera ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o candidato e sua apresentação decendra no paze maximo de so (unha) dias comos, apos o canadado ter se manifestado sobre a aceitação do cargo público. II – A relação de documentos, certidões, exames médicos e outros requisitos inerentes ao emprego

público, serão exigidos pela Divisão de Recursos Humanos e exibidos pelo candidato até a

Os candidatos a vaga deverão se apresentar nos horários das 13:30 ás 16:30 hs EMPREGO PUBLICO: Professor 20 horas CLASSIF. ISABELA CRISTINA COSTA E SILVA JOSILAINE BARBOSA DE LIMA ALVES 53 025.244.219-96 DANIELA DE SOUZA BARBOSA DA SILVA. JEISEANE APARECIDA SANTOS FERREIRA 086.141.169-26 130.894.679-17

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, aos 14 de Julho de 2025. CRISTIANO CEZAR MERLINE DE ALBUQUERQUE

269.206.588-36

Estado do Paraná

PREFEITO MUNICIPAL

Contrato n°78/2025.

Contratado: G. M. TECNOLOGIA LTDA ME

AQUILA LUZ DA SILVA.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento e licença de uso de softwares de gestão pública, com implantação, treinamento, assessoria técnica e atualização, para sistemas de Comunicação; Atos Legais; Controle de Viação; Assistência Social; SIGEP, para suprir as demandas das Secretarias Municipais de Perobal – Pr.

Valor Total: 57.708,00 (cinquenta e sete mil, setecentos e oito reais) Vigência: 14 de julho de 2025 a 14 de julho de 2026. Fundamentação: Pregãonº8/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná PORTARIA Nº. 331/2025

Concede licença prêmio a REGIANE CRISTINA FURLAN STORI. O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Art. 1º CONCEDER licença prêmio a REGIANE CRISTINA FURLAN STORI, Matrícula 93001, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira Padrão lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao qüinqüênio de 2016/2021 vencido e não fruído, no período de 17/07/2025 a 14/10/2025. PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL. Estado do Paraná, aos 15 de julho de

CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE

Prefeito Municipal

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO № 071/2025 PREGÃO ELETRÔNICO № 030/2025

FREGACELE TROMOGN 304504 (EL PREMIERO N. 1984) (EL PREMIERO N. 198 Centro - CEP: 87.530-000; Alto Paraíso, Estado do Paraná, inscrita no CNPJMR sob o n° 95.640,736/0001-30, neste ato representado pelo Sr. LUIZ ELISEU DOS SANTOS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade portador RG n. °S.407.055-1 SSPPR e CPF: 744.998.319-20, residente e domiciliado nesta cidade de portador o RG n. °S.6407.056-1 SSPPR e CPF: 744.998.319-20, residente e domiciliado nesta cidade de Alto Paraíso, Paraína considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS °0 30/2025, publicada no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP no dia 1706/2025, processo administrativo n.º 071/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por 071/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por 071/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por 071/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por 071/2025, no Decreto Municipal nº 3192, de 2024 que regulamenta o SRP, e em conformidade com as disposições a seguir: CELEBRAÇÃO DAATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUJEIÇÃO DAS PARTES As partes acima qualificadas, sujeitando-se à Lei 14 133/2021 e demais legislação municipal e federal pertinentes, após o regular processo licitatório, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços, o qual será firmado por meio deste instrumento, mediante cláusulas e condições a seguir enuncidads, dando-se a devida publicidade ao Los deste contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

1. DO OBJETO.
1.1. DO OBJETO.
1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES ESPORTIVAS MUNICIPAIS NAS MODALIDADES DE VOLEIBOL, FUTSAL, FUTEDOL, BEACH TENNIS E PARA AULAS DE KARATÉ-DO TRADICIONAL PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME QUANTIDADES ESTIMADAS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS

DO EDITAL conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Do Processo Administrativo (° 071/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

ANY CAROLINY DANTAS DOS SANTOS—CNP3: 27.443.760/0001-20

ITEM PRODUTO SERVIÇO UND QTDE VALOR UNITÁRIO

VALOR TOTAL

PRESTACÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTATIVOS SERVIÇOS DE ADMINISTATIVOS SERVIÇOS DE ADMINISTATIVOS DE SERVIÇOS DE ADMINISTATI

VALUR I U.IAL

1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, SENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) ANOTADOR POR
PARTIDA, EM TORNEIOS DE VOLEIBOL CATEGORIA LIVRE.

UND 40 283,00 1.1320,00
2 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, SENDO 02 (DOIS) ARBITROS E 01 (UM) ANOTADOR POR
PARTIDA, NOS CAMPEONATOS DE FUTSAL CATEGORIA LIVRE.

UND 100 CAMPEONATOS DE FUTSAL CATEGORIA LIVRE.

UND 100 CAMPEONATOS DE FUTSAL CATEGORIA LIVRE.

47,000 37,000,00 80

3 PRESTAÇÃO DE SERVICOS DE ARBITRAGEM, SENDO 01 (UM) ARBITRO, 02 (DOIS) ASSISTENTENTES E 01 (UM) MESARIO POR PARTIDA, NOS CAMPEONATOS DE FUTEBOL ADULTO CATEGORIA LIVRE. UND 30 982,00 29,460,00 (UM) MESARIO PUR PARTIDA, NOS CAWIFECTATICO DE L'ETECS. EL EL 29, 29,460,00 30 982,00 : 29,460,00 4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, SENDO 02 (DOIS) ARBITROS E 01 (UM) ANOTADOR POR PARTIDA, NOS TORNEIOS DE FUTSAL CATEGORIA LIVRE. UND 40 257,00

5 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, SENDO 01 (UM) ARBITRO, 02 (DOIS) ASSISTENTENTES E 01 (UM) MÉSARIO POR PARTIDA, EM TORNEIOS DE FUTEBOL ADULTO CATEGORÍA LÍVRE. UND 50 256,00 12,800,00

205,0U 12,800,00 50
7 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, SENDO 01 (UM) ARBITRO, 02 (DOIS) ASSISTENTENTES E 01 (UM) MÉSARIO POR PARTIDA, EM AMISTOSO DE FUTEBOL ADULTO CATEGORIA LIVRE. UND 30 955,00 28,550,00 8 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, SENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) ANOTADOR POR PARTIDA, EM AMISTOSOS DE FUTSAL CATEGORÍA LIVRE. UND 20 455 00 9100,00

9.100,00
9. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULAS DE KARATÊ-DO TRADICIONAL. (DURAÇÃO MINIMA DE 01 HORA E 30 MINUTOS). AULAS 200 141,00 31.020,00 10 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, SENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) ANOTADOR POR PARTIDA, EM CAMPEONATOS DE FUTEBOL SUIÇO CATEGORIA LÍVRE. UND 40 326,00 13.040,00 11 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, SENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) ANOTADOR POR PARTIDA, EM TORNEIOS DE FUTEBOL SUIÇO CATEGORIA LÍVRE. UND 40 208.00 8.320.00 UND 40 208.00 8.320.00 UND 40 208.00 8.30.00 EXPLICITABILITADOR E PARTICIPANTE 31.00 óragão gerenciador será a:

3.1.0 órgão gerenciador será a: SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
4. DAADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram de procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes

requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lein "14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciadora, o órgão ou entidade na valorização do regista da se a contratação solicitação do a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade ma de noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorogado excepcionalmente, mediante solicitação ou do cuito du a entidade mão participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respetiado o limite temporal de vigência da ata ex registro de preços.

respeltado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de nā participante, para aqueles Itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do Item 4.1.

participalite, bara aquieres irean para ou quair a terma quammar o siguiere de la composition del la composition de la composition de la composition del la composition de la composition del la composition de la composition del la composition del la composition della composition del

participantes.

participantes de la consensa del consensa del consensa de la consensa del consensa de la consensa del consensa de la consensa

poderá ser exiguia para inis de uarisserentais voluntarias, inal mutanto Sujetta ad inime de que uraci o la seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatib registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021. Da Alteração dos Quantitativos

registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14,133, de 2021. Da Alteração dos Quantitativos
4.10. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14,133, de 2021, o contratado será dorigado a aceltar, nas mesmas condições contratuais, acrescimos ou supressões de aité 25% (vinte e cinco por cento) do valor nicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edificio que se entre en

orçamentários respectivos. 5.1.3. O quantitativo registrado será automaticamente renovado, quando o órgão gestor optar pela renovação da validade da Ata por mais 01 (um) ano, nos termos do Decreto Municipal nº 3192, de 2024 que regulamenta o SRP, que Regulamenta

o SRP.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de

preços. 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021. 5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro

de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de
o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2. I Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação.

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.6. O registro a que se refere o tiem 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de

impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicitatirio antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original. oo aquidicatano antecederao aqueies que mantiverem sua proposta original. 57. A habilitação dos licitaries que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses: 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assimar a tat de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e infriedencias de la displación de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edifal de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lein °14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do icitante ou fornecedor convocado, desde que a presentada dentro do prazo, devidamente justificado, e que a justificativa seja aceita

pela Administração. 5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no site oficial de nicipio.

. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e ervado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitation anescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas

remainescentes du caudado de recordo, no descripto, per periorio classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

adjudicatário; ou 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição. 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada. 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS.

6. AL TEMAÇÃO UN ATIVALZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações: 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisiveis ou previsiveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso 11 do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021; 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de de consequências incadados de consequências de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de de capacidos.

disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, no termos da Lei nº 14.133, de 2021. 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a

contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade genericadora convocaráo formecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisos assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem

compromisso assumido quanto ao tient registrado, sem aplicação de pertandades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no filem antenior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceilam reduzir seus prepos aos valores de mercado e não convocará os ficitantes ou ornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obliver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidase cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14,133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tomar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, neclante comprovação de falo superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o comprohatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado, o pedido será indefendo pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pera de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

observado o disposto no item 5.7. 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço régistrado, confórme to no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a del do unidado profeso portigado polo recepto.

idade dos valores praticados pelo mercado.

6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos orrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de ração contratual, observado o disposto no at 1.24 da Lei p.º 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser anejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do stro de preços.

remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos para as adesões.

8.5. Competirá ao órgão ou á entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou de entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao formecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do formecimento de cormente do remanejamento dos fiens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, não havendo indicação do tiem 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor: Descumprir as condições da ata de registro do preços, sem motivo justificado; Não retitar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela A positicante l'accourse, proposition de la proposition de la proposition de la comprovação da existência de fato supervenia que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o forme deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos disposto no art. 28, sem prejuizo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legisla aplicação das cancelamento aplicação das cancelamento aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legisla aplicação das cancelamentos de cancelamento aplicação das cancelamentos de sema cancelamento aplicação das cancelamentos de sema cancelamento de sema

osposto no art. 26, sem prejuízo da aplicação das sarições previstas na Leti nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável; ou 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, 9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção. 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa. 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação. 9.4. O cancelamento do registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas: 9.4.1. Por razão de interesse público; 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou 9.4.3. Se não houver éxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

o da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edita vém se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços qur 10.1. U descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no e 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata. 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pact, nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações orgaso su entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalic Decreto Municipal nº 3192, de 2024 que regulamenta o SRP. 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previo item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor. 11. CONDICOES GERAIS.

11. CONDIÇOES GERAIS 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigaç da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL. ientrio de Reterencia, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de iten do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade. Alto Paraíso - PR., 15 de julho de 2025. LUZ ELISEU DOS SANTOS PREFEITO MUNICIPAL **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

ESTADO DO PARANÁ ADITIVO CONTRATUAL Nº 166/2025

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 443/2024, da Inexigibilidade de Licitação nº 001/2024, Chamamento Público nº 001/2024 Contratante: MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90

Contratada: INSTITUTO HEMOLAB TEREZINHA VIEIRA, CNPJ nº 54,562,553/0001-67 Objeto do Contrato: Prestação dos serviços ambulatorial e/ou de apoio diagnóstico e terapêutico (execução de exames) nos termos do Programa Municipal de Apoio aos Serviços de Internamentos Ambulatoriais, de Diagnósticos e Terapias - SIADT, instituído pelo Decreto Municipal 295, de

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do

Contrato de Prestação de Serviços nº 443/2024. Fundamentação: nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021. Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato por mais 12 (doze) meses, até 02 de julho de 2026.

Do Valor Contratual: Estima-se para a execução do presente Contrato a importância anual de R\$ 1.056.000,00 (um milhão e cinquenta e seis mil reais), referente aos atendimentos ambulatorial de média e alta complexidade da tabela SUS, que serão custeados pelo Fundo Nacional de Saúde, efetivamente prestados, reconhecidos, atestados e processados pela CONTRATANTE, até o limite constante na Ficha de Programação Orçamentária - FPO anexa parte integrante deste instrumento, ou seja, estima-se a importância mensal de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais). Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original Guaíra, Paraná, 02 de julho de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI

ADITIVO CONTRATUAL Nº 167/2025

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 342/2023, do Pregão Eletrônico nº 094/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA. CNPJ nº 77.857.183/0001-90

Contratante: MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ n° 77.857.183/1001-90
Contratada: TONN & FERNANDES LTDA, CNPJ n° 07.029.836/0001-68

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de alarme, sistema monitorado (ASSEGURADO), monitoramento de segurança 24 (vinte e quatro) horas, em prédios públicos de propriedade e responsabilidade do Município de Guaíra - PR.

Objetivo do Aditivo: O objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste

de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 342/2023.

Prorrogação do Prazo de Vigência: Fica Prorrogado o prazo de Vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, de 05 de julho de 2025 até 05 de julho de 2026.

Do reajuste do valor contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo, reajustado conforme o INPC (IBGE), de R\$ 103.187,64 (cento e três mil, cento e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original Guaíra, Paraná, 04 de julho de 2025. GILEADE GABRIEL OSTI

Prefeito Municipal

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 343/2023, do Pregão

Eletrônico nº 094/2023
Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90

Contratada: TONN & FERNANDES LTDA CNP. Lnº 07 029 836/0001-68 Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de alarme, sistema monitorado (ASSEGURADO), monitoramento de segurança 24 (vinte e quatro)

horas, em prédios públicos de propriedade e responsabilidade do Município de Guaíra - PR. Objetivo do Aditivo: O objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajust de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 343/2023.

Prorrogação do Prazo de Vigência: Fica Prorrogado o prazo de Vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, de 05 de julho de 2025 até 05 de julho de 2026. Do reajuste do valor contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo, reajustado conforme o INPC (IBGE), de R\$ 122.661,36 (cento e vinte e dois mil.

seiscentos e sessenta e um reais e trinta e seis centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original. Guaíra, Paraná, 04 de julho de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI

EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 548/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 059/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210/2025

Locatário: MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ Nº 77.857.183/0001-90 Locador: LUIS FERNANDO DE SOUZA, CPF nº 055.951.409-33

Beneficiária: SANDRA DE OLIVEIRA AMARILLA, CPF nº 031.794.929-29

Senericiana: SANDRA DE OLIVEIRA AMARILLA, CPF nº 051.794.929-29

Objeto do Contrato: Concessão, pelo Poder Executivo, conforme Lei Municipal nº 1.933/2015, de benefício financeiro para custear integral ou parcialmente, a locação de imóvel residencial (localizado na Rua São Caetano, nº 130, Frente, Bairro Vila Rica), pelo prazo de 12 (doze) meses, permitida a prorrogação por igual período, à família da Sra. Sandra De Oliveira Amarilla, que se encontra em situação habitacional de emergência e de vulnerabilidade socioeconômica Fundamentação: artigo 74, inciso V, da Lei 14.133/2021 e Art. 1° da Lei nº 1.933/2015. Valor Total: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Recursos Orçamentários: 274.5.3.2019. 333904899990000000.505

Prazo da vigência do Contrato: 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do Contrato de Data de Assinatura: 15 de julho de 2025

Foro: Guaíra – Paraná Guaíra, Paraná, 15 de julho de 2025. GILEADE GABRIEL OSTI



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA ESTADO DO PARANÁ.

DECRETO №. 095/2025 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

cito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Pregoeira, resolve: HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

b) Licitação Nº 20/2025 c) Modalidade

d) Data Homologação : e) Objeto Homologado:

O objeto da presente licitação é a eventual e futura contratação de empresa para prestação de serviços em manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de Ar ondicionado com fornecimento de peças, para atender as necessidades das ecretarias/Divisões do Município de Esperança Nova, Lei Federal nº. 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e suas alterações

1) Processo ADM N $^\circ$: 24/2025 26.782.1014.2.120. - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE TRANSPORTE 26.782.1014.2.120. - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE TRANSPORTE 08.244.1017.2.125. - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL FINANCIA DE CASAL DE C

SOCIAL - FMAS 15.451.1015.2.122. - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE OBRAS



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone (0xx) 44 3664 1320 e-mail – administracao@altoparaiso.pr.gov.br www.altoparaiso.pr.gov.br

NOTIFICAÇÃO

ento ao contido no Art. 2º da Lei nº 9.452/97, NOTIFICAMOS os Partidos Político

ÓRGÃO REPASSADOR / PROGRAMA	DATA	VALORES
SAÚDE BUCAL	15/07/2025	9.514,25
TOTAL REPASSE		9.514,25
INSENTIVO COMPENSATÓRIO DE TRANSIÇÃO	15/07/2025	4.289,00
TOTAL REPASSE		4.289,00
INC. FINANC. AT. PRIM. SAUDE - EQUIPES ESF/EAP	15/07/2025	26.000,00
TOTAL REPASSE		26.000,00
APS - COMPONENTE PER CAPITA BASE POPULACIONAL	15/07/2025	1.525,68
TOTAL REPASSE		1.525,68
BLOCO GERTÃO PROG. BOLSA FAMILIA E CAD. ÚNICO	14/07/2025	3.360,00
TOTAL REPASSE		3,360,00

Alto Paraíso, 15 de julho de 2025.

CONVOCAÇÃO
Convocamos todos os "SÓCIOS" do GRÊMIO ESPORTIVO DER

CRUZEIRO DO OESTE (GEDERCO), para a Assembléia Extraordinária a ser realizada às 9:00h do dia 26 de julho de 2025, no Salão de Festas da Capela São Benedito, situada nas proximidades do Escritório do DER/PR, na cidade de Cruzeiro do Oeste/PR, para deliberar quanto a "ELEIÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO GRÊMIO, PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PERÍODO AGOSTO/2024 À JUNHO/2025 e outros assuntos pertinentes ao GRÉMIO". Sua presenca é muito importante para a realização desta Assembléia. Cruzeiro do Oeste, 11 de Julho de 2025. Carlos Alberto Silva - Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA ESTADO DO PARANÁ.

DECRETO N°. 096/2025
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Pregoeira, resolve:

29/2025
23/2025
Pregão:
15/07/2025
O objeto da presente licitação será o registro de preços para fornecimento de MUDAS PRÉ-CULTIVADAS de HIBRIDO DE IMPATIENS SSP (SUNPATIENS), destinados a atender as necessidades das Divisões de Obras e Serviços Urbanos do Municipio de Esperança Nova, Lei Federal nº. 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, conforme especificações e quantitativos nos orçamentos em anexo.

f) Processo ADM No

15.452.1015.2.123. - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

Fornecedor: TECFERT AGRICOLA LTDA Marca Quant Valor Unit Valor Total

Hein	Descrição	Marca	Quant.	valor Unit.	valor, I otal
1	MUDAS PRÉ-CULTIVADAS de Impatiens ssp (Sunpatiens). Nas cores: rosa, roxa, branca, vermelha e mix de cores, podendo ser solicitadas uma única cor. Entregar as mudas no início da torotação, em bandejas, livre de pragas, doenças e de ervas daninhas, para cultivo a sol pleno. Características da planta: robustas e extremamente resistentes ao sol pleno, calor e chuva; florescimento precoce e continuo independentemente da estação; plantas densas, bem ramificadas cobertas com flores e de crescimento ereto, Mudas em bom estado, sendo que não serão aceitas mudas em para para como mudas em por estado, sendo que não serão aceitas mudas em por estado, sendo que não serão aceitas mudas em por estado, sendo que não serão aceitas mudas em por estado, sendo que não serão aceitas mudas em por estado, sendo que não serão aceitas mudas em por estado, sendo que não serão aceitas mudas em por estado, sendo que não serão aceitas com serão de completo	Sakata	10.000	R\$ 2,5900	R\$ 25.900,0000

ESPERANÇA NOVA, 15 de julho de 2025.

conservadas.



PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

A Agente de Contratação, designada através da Portaria nº 157/2025, de 26 de maio de 2025, com base na Lei Federal 14.133/2021 e legislação complementar, torna público Resultado do processo de Dispensa de Licitação.

OBJETO: Aquisição de equipamentos e mobiliários para suprir as necessidades da Câmara Municipal, visando o melhoramento dos móveis e dos equipamentos nos setores que necessitam troca devido ao estado de danificação causado pelo uso e pelo tempo, importante suprir a demanda em alguns caso que são insuficientes, dessa forma pensando em um melhor atendimento e funcionamento dos serviços

Lote	01			
Descrição Do Produto	Qtd	Valor unitário	Valor total	
Poltrona costurada com base metálica cromada, confeccionada em couro ecológico, assento e encosto, cor preta.		763,00	2.289,00	
Cadeira Presidente costurada giratória, com braços com regulagem de altura, confeccionadas com couro ecológico, assento e encosto, cor preta.	10	385,00	3.850,00	
П	•		VALOR TOTAL R\$ 6.13	39,00

APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO: a	empresa encaminh	nou toda a dod	cumentação solicitada er
ACORDO com o disposto na Lei 14133/21, be	em como no Termo	de Referencia	a, estando para tanto
HABILITADA.			
DA FUNDAMENTAÇÃO: art. 75, III da Lei n'	° 14.133/21		
DA FUNDAMENTAÇÃO: art. 75, III da Lei n	° 14.133/21 Lote 02		

PLACA MAE HS10 PROCESSADOR INTEL CORE I5-10400 3.267,00 3.267,00 PLACA DE VIDEO 2GE LICENÇA WINDOWS 10/11 PRO ORIGINAL -MONITOR LED WIDESCREEN 24" HDMI/VGA

VALOR TOTAL R\$ 3.327,00

PROPOSTA APRESENTADA: EUROPC COMPUTADORES

CNPJ Nº 550633710001-04

HABILITADA.

VALOR DA PROPOSTA: R\$ 3.267,00 (Três mil, duzentos e sessenta e sete reais)

APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO: a empresa encaminhou toda a documentação solicitada em ACORDO com o disposto na Lei 14133/21, bem como no Termo de Referencia, estando para tanto

DA FUNDAMENTAÇÃO: art. 75. III da Lei nº 14.133/21

PROPOSTA APRESENTADA: JG IMOBILIARIOS LTDA

CNPJ N° 52.994.508/0001-56

Descrição Do Produto 60.00 300.00 VALOR TOTAL R\$ 300,00 PROPOSTA APRESENTADA: JS OFFICE COM. LTDA

Descrição Do Produto

APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO: a empresa encaminhou toda a documentação solicitada em ACORDO com o disposto na Lei 14133/21, bem como no Termo de Referencia, estando para tanto

Refrigerador 02 portas Frost free, com capacidade 3.099,00 3.099,00 375 Litros **VALOR TOTAL R\$ 3.099,00** PROPOSTA APRESENTADA: JS OFFICE COM. LTDA

APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO: a empresa encaminhou toda a documentação solicitada em

ACORDO com o disposto na Lei 14133/21, bem como no Termo de Referencia, estando para tanto DA FUNDAMENTAÇÃO: art. 75, III da Lei nº 14.133/21

VALOR DA PROPOSTA: R\$ 3.099.00 (Três mil e noventa e nove reais)

Maria Helena, 15 de julho de 2025.

CNPJ N° 550633710001-04

Agente de Contratação

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

PORTARIA nº250/2025

SUMULA: Concede licença prêmio ao servidor VALDEMAR CARVALHO BRANDÃO e dá outras O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de sua:

Art. 1º - Conceder Licença prêmio por 90 (noventa) dias ao servidor VALDEMAR CARVALHO BRANDÃO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.251.627-9, residente e domiciliado neste município de Esperança Nova – PR, referente período aquisitivo 19/01/2003 à 18/01/2008 a ser usufruídas no período de 16/07/2025 à 15/10/2025, com fundamento no artigo 70

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Publique-se, Cumpra-se e Arquive-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de iulho do ano de dois mil e vinte e cinco.



MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela slação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações teriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve

Dispensa Eletrônica

AQUISIÇÃO DE ABSORVENTES HIGIÊNICOS ÍNTIMOS FEMININOS, ATRAVÉS DA DELIBERAÇÃO CEDCA/PR № 70/2022, DENOMINADA APOIO À PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, POR MEIO DO ACESSO A PRODUTOS DE HIGIREN INTIMA", A SEREM DISTRIBUIDOS PELO GIDA EM PARCERIA COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÈNCIA

10.004.08.243.0017.1.077.3.3.90.30.00.00. - 31094 - MATERIAL DE CONSUMO

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

1) VICTOR HUGO SOARES DA MATTA inscrito no CNPJ/CPF N° 58.240.051/0001-70 no valor total dos itens vencidos de R\$ 8.140,00 (oito mil, cento e quarenta reais).

CRUZEIRO DO OESTE, 14 de julho de 2025

ARMANDO CERCI JUNIOR PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: PREGÃO ELETRÔNICO n.º 22/2025 33 09h00min (horário de Brasília), através do site

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada na prestação de serviços, fornecimento de peças e mão de obra em conserto de radiadores, e retifica de motores, alinhamento, balanceamento, e afins com critério de maior percentual de desconto, tendo como referência de valores máximos os preços do software de orçamentação eletrônica TRAZ VALOR. R\$ 1.564.247,38 (um milhão, quinhentos e sessenta e quatro mil, duzentos e

quarenta e sete rea	ils e trinta e oito cen	itavos)	
Modo de	disputa	Instrument	o contratual
ABE	RTO	CONT	RATO
Registro de preços	Vistoria	Garantia de execução	Critério de julgamento
NÃO	NÃO	NÃO	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO

Documentos de habilitação (Item 16)	
Requisitos básicos:	Requisitos e
- Documentos de regularidade jurídica;	-
- Documentos de regularidade fiscal e	
trabalhista;	
- Documentos de qualificação	

Requisitos básicos - Documentos de reç - Documentos de reç trabalhista; - Documentos de qu economica-financeir	gularidade jurídica; gularidade fiscal e alificação	Requisitos especifi	cos:
Licitação exclusiva ME/EPP?	Cota para ME/EPP?	Exigência de amostra	Dedicação exclusiva
NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Pedidos de esclare	cimentos	Impugnações	
Até às 23h59min o através do https://bllco	endereço:	Até às 23h59min o através do https://bllco	endereço:

https://bllcompras.com
Cruzeiro do Oeste, 15 de julho de 2025 DANIELLE CRISTINA PEDRINI Pregoeira Municipal



do Edital De Pregão

Proponente	Proposta	Marca	Situação
	Final		
GM FAVARÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES	113.800,00	DIVERSOS	Classificado / Vencedor
VALOR TOTAL			113.800,00

INGRID ELLEN VIEIRA PRETTI RONQUIM



CIUENP

NOROESTE PR Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná

istrativo nº 75/2025 – Dispensa nº 28/2025 Noroeste do Paraná - SAMU 192 - Noroeste do Paraná, CNPJ nº 15.718.459/0001-00, situado na Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, nº 4.322, Centro, na cidade de

Contratada: UMUPEL LIVRARIA E PAPELARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.055.362/0001-78, estabelecida na Av Rolândia, nº 4141, CEP 87.502-170 na cidade de Umuarama, Estado do Paraná. Objeto: Aquisição fragmentadora de papel a ser utilizada nos setores nistrativos do CIUENP - SAMU 192 - Noroeste do Paraná

MARCO ANTONIO FRANZATO

PRESIDENTE DO CIUENP



RESOLUÇÃO Nº 088/2025

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS - 12ª R.S. no uso de suas atribuicões e.

CONSIDERANDO o disposto na Resolução №031/2023 e alterações, que estabelece normas para o pagamento de diárias ao Presidente, Coordenador, Motoristas e demais Funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA AMERIOS – 12º R.S.

Art. 1º Conceder diária ao seguinte funcionário na forma discriminada abaixo, pela prestação de serviços fora do domicílio:

Município de Destino: MARINGÁ/PR
Objetivo TCE-PR: Outros Objetivos não Ligados ao TCE
Justificativa do Deslocamento: Conduzir as funcionárias para participar e discutir a implementação do Programa agora tem especialistas do Ministério da Saúde na cidade de Maringá/Pr.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Umuarama, 15 de julho de 2025.

EVERTON BARBIERI Presidente do Cisa



EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO

A Agente de Contratação comunica aos interessados na execução do objeto do Edital De Pregão Eletrônico N.º 05/2025, Tipo: Menor Preço, que após a análise e apuração da proposta de preços ofertada, bem como dos documentos de habilitação, decidiu classificar as seguintes proponentes:

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais Hospitalares que serão utilizados nos atendimentos de urgência e emergência para atender a Central de Regulação e as bases Descentralizadas do CIUENP - SAMU 192 - Noroeste do Paraná por um período de 12 meses.

Proponente	Proposta Final	Marca	Situação
DESERTO	DESERTO	-	DESERTO
LOTE 02 Proponente	Proposta	Marca	Situação
	Final		
AGUIA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E SUPRIMENTOS EIRELI ME	Final 6.982,00	DIVERSOS	Classificado / Vencedor

MEDICAMENTOS E SUPRIMENTOS EIRELI ME			Vencedor
VALOR TOTAL			6.982,00
LOTE 03			
Proponente	Proposta Final	Marca	Situação
SOS DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	39.238,00	DIVERSOS	Classificado / Vencedor
VALOR TOTAL			39.238.00

Proponente	Proposta	Marca	Situação
	Final		

SOS DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	1.100,00	DIVERSOS	Classificado / Vencedor
VALOR TOTAL			1.100,00
LOTE 05 Proponente	Proposta	Marca	Situação
	Proposta Final	Marca	Situação
Proponente ALTERMED MATERIAL MEDICO		Marca DIVERSOS	Situação Classificado /
Proponente	Final		

VALOR TOTAL			11.785,00
LOTE 06			
Proponente	Proposta Final	Marca	Situação
GTMED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA	85.274,50	DIVERSOS	Classificado / Vencedor
VALOR TOTAL			85.274,50

Proponente	Proposta Final	Marca	Situação
DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.	4.900,00	DIVERSOS	Classificado / Vencedor
VALOR TOTAL			4.900,00

SOS DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E			
EXPORTADORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	5.969,06	DIVERSOS	Classificado / Vencedor
VALOR TOTAL			5.969,06

	Final		
PREMISSE HOSPITALAR LTDA	11.914,60	DIVERSOS	Classificado /
			Vencedor
VALOR TOTAL			11.914,60
LOTE 10 Proponente	Proposta	Marca	Situação
	Fillal		
	Filldi		
K MEDICA PRODUTOS MEDICO	24.998,50	DIVERSOS	Classificado /
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME		DIVERSOS	Classificado / Vencedor

Proponente	Proposta Final	Marca	Situação
AGUIA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E SUPRIMENTOS EIRELI ME	5.780,00	DIVERSOS	Classificado / Vencedor
VALOR TOTAL			5.780,00

Proponente	Proposta Final	Marca	Situação
ELO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	17.203,00	DIVERSOS	Classificado / Vencedor
VALOR TOTAL			17.203.00

LOTE 13			
Proponente	Proposta Final	Marca	Situação
DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.	4.200,00	DIVERSOS	Classificado / Vencedor
VALOR TOTAL			4.200,00
LOTE 14			
Proponente	Proposta Final	Marca	Situação

	Final		
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME	1.057,50	DIVERSOS	Classificado / Vencedor
VALOR TOTAL			1.057,50
LOTE 15 Proponente	Proposta	Marca	Situação
	Proposta Final	Marca	Situação

DESERTO	DESERTO		DESERTO
LOTE 16			
Proponente	Proposta Final	Marca	Situação
PREMISSE HOSPITALAR LTDA	2.132,40	DIVERSOS	Classificado / Vencedor

VALOR TOTAL			2.132	2,40	
Comunica, outrossim, que dentro do prazo de	03 (três) dias	úteis contados	da publica	ıção deste	Edital de
Classificação, a Autoridade Competente dará	vistas do respe	ctivo processo	licitatório o	om prosse	guimento
para homologação.					



ESTADO DO PARANÁ Processo Administrativo nº 77/2025

Interessado: CIUENP - Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência

do Noroeste do Paraná - SAMU 192 - Noroeste do Paraná. Publica aviso de realização de processo

Adaptador USB Bluetooth a ser utilizado na sala de reuniões da Sede Administrativa do CIUENP - SAMU 192 - Noroeste do Paraná Venho, nesta oportunidade, ratificar o ato por mim praticado na solicitação da

PRESIDENTE DO CIUENP



RESOLUÇÃO N° 085/2025 SÚMULA: Concede diária a Funcionário, pela prestação de serviços fora do domicílio.

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 031/2023 e alterações, que estabelece normas para o pagamento de diárias ao Presidente, Coordenador, Motoristas e demais Funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA AMERIOS – 12º R.S.

Art. 1º Conceder diária ao seguinte funcionário na forma discriminada abaixo, pela prestação de serviços fora do domicílio:

Matricula: 104109 Cargo: Procurador Geral Lotação: Divisão do Cisa I Data da Saída: 17/07/2025 Data do Retorno: 19/07/2025 Número de Diárias: 02 Valor Total: R\$ 1.101,04

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

EVERTON BARBIERI Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Fone (044) 3675-4300 Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, n.º 2394 CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF - 75.377.200/0001-67

> PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 004/2025, REF. A CONCORRENCIA ELETRÔNICA N.º 005/2025, DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 113/2024, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA/PR E A EMPRESA BROTTI CONSTRUÇÕES LTDA.

ento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA/PR, Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAUCHA/PR, peso-jurídica de direito público, como sede na Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, n.º 2394, Bairro Centro, no Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, inscrita no CNPI/MF sob n.º 75.377.200/0001-67, neste ato representada por seu Prefeito Municípal Sr. ALEXANDRE LUCENA, brasileiro, casado, advogado, portador do RG n.º 5.192.076-7 SESP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 908.659.069-05, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONTRATANTE.

E, de outro lado, a empresa BROTTI CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 0.1.467.443/0001-50, com sede à Rua José Pereira Betrame, n.º 34, no Município de Jardim Alegre PR, telefone (41) 99510-1700, e-mali: brotticonstrucoses@email.com, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. RUAN CARLOS BROTTI, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG n.º 7.970.290-0/SSP-RR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 077.159.599-95, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que o objeto do Contrato n.º 004/2025 refere-se à execução da obra "Meu Campinho" – Quadra Poliesportiva, na Comunidade Cidade Alta, no âmbito do Programa de Transferências Voluntárias, conforme Processo Licitatório regularmente

ONSIDERANDO a necessidade técnica de pequeno ajuste no layout da implantaçi Juadra, conforme solicitação formal da empresa contratada, visando solucionar des no terreno identificado após a terraplanagem, sem que isso implique em alteração de valor, objeto ou prazos do contrato;

CONSIDERANDO que a Divisão de Engenharia e Habitação do Município manifestou-se favorável à modificação, atestando que não haverá impacto orçamentário, nem prejuízo ao cronograma ou à qualidade da obra;

ver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica

Resolvem pelo presente instrumento ADITAR o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, celebrando o presente, conforme cláusulas abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA 1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a adequação do layout da implantação da quadra poliesportiva do Projeto "Meu Campinho" — Comunidade Cidade Alta, priorização n.º 62, com deslocamento da implantação em 72 (setenta e dois) centimetros no sentido lateral, com o objetivo de solucionar desniveli identificado no terreno e garantir a viabilidade da execução sem necessidade de construção de muro de arrimo, sem impacto no orçamento contratado, sem alteração no objeto, escopo, valores ou prazos estabelecidos

2.1. A alteração proposta foi requerida pela contratada e avaliada tecnicamente pela Divisão de Engenharia e Habitação do Município, responsável pela fiscalização da obra, conforme justificativa técnica aprovada. Trata-se de uma modificação do projeto para melhor adequação técnica aos objetivos da execução, nos termos do art. 124, inciso i, alinea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021

3.1. Permanecem inalteradas, e em pleno vigor, as demais cláusulas, e condições do contrato original n.º 004/2025, datado em 10 de maio de 2022.

al teor e forma para que produza seus efeitos jurídicos e legais Cidade Gaúcha/PR, 15 de julho de 2025.

ALEXANDRE LUCENA

Prefeitura Municipal de Maria Helena Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662,1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Parana'- CNPJ n." 762,247.3860001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

RUAN CARLOS BROTTI

Contratado

Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

O Agente de Contratação, designado através da Portaria nº 157 de 2025, com base na Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 025/2024 e nº 026/2024 e legislação complementar, torna público Resultado do processo de Disensa de Licitação.

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO Nº DISPENSA E EDITAL

OBJETO: Contratação da empresa Senac CNPJ nº 03.541.088/0014-61, para a Prestação de Serviço "de "Palestras direcionadas a Primeira Infância". conforme termo de referência, e base legal artigo 75, inciso XV, da lei nº 14.133/21 c/c art. 72 e seguintes do decreto municipal nº 025/2024 e 026/2025.

Item	Descrição/ Especificação	Quantidade	UND	Valor total
1	Palestra no Segmento Saúde – Respeito e diálogo na família	2Н	Horas	R\$ 1.000,00
	Palestra Segmento Educacional – Educação dos Filhos: Medo e Culpa			
2		2h	Horas	R\$1.000,00
3	Palestra Segmento Saúde – Educação Alimentar e nutricional	2h	Horas	R\$1.000,00
	Palestra Segmento Saúde — Obesidade Infantil	2h	Horas	R\$1.000,00

5	Palestra Segmento Saúde — Conflitos em Familia: Reconhecendo os Limites	2h	Horas	R\$1.000,00
6	Palestra Segmento Saúde – Prevenção de Acidentes Domésticos na Infância	2h	Horas	R\$1.000,00
7	Curso: Primeiros Socorros	15h	Horas	R\$3.500,00

SENTADA: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Sena CNPJ W 93.541.088/0014-61

VALOR DA PROPOSTA: R\$ 9.500,00 (Nove mil e quinhentos reais)

APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO: a empresa encaminhou toda a documentação solicitada er ACORDO com o disposto na Lei 14133/21, bem como no Termo de Referencia, estando para tanto

Maria Helena-PR, 14 de julho de 2025

CLAUDENICE SANTOS GOBBO Agente de Contratação



RESOLUÇÃO Nº 086/2025 **SÚMULA:** Concede diária a Funcionário, pela prestação de serviços fora do domicílio.

CONSIDERANDO o disposto na Resolução № 031/2023 e alterações, que estabelece normas para o pagamento de diárias ao Presidente, Coordenador, Motoristas e demais Funcionários do Consortio Intermunicipal de Saúde – CISAAMERIOS – 12* R.S.

Art. 1º Conceder diária a seguinte funcionária na forma disc pela prestação de serviços fora do domicílio:

Empregado: Eliana Lima Beraldo Matrícula: 104119 Matricula: 104119 and Cergo: Coordenatora Geral do Cisa Lotação: Divisão do Cisa I Data da Salda: 1707/2025 Data do Retomo: 1707/2025 Número de diáras: 01 Valor Tota de Retomo: 1707/2025 Municipio de Data Retomo: MaringálPr. Outros Objetivos dijestificados de Pr. Outros Objetivos dijestificados /alor Total: RS 229.4U Município de Destino: Maringá/Pr Dòjetivo TCE-PR: Outros Objetivos não Ligados ao TCE ustificativa do Deslocamento: Participar e discutir a implementação do Programa agora tem specialistas do Ministério da Saúde na cidade de Maringá/Pr.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

EVERTON BARBIERI Presidente do Cisa



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA

RESOLUÇÃO Nº 087/2025

SÚMULA: Concede diária a Funcionário, pela prestação de serviços fora do domicílio.

leis@ilustrado.com.br

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS - 12^a R.S. no uso de suas atribuições e, CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 031/2023 e alterações, que

belece normas para o pagamento de diárias ao Presidente, Coordenador, Motoristas mais Funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA AMERIOS – 12ª R.S.

Art. 1º Conceder diária ao seguinte funcionário na forma discriminada abaixo, pela prestação de serviços fora do domicílio:

Empregado: Elizabeth de Souza Carvalho Matrícula: 2721

Matrícula: 2721
Cargo: Direbra de Execução de Serviços de Saúde
Lotação: Divisão do Cisa :
Data da Salda: 1707/2025
Data de Rebro: 1707/2025
Número de Diárias: 01
Valor Total: R8 183.62
Minifolia de Destino: Maringá/Pr
Opicino TCE-PR: Outros Objetivos não Ligados ao
Justillativa do Deslocamento. Particinar e diamento.

r I otal: № 183,32.
icipio de Destino: Maringál/Pr etivo TCE-PR: Outros Objetivos não Ligados ao TCE efitoativa do Deslocamento: Participar e discutir a limplementação do Programa agora especialistas do Ministério da Saúde na cidade de Maringál/Pr.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama, 15 de julho de 2025.

PREFEITURA DE CRUZEIRO DO OESTE

EVERTON BARBIERI Presidente do Cisa

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CONTRATO Nº 151/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2024

OBJETO: O objeto do presente instrumento é contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telemedicina, para realização de laudos de eletrocardiograma com fornecimento de equipamentos em comodato para atender as necessidades da

Secretaria de Saúde. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, n.º 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27 neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Armando Cerci Junior, brasileiro, casado portador da cédula de identidade civil RG sob n.º XX2.150-X e do CPF

contratada: Teleclinic online servicos medicado con contratado con con pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 34.354.716/0001-09, com sede na Rua São Cristóvão, Nº: 5, Bairro: São Cristóvão, CEP: 20940-001, Município de Rio de Janeiro neste ato representado pelo Sr. Flavio Svaiter, portador do CPF n.º 051 XXX.XXX-07, E-mail: licitacao@telecliniconline.com.br , Telefone: (21

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 51/2025, Pregão de Licitação nº 17/2025, que integram o presente Termo e nos fundamentos e disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, do Decreto Municipal n.º 172/2022, da Lei Complementar nº 123/06 e demais legislações aplicáveis. VIGENCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, tendo início em 11 de julho de 2025 e término em 11 de julho de 2026 contudo prorrogável, na forma do artigo 105 e seguintes da Lei

VALOR TOTAL: O valor total máximo do objeto do presente contrato será de R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais), observado o disposto na cláusula sétima do presente contrato. De acordo com os requisitos exigidos no artigo 5.º, do Decreto Municipa 172/2022, indica-se como gestor de contrato o Sr. Flavio Silva Posseti, inscrito no CPF sob n.º 025.XXX.XXX-10 e como fiscal de contrato a Sra. Amanda Cristina Bertoco de Souza, inscrito no CPF sob n.º 066

XXX.XXX-61 DISPOSICÕES GERAIS: O contrato seque os termos estabelecidos no nstrumento convocatório e na proposta apresentada pela contratada.

PREFEITURA DE CRUZEIRO DO OESTE

Federal n.º 14.133/2021.

REF. CONTRATO Nº 246/2023 MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE - ESTADO DO PARANÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob no 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Armando Cerci Junior, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG sob n.º XX2.150-X e do CPF sob n.º XX0.071.879-XX, residente e domiciliado nesta cidade, ora em diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a CONTRATADA: IVO I. OKUMA ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 16.975.236/0001-83, com sede na Avenida Brasil, n.º 1875, Bairro: Centro, CEP: 87400-000, Município de Cruzeiro do Oeste – PR, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) Ivo Iwao Okuma, portador do CPF sob o n.º 446.XXX.XXX-91, telefone (44) 3676-5453, e-mail okumaimoveis@

As partes têm entre si justo e acertado na melhor forma de direito, o

contrato, mediante as cláusulas e condições seguin Cláusula Primeira: Este instrumento tem por objeto Locação de imóvel destinado a mudança do Órgão CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, situado na Av. Aparício Teixeira

D'Ávilla, nº 113 para a Avenida São Paulo, nº 41.

Cláusula Segunda: O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Dispensa n.º 92 /2023, na forma da Lei n.º 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro. Cláusula Terceira: Através do presente termo aditivo, decidem as partes, de comum acordo, prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 246 / 2023 contar do dia 22 de julho de 2025 com termino em 22 de julho de 2026, e reajustar o valor com fundamento no Decreto n.º 176/2022, Art. 3º, que estabelece a aplicação do índice IPCA como rarâmetro de correção. Em razão disso, o valor mensal contratado le R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) passa a ser de R\$

1.579,79 (um mil quinhentos e setenta e nove reais e setenta e nove centavos), representando um acréscimo total ao contrato o valor de R\$ R\$957,48(novecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos) no período de doze (doze) meses. Para dar continuidade

nos serviços prestados. Termo aditivo de prazo e reajuste elaborado conforme solicitação e justificativa apresentadas no memorando n.º Cláusula Quarta: As partes comprometem-se a manterem as mesmas condições estabelecidas pela Licitação contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Dispensa n.º 92 /2023, que não

colidirem com as disposições deste aditivo, obedecendo ao Contrato n.º 246 / 2023. Cruzeiro do Oeste, 07 de julho de 2025. MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE Sr. Armando Cerci Junior

CONTRATANTE IVO I. OKUMA & OKUMA LTDA - ME Contratada Sra. Eliana Madrona Moretti Cerci Secretária Municipal de Assistência Social Testemunhas:

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE CRUZEIRO DO OESTE

TERMO ADITIVO Nº 70 /2025

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE - ESTADO DO PARANÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Armando Cerci Junior, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG sob n.º XX2.150-X e do CPF sob n.º XX0.071.879-XX, residente e domiciliado nesta cidade, ora em n.º XX0.071.879-XX, residente e domiciliado nesta cidade, ora em diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa AIR LIQUIDE BRASIL LTDA devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 00.331.788/0041-06 endereços comercial rua Pioneiro Gertrude Fritzen, 249 Parque Industrial - 87055-406 Maringá - PR, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representada pela Sr. ª Adriana Ferreira Rosa da S. Desengrini, brasileira, casada, Fisioterapeuta, portadora do RG. n.º 58XXX52 e do CPF sob n.º 824.XXX.XXX-25. As partes têm entre si justo e acertado na melhor forma de direito, o presente Contrato, mediante as cláusulas e condicões secujintes:

presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes: Cláusula Primeira: O objeto empresa especializada em locação de concentrador medicinal domiciliar aos beneficiários da secretaria de saúde de município de Cruzeiro do Oeste, do Pregão n.º 21/2022, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em

Favor da Contratada.

Cláusula Segunda: O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Pregão n.º 21/2022, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro. Cláusula Terceira: Através do presente termo aditivo, decidem as partes de comum acordo, e reajustar o valor mensal do contrato n.º 173/2022 conforme decreto nº176/2022, Art. n. º 3º referente ao índice IPCA, passando o valor mensal do lote 01 de R\$249,73 (duzentos e quarenta e nove reais e setenta e três centavos) para R\$263,41 (duzentos e sessenta e três reais e quarenta e um centavos) e o lote 02 de R\$488,61

(quatrocentos e oitenta e oito reais e sessenta e um centavos) para

R\$515,37 (quinhentos e quinze reais e trinta e sete centavos).Termo aditivo de reajuste do índice IPCA, elaborado conforme solicitação e justificativa apresentadas no memorando 2025002334. Cláusula Quarta: As partes comprometem-se a manterem as mesmas condições estabelecidas pela licitação 21 /2022, que não colidirem com as disposições deste aditivo, obedecendo ao Contrato nº 173 / 2022. Cruzeiro do Oeste, 22 de maio de 2025. MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE

Sr. Armando Cerci Junior Prefeito Municipal CONTRATANTE AIR LIQUIDE BRASIL LTDA Flávio Silva Posseti Secretário Municipal de Saúde Testemunhas:

leis@ilustrado.com.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA ESTADO DO PARANÁ =

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS № 106/2025 CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO № 14/2025 PROCESSO № 88/2025 PROCESSO 1DOC № 1035/2025

MUNICÍPIO DE ALTÔNIA. Rua Rui Barbosa, 815, centro, Altônia-PR, CEP-87550-010, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815, centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 81.478.059/0001-91, neste ato representado por seu Prefetio Municipal o SR DIEGO JARDIM PERGO Trassleiro, casado, Agente Polillico, residente e domiciliado Rua da Bandeira, 310, na cidade de Altônia-PR, portador da Cádula de Identidade RG n.º 10.559.278-7-SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 069.595.999-08, doravnet edenominado CONTRATANTE, e, BARBOSA, OLIVER & CIA LIDA, Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 40.690.477/001-60, com sede em: AV. GOV. PEDRO V. PARIGOTO DE SOUZA, N.º 1161, JARDIM MONTE CARLO, CPF 37550-000 - ALTONIA - PR, neste ato representada por: ROBERTA CUIVER DE PAULA, brasilerio(a), sotleiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º 127340439, orgão expedidor SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob n.º 085.985.593-27, residente e domicilidad no Município de ALTONIA - PR, denominada CONTRATADA.
Fundamentando-se nas disposições da Lei nº 14.13821 e suas alterações, demais legislações pertinentes e conforme as condições estabelecidas no Edital Chamamamento Público nº 014/2025 e seus Anexos, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

contrato tem por objeto o credenciamento de empresa CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O

FARMACEUTICO: Prestação de serviços de Farmacéutico com carga horária mínima de 40		NCIAMENTO DE PROFISSIONAL, RA E FARMACÊUTICO, conforme	PRESTAÇ	ÃO DE S	ERVIÇOS DE	PSIQUIATRA,
serviços de Farmacéutico com carga horária mínima de 40 horas semanais, para atuação 01 12 Mês R\$4.600,00 R\$55.200,00 em Unidades Básicas de Saúde conforme necessidade	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND.		Valor total
	1	serviços de Farmacêutico com carga horária mínima de 40 horas semanais, para atuação em Unidades Básicas de Saúde conforme necessidade	12	Mês	R\$4.600,00	R\$55.200,00

No valor estão inclusas todas as despesas com encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato. DOS RECURSOS

As despesas com o presente chamamento terão seus custos cobertos com os recursos provenientes da Lei Orçamentária para o exercício de 2025, assim classificados no Parecer Contábilem anexo à fase interna. As despesas que seguirem nos exercícios subsequentes corretão à conta das rubricas ou verbas específicas consignadas nos orçamentos do Município e as alterações se processarão por meio de simples procedimento administrativo. Município e as alterações se processar DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Credenciado deverá apresentar ao Departamento Municipal de Saúde de Altônia, Relatório dos Serviços executados no ULTIMO dia útil de cada mês, para que o setor responsável emita a Autorização para efetivar o faturamento. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) días, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicada pelo contratado. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato. DA VIGÊNCIA

O prazo da execução e vigência deste credenciamento será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura. Os prazos previstos nos subitens 3.1 podem ser prorrogados por igual período, nos termos do Art. 106 da Lei Federal nº. 14.133/21.

Altônia-PR 15/07/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ Avenida Marília, 1920 – Centro CEP: 87.470-000 – Fone/Fax: (44) 3534-8000 CNPJ: 76.404.136/0001-29 – Mariluz/Paraná

EXTRATO DO CONTRATO nº 170/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARILUZ/PR.

CNPJ: 76.404.136/0001-29

CONTRATADO: 58.025.926 GREIZIELE ALVES DA SILVA

CNPI: 58.025.926/0001-11

 $\underline{BASE\ LEGAL:}\quad Processo\ Licitatório\ n^{\varrho}\ 047/2025\ -\ Inexigibilidade\ 013/2025\ -\ Credenciamento$ 002/2025

OBIETO: Credenciamento de Pessoas Jurídicas classificadas como Empresa de Pequeno Porte (EPP). Microempresa (ME) e Micro Empreendedor Individual (MEI), para fins de prestação de pequenos serviços, com VIGÊNCIA DE ABRIL/2025 A 30 DE ABRIL DE 2026, com o objetivo de realizar manutenção, inclusive preventiva, nos prédios públicos, conforme demanda das secretarias municipais, de forma que possam atender suas finalidades e visando a melhoria dos serviços públicos ofertados aos munícipes da localidade de Mariluz-PR.

FORMA DE PAGAMENTO: O fornecimento dos produtos e/ou serviços, serão pagos, contados de sua entrega, em até 10 (dez) dias, mediante crédito em conta-corrente e apresentação da nota fiscal/fatura,

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O presente contrato terá vigência até 30 de abril de 2026 FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

Mariluz, 15 de julho de 2025

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MARILUZ/PR CNPJ: 76.404.136/0001-29

CONTRATADA 58.025.926 GREIZIELE ALVES DA SILVA CNPJ: 58.025.926/0001-11



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA

== ESTADO DO PARANÁ =

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 108/2025 CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 20/2025 PROCESSO Nº 108/2025 PROCESSO 1DOC Nº 1232/2025

MUNICÍPIO DE ALTÓNIA, Rua Rui Barbosa, 815, centro, Altônia-PR, CEP-87550-010, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815, centro, na cidade de Altônia, Estado do Parana, inscrito no CNPJ sob n.º 81.478.059/0001-91, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o SR DIEGO JARDIM PERGO, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado Rua da Bandeira, 310, na cidade de Altônia-PR, portador da Cédula de Identidade RG n.º 10.558.278-7-SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 088.595.959-08, doravante denominado CONTRATANTE, e, PSICOLOGIA DARKILA MACHADO LTDA, Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 61.288.225/0001-80, com sede em: RUA RUI BARBOSA, N.º 275, CENTRO, CEP: 87550-005-ALTONIA - PR, neste ato representada por: DARKILA CAMILA XAVIER DA SILVA MACHADO, brasileiro(a), soficiador(a) da Cédula de Identidade RG n.º 100035740, órgão expedidor SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob n.º 070.180.079-84, residente e domiciliada no Município de ALTONIA - PR, denominada CONTRATADA. Fundamentado-se nas disposições da Lei nº 14.1332/19 e suas alterações, demais legislações pertinentes e conforme as condições estabelecidas no Edital Chamamento Público nº 020/2025 e seus Anexos, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	Número de Profissionais a serem credenciados	QUANT.	UND.	VALOR UNIT.	Valor total
1	Psicólogo 40 horas semanais	01	12	Mês	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
DO VAL	OR					

No valor estão inclusas todas as despesas com encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previousiquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato. DOS RECURSOS

Orçamentária para o exercício de 2025, assim classificados no Parecer Contábilem anexo à fase interna. As despesas que seguirem nos exercícios subsequentes correrão à conta das rubricas ou verbas específicas consignadas nos ntos do Município e as alterações se processarão por meio de simples procedimento administrativo

Credenciado deverá apresentar ao Departamento Municipal de Saúde de Altônia, Relatório dos Serviços executados no ÚLTIMO dia útil de cada mês, para que o setor responsável emita a Autorização para efetivar o faturamento. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) días, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicada pelo contratado. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a

O prazo da execução e vigência deste credenciamento será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura. Os prazos previstos nos subitens 3.1 podem ser prorrogados por igual período, nos termos do Art. 106 da Lei Federa

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

CNPJ N° 95.640.553/0001-15 z Janeiro, 2758 - Município de Ivaté - Estado do Paraná CEP 87525.000 - Fone/Fax: 44-3673-8000 e-mail: gabineteivate@gmail.com

ATA DE TRANSMISSÃO DE CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL

Ata de transmissão de cargo de Prefeito para o Vice-Prefeito em virtude de férias regulamentares do Prefeito Municipal entre os dias 16 de julho até o dia 01 de agosto de

Aos 14 (quatorze) dias do mês de julho do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), no gabinete do Prefeito Municipal de Ivaté/PR, às 09h00(nove horas) compareceram o senhor Denilson Vaglieri Prevital, Prefeito Municipal, o senhor Misael Alves da Silva, Vice-Prefeito Municipal, os senhores secretários municipais: Gustavo Guedes de Paula e Patrícia Tomain Mesquista. no encerramento desta Ata para transmissão do cargo de Prefeito Municipal para o Vice-Prefeito, em virtude de férias regulamentares do município, com fundamento no §1º do art.

80 da Lei Orgânica do Município de Ivaté, no período de 16 de julho até o dia 01 de agosto de 2025. Nada mais havendo a tratar e para constar foi lavrado a presente Ata de Transmissão de Cargo, que vai assinada pelo Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e demais presentes nesta solenidade e por mim, Gustavo Guedes de Paula, Secretário de Administração e Fazenda que redigi esta Ata.











PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ Avenida Marília, 1920 - Centro CEP: 87.470-000 - Fone/Fax: (44) 3534-8000 CNPJ: 76.404.136/0001-29 - Mariluz/Paraná

EXTRATO DO CONTRATO nº 169/2025

<u>CONTRATANTE</u>: MUNICÍPIO DE MARILUZ/PR. <u>CNPI:</u> 76.404.136/0001-29 CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S.A.

CNPI: 90 180 605/0001-02

BASE LEGAL: Processo Licitatório nº 095/2025 - Pregão Eletrônico 035/2025

<u>OBIETO.</u> O objeto do presente contrato é o fornecimento de: Contratação de empresa prestadora de serviços de seguros, para veículo Van que compõem a frota do Município de Mariluz, de acordo com as condições e especificações constantes neste edital e seus anexos.

<u>FORMA DE PAGAMENTO:</u> O MUNICÍPIO DE MARILUZ efetuará o pagamento até o 15º dia corrido, os a partir do recebimento da Apólice e do boleto, recibo ou instrumento equivalente. Para liberação do pagamento, a Contratada enviará o documento para pagamento e a Apólice

para os seguintes endereços eletrônicos: licitacoes compras@mariluz.pr.gov.br

✓ Cobertura básica de casco: 100% da referência do veículo constante na Tabela FIPE Franquia de Casco: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) para Vans

√ Franquia de Casco: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) para Ônibus

✓ Cobertura para danos materiais a terceiros: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

✓ Cobertura para danos corporais a terceiros: R\$ 300.000,00 (trezentos mil) $\checkmark \ \ Cobertura\ para\ danos\ acidentes\ pessoais\ de\ passageiros\ com\ DMHO:\ R\$\ 10.000,00\ (dez\ mil\ reais).$

 Assistência 24 horas para guincho + taxi: quilômetros ilimitados, com isenção de franquia. √ Assistência a vidros: cobertura para toda a área envidraçada do veículo, incluindo reparos de trincas e/ ou substituições

O preço total do(s) produto(s) e/ou serviços é de R\$ 1.320,00 (um mil, trezentos e vinte reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O presente contrato terá vigência até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dia

FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná. Mariluz, 15 de julho de 2025

CONTRATANTE

CNPJ: 76.404.136/0001-29 CONTRATADA GENTE SEGURADORA S.A.

CNPJ: 90.180.605/0001-02



EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 107/2025
CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 14/2025
PROCESSO 1DOC Nº 1035/2025
PROCESSO 1DOC Nº 1035/2025

MUNICÍPIO DE ALTÓNIA, Rua Rui Barbosa, 815, centro, Altônia-P.R. CEP-87550.010, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815, centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 81.478.059/00/1-81, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o \$R DIEGO JARDÍM PERO. brasileiro, casado, Agente Pollitico, residente e domiciliado Rua da Bandeira, 310, na cidade de Altônia-PR, portador da Cédula de Identidade RG n.º 10.592.278-7-SSPPR, inscrito no CPF/MF n.º 089.395.959-08, doravante denominado CONTRATANTE, e, M. E. P. P. SERVIÇOS MEDICOS LIDA, Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 55.993.124/0001-71, com sede em: AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHESKI, N. 7'35, CENTRO, CEP. 79980-000 - MUNDO NOVO - MS, neste ato representada por: MARIELEN EDUARDA PRIETO PEREIRA, brasilario(a), solterio(a), portador(a) da Cédula de identidade RG n.º 1614039, órgão expedidor SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob n.º 046.035.611-99, residente e domicilidad on Município de MUNDO NOVO- MS, denominada CONTRATADA.
Fundamentando-se nas disposições da Lei nº 14.13327 le suas alterações, demais legislações pertinentes e conforme as condições estabelecidas no Edital Chamamemio Público nº 014/2025 e seus Anexos, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem: DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o credenciamento de empresa CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAL, PESSOA JURIDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSIQUIATRA.

	· ·	Número de				
ITEM	DESCRIÇÃO	Profissionals a serem credenciados	QUANT.	UND.	VALOR UNIT.	Valor total
2	MÉDICO PEDIATRA: Prestação de serviços de Médico Pediatra com quantidade mínima de 100 consultas/mês, para atuação em Unidades Básicas de Saúde conforme necessidade operacional.	01	12	Mês	R\$12.500,00	R\$150.000,00

No valor estão inclusas todas as despesas com encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente co DOS RECURSOS

As despesas com o presente chamamento terão seus custos cobertos com os recursos provenientes da Lei Orçame para o exercício de 2025, assim classificados no Parecer Contâbilem anexo à fase interna. As despesas que seg nos exercícios subsequentes correrão à conta das rubricas ou verbas específicas consignadas nos orçamente Município e as alterações se processarão por meio de simples procedimento administrativo. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Credenciado deverá apresentar ao Departamento Municipal de Saúde de Altônia, Relatório dos Serviços executados no ÚLTIMO dia útil de cada mês, para que o setor responsável emita a Autorização para efetivar o faturamento D pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (firmita) días, contatos a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicada pelo contratado. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do contrato DA VIGÊNCIA

O prazo da execução e vigência deste credenciamento será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura. O prazos previstos nos subitens 3.1 podem ser prorrogados por igual período, nos termos do Art. 106 da Lei Federal nº



MUNICÍPIO DE ALTÔNIA, Rua Rui Barbosa, 815, centro, Altônia-PR, CEP-87550-010, o público interno, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815, centro, na cidade de ná, inscrito no CNPJ sob n. '81.478.059/0001-91, neste ato representado por seu Prefeito Altónia, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º \$1.478.059/0001-91, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o S8 PILEGO JARDIM PERGO, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domicillado Rua da Bandeira, 310, na cidade de Altónia-PR, portador da Cédula de Identidade RG n.º 10.559.278-7-SSP/PR, inscrito no CPFMF n.º 608.595.959-98. doravante denominado CONTRATANTE, e. J S ENFERMAGEM LTDA, Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 53.385.719/0001-54, com sede em: RUA APARECIDO RIGOTTO, N.º 349, JARDIM MORUMBI, CEP: 87550-000 - ALTONIA - PR, neste ato representada por: JESSICA CAROLINE PONDIAN DE LUCENA, brasileiro(a), sotleiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º 30026265, órgão expedidor SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob n.º 074.607.299-65, residente e domiciliada no Município de ALTONIA - PR, denominada CONTRATADA.

Endamentando-se nas disposições da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, demais legislações pertinentes e conforme as condições estabelecidas no Edital Chamamento Público nº 020/2025 e seus Anexos, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

DO BIETO

O presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

O presente contrato tem por objeto o credenciamento de empresa CREDENCIAMENTO DE 01 (UM) PSICÓLOGO E 01 (UM) ASSISTENTE SOCIAL, COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS PARA PSICÓLOGO E 30 HORAS SEMANAIS PARA ASSISTENTE SOCIAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA ATUAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DA ATENÇÃO DENIÁBLA DE MINICÍPIO SE TATÁNICOS.

ITEM	DESCRIÇÃO	Número de Profissionais a serem credenciados	QUANT.		VAI OR	Valor total
2	Assistente Social 30 horas semanais	01	12	Mês	R\$ 4.800,00	R\$ 57.600,00
DO MAI	O.D.					

As despesas com o presente chamamento terão seus custos cobertos com os recursos provenientes da Lei Orçamentária para o exercício de 2025, assim classificados no Parecer Contábilem anexo à fase interna. As despesas que seguirem nos exercícios subsequentes correrão à conta das rubricas ou verbas específicas consignadas nos orçamentos do Municipio e as alterações se processarão por meio de simples procedimento administrativo. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Credenciado deverá apresentar ao Departamento municipai de Saude de Audina, residunto dos Servições excusados ino ÚLTIMO dia útil de cada mês, para que o seto responsável emita a Autorização para efetivar o faturamento. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) días, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancaíria, para crédito em banco, agência e conta corrente indicada pelo contratado. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a

O prazo da execução e vigência deste credenciamento será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura Os prazos previstos nos subitens 3.1 podem ser prorrogados por igual período, nos termos do Art. 106 da Lei Federa nº. 14.133/21.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

ESTADO DO PARAN DISPENSA ELETRONICA Nº 027/2025

O MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar, que realizará a contratação direta via DISPENSA DE LICITAÇÃO, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº67/202, das leis complementares 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal n°011/2024, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos objetivando a obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

Objeto: O presente EDITAL tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de grama sintética no parquinho da Escola Municipal Professor Julio Levino Rodrigues, conforme solicitação da secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Francisco Alves, Paraná RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS: de 16/07/2025 às 08:00h00min até 22/07/2025

DATA E HORÁRIO DE INICIO DA FASE DE DISPUTA DE PRECOS: 22/07/2025 às 09:00h00mir

HORÁRIO DE ENCERRAMENTO DE DISPUTA: 22/07/2024 às 12h00min DURAÇÃO DA DISPUTA: 01 (uma) hora.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PRECO LOTE VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO: R\$ 18.446,72 (dezoito mil, quatrocentos e quarenta

e seis reais e setenta e dois centavos). LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA: https://www.bll.org.br

REFERÊNCIA DE HORÂRIO: Horário de Brasilia/DF.

O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE DO MUNICÍPIO DE FRANISCO ALVES – http:// www.franciscoalves.pr.gov.br-Licitações, ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Francisco Alves, situado à Rua Jorge Ferreira, 627, mediante preenchimento da solicitação de edital.

OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, à Rua Jorge Ferreira, 627, FRANCISCO ALVES – PARANÁ, OU ATRAVÉS DO TELEFONE № (44) 3643-000.

FRANCISCO ALVÉS/PR. 15 DE JULHO DE 2025. ANGELA MARIA DA CRUZ PINTO

SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ALIRIO JOSE MISTURA Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA ESTADO DO PARANÁ.

DECRETO Nº 094, DE 15 DE JULHO DE 2025.

Dispõe sobre recondução e nomeação dos membros Municipal do Conselho de Cultura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, EVERTON BARBIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e nos termos da Lei nº 1184/2023, de 30 de agosto de 2023, e

CONSIDERANDO que os termos do artigo 2°, § 1° da Lei nº 1184/2023, de 30 de agosto de 2023, que cria o Conselho Municipal de Cultura

CONSIDERANDO que nos termos § 1°, do artigo 2° da Lei nº1184/2023, de 30 de agosto de2023, os Membros do Conselho Municipal de Cultura será reconduzido por mais dois anos,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconduzido para o mandato do Conselho Municipal de Cultura, os seguintes membros, representantes da Sociedade civil e do Poder Público

Presidente: Andréia Amorim Zarelli de Morais (Poder Público) Suplente: Vanessa Souza Barbosa (Poder Público)

Secretário Executivo: Jorge Callegari de Oliveira (Poder Público)

Suplente: Maria Aparecida Reis Martins (Poder Público)

Membro Titular: Hélio Junior Gouveia (Poder Público) Suplente: Maria das Graças (Poder Público)

Vice Presidente: Sandra Regina Gouveia Bevilaqua (Sociedade Civil) Suplente: Luzia Buch Reberti (Sociedade Civil)

Membro Titular: Amanda Carla de Souza Silva (Sociedade Civil) Suplente: Leila Cristina Tavares da Silva (Sociedade Civil)

Membro Titular: Letícia Brito Sartore Piovezan (Sociedade Civil) Suplente: Franciele da Silva Martins Nobre (Sociedade Civil)

Art. 2º O mandato dos membros reconduzidos, será de dois anos conforme Art. 2°, § 1° da Lei nº 1184/2023.

Art. 3º Os serviços prestados pelos Conselheiros são considerados de relevante interesse público sem remanejamento. Art.4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, conforme o

Decreto nº 177 de 11 de outubro de 2023, Art. 2º. Esperança Nova, 15 de julho de 2025. Eyerton Barbieri Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA N° 399/2025, de 15 de Julho de 2025. SUMÚLA: Dispõe sobre o pedido de final de fila do candidato IGOR DA SILVA BRCHMZ, aprovado no Processo Seletivo Simplificado - PSS, Edital 001/2025, e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

I- Tornar público o requerimento de final de fila formulado pela candidato IGOR DA SILVA BRCHMZ, inscrito sob o CPF nº 099.XXX.499-XX, classificado no cargo de MOTORISTA "D", na posição geral nº 09 no Processo Seletivo Simplificado - PSS, Edital 001/2025, convocado através do Edital de Convocação Nº 38/2025, de 09 de Julho de 2025.

II- Conforme o item 9.2 do Edital, o candidato optou por não assumir imediatamente o cargo para

o qual foi convocado, solicitando, de forma única e exclusiva, o seu reposicionamento para o final

III- O candidato deverá ser convocado novamente apenas após esgotada a lista de classificados

observada a sua nova posição. IV- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Piquiri, 15 de Julho de 2025. Giovane Mendes de Carvalho

PORTARIA Nº 400/2025, de 15 de Julho de 2025.

PORTARIA Nº 400/2025, de 15 de Julilo de 2025.
SUMÚLA: Dispõe sobre o pedido de final de fila do candidato MAYCON DE OLIVEIRA, aprovado no Processo Seletivo Simplificado - PSS, Edital 001/2025, e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

- Tornar público o requerimento de final de fila formulado pela candidato MAYCON DE OLIVEIRA inscrito sob o CPF nº 065.XXX, 199-XX, classificado no cargo de MOTORISTA "0", na posição geral nº 08 no Processo Seletivo Simplificado - PSS, Edital 001/2025, convocado através do Edital de Convocação Nº 38/2025, de 09 de Julho de 2025.

da fila de classificados III- O candidato deverá ser convocado novamente apenas após esgotada a lista de classificados

observada a sua nova posição. IV- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Giovane Mendes de Carvalho Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 401/2025, de 15 de Julho de 2025.

SUMÚLA: Dispõe sobre desistência definitiva de posse do candidato convocado para o cargo de MOTORISTA D no Processo Seletivo Simplificado - PSS, Edital 001/2025, e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

CONSIDERANDO o Edital de Convocação publicado para o cargo de Motorista "D", referente ac PSS Edital 001/2025; CONSIDERANDO a convocação do candidato ENEAS DE ALMEIDA FIGUEIREDO, classificado

para o cargo de Motorista "D", na posição 12º; CONSIDERANDO o protocolo do Termo de Desistência de Posse, assinado e entregue voluntariamente pelo candidato em 15 de julho de 2025, junto ao Departamento de Recursos

I- Tornar pública a desistência definitiva de posse do candidato ENEAS DE ALMEIDA FIGUEIREDO, inscrito no CPF nº 068.XXX.599-XX, convocado para o cargo de Motorista "D", o qual manifestou, de forma expressa, sua decisão de não tomar posse no referido cargo, conforme

Termo de Desistência protocolado em 15/07/2025. II- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação Alto Piquiri, 15 de Julho de 2025.

Giovane Mendes de Carvalho

PORTARIA Nº 402/2025, de 15 de Julho de 2025.

SUMÚLA: Dispõe sobre o pedido de final de fila do candidato RENATO PEREIRA, aprovado no Processo Seletivo Simplificado - PSS, Edital 001/2025, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

I- Tornar público o requerimento de final de fila formulado pela candidato RENATO PEREIRA, inscrito sob o CPF nº 079.XXX.809-XX, classificado no cargo de MOTORISTA "D", na posição geral nº 14 no Processo Seletivo Simplificado - PSS, Edital 001/2025, convocado através do Edital de Convocação № 40/2025, de 08 de Julho de 2025. II- Conforme o item 9.2 do Edital, o candidato optou por não assumir imediatamente o cargo para o qual foi convocado, solicitando, de forma única e exclusiva, o seu reposicionamento para o final

da fila de classificados III- O candidato deverá ser convocado novamente apenas após esgotada a lista de classificados

observada a sua nova posição.

IV- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Giovane Mendes de Carvalho Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO FRACASSADA
PROCESSO LICITATÓRIO n.º 078/2025
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº .025/2025
OBJETO: O presente EDITAL tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de argamassa baritada, visor plumífero e lençol de chumbo, para a sala de Raio X da Unidade de Pronto Atendimento, conforme solicitação da secretaria Municipal de Saúde do Município de Francisco Alves, Paraná. Município de Francisco Alves, Paraná. TIPO: MENOR PREÇO LOTE

O agente de contratação Oficial da Prefeitura Municipal de Francisco Alves, Sr. Daniel dos Santos O agente de contratação Oticial da Prefeitura Municipal de Francisco Alves, Sr. Daniel dos Santos Terceiro Chamorro, torna público, para conhecimento dos interessados, que o certame acima referenciado se deflagrou FRACASSADO, considerando que o único participante do certame não anexou os documentos de habilitação, sendo assim inabilitado. Francisco Alves – Pr. 15 DE JULHÓ DE 2025.

DANIEL DOS S. T. CHAMORRO
PORTARIA 013/2025

Agrante da contratação

Agente de contratação

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 44/2025 (PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025) CONSIDERANDO o pedido de solicitação de final de fila pelos candidatos classificados em 8º, 9

14º lugar para o cargo de motorista D.
CONSIDERANDO o termo de desistência assinado e entregue pelo candidato classificado em 12 lugar para o cargo de motorista D.

CONSIDERANDO descontinuidade dos contratos de tercerização atualmente vigentes, o qu acarretará vaçância funcional em um serviço essencial;

TORNAPÚBLICO: 1 – A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025, homologado pelo DECRETO Nº 2271/2025 de 22 de maio de 2025; 2 – Que o candidato deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta municipalidade, situado à Rua Santos Dumont nº 341, até o dia 22 de julho de 2025. Período de

Que o candidato deverá apresentar-se munido dos sequintes documentos legíveis

As a Xerox e original da Certidão de Casamento ou Nascimento;
 Xerox e original do CPF, CIC ou CIN (Carteira de Identidade Nacional);

c) Xerox e original da Cédula de Identidade (RG), se possuir

Xerox e original da Carteira Nacional de Habilitação (CNH)
 Xerox e original do PIS ou PASEP;

Xerox e original do Título Eleitoral;

y Ultimo comprovante de votação ou Certidão da Justiça Eleitoral; h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela comarca de Alto Piquiri e emitida pela Policia Federal;

Atestado de aptidão física e mental, emitido pela junta médica do Município; Xerox e Original Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – folhas onde conste número, série, data de emissão e informação sobre vínculos trabalhistas ou CARTEIRA DIGITAL com os mesmos dados

k) Xerox e Original do documento comprobatório do Grau de Escolaridade 01 (uma) foto 3x4 recente, tirada de frente, (mesmo padrão de RG)

n) Comprovante de Residência (Água ou Luz) - no nome do candidato; n) Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (candidatos do sexo masculino);

o) Declaração negativa de não acumulo de cargo ou Declaração de Acumulação Licita de Cargo p) Conta salário na Agência 1425-7, Banco do Brasil de Alto Piquiri; q) Comprovante de Situação Cadastral do CPF; (comprovante emitido no endereço

eletrônico:https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/cons ultapublica

s) Se o servidor desejar declarar dependentes para Imposto de Renda, deverá apresentar o e Declaração de encargos de familia para fins de imposto de rienda, devera apresental os seguintes documentos de cada um dos dependentes: Certidão de Nascimento, CPF e RG (ou CIN) e Declaração de encargos de familia para fins de imposto de renda

preenchida. (modelo poderá ser retirada no Recursos Humanos com antecedência- pois deve constar a assinatura do cônjuge em caso de dependentes em comum. -IN RFB 1.500/14, §6º do art. 90). (OPCIONAL) 4 – Não serão aceitas cópias ilegíveis de nenhum dos documentos acima citados, sendo de

esponsabilidade do candidato certificar-se que as cópias estão legíveis antes de apresenta-los no Departamento de Recursos Humanos; Não serão aceitas entregas de documentos parciais. Sendo que o candidato deve

comparecer ao Departamento de Recursos Humanos apenas quando estiver de posse de TODOS os documentos listados acima que se apliquem a sua situação;

6 – O não atendimento no prazo fixado implicará em renúncia automática à vaga, sendo considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediata CARGO: - MOTORISTA D - 40 HORAS/SEMANAIS

CLASSIFICAÇÃO GERAL CLASSIFICAÇÃO GERAL 16ºBRUNO REBELLO RAMOS 17ºFELIPE PARDIN DOS SANTOS

18° JOSÉ CARLOS DE MOURA LEITE

19°ROGER DA SILVA ROCHA
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, PARANÁ, 15 DE JULHO DE 2025. GIOVANE MENDES DE CARVALHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

ESTADO DO PARANÁ PORTARIA Nº 398/2025, de 15 de Julho de 2025.

SÚMULA: Concede férias fracionadas de 10 dias ao servidor abaixo relacionado, nos termos do art. 111 §1º e 3º da Lei Nº 455/92 com a redação dada pela Lei Nº 246/2015 e dá outras O PREFEITO MUNICIPAL ALTO PIQUIRI. Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

I - Conceder férias regulamentar ao servidor que abaixo discrimina, como segue:
 NOME CARGO MATRÍCULA PERÍODO DATA DE GOZO

JEFFERSON XAVIER DE OLIVEIRA ATENDENTE DE FARMACIA 267 2024/2025 28/08/2025 À 06/09/2025 267 2024/2025

- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação Alto Piquiri, 15 de Julho de 2025

Giovane Mendes de Carvalho Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

ESTADO DO PARANÁ EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 085/2025 Pregão Eletrônico Nº 0048/2025

Processo n° 0081/2025 Contratante: Prefeitura Municipal de Iporã, CNPJ: 75,738,484/0001-70

Contratada: LONGUINI INDUSTRIA E COMERCIO DE PAVIMENTACOES LTDA

OBJETO: contratação de empresa especializada no fornecimento de C.B.U.Q (concrete

so usinado a quente) para obras de pavimentação asfáltica no município de Iporã-PR Valor total: R\$ 1.065.000,00 (um milhão e sessenta e cinco mil reais). Vigência: 08/06/2025 a 08/06/2026

Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2025

PREGÃO Nº 013/2025

CONTRATANTE: Município de Iporã – PR, CNPJ nº 75.738.484/0001-70.

CONTRATADA: ANDREI MARQUES DE OLIVEIRA 04801957900, CNPJ nº 47.658.023/0001-51. OBJETO DO ADITIVO: Acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor original de Contrato nº 07/2025, que tem por objeto contratados para a prestação de serviços de lavagem de veículos pertencentes à frota oficial do Município de Iporã/PR. VALOR ACRESCIDO: R\$ 17.597,50 (Dezessete mil, quinhentos e noventa e sete reais e cinqu

PUNDAMENTO LEGAL: Artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021. DATA DA ASSINATURA: 11/07/2025 VIGÊNCIA: Inalterada.

RATIFICAÇÃO: Mantidas as demais cláusulas do contrato original.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2025

CONTRATO Nº 014/2025

CONTRATANTE: Município de Iporã – PR, CNPJ nº 75.738.484/0001-70. CONTRATADA: DRUZIANI MADEIRAS, ARTEFATOS E TRANSPORTES - EIRELI, CNPJ nº

OBJETO DO ADITIVO: Acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor original do Contrato nº 014/2025, que tem por objeto contratados para fornecimento de ma

VALOR ACRESCIDO: R\$ 35.620,72 (trinta e cinco mil, seiscentos e vinte reais e setenta e doi:

DATA DA ASSINATURA: 11/07/2025

VIGÊNCIA: Inalterada RATIFICAÇÃO: Mantidas as demais cláusulas do contrato original

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Município de Inorã - PR CNP I nº 75 738 484/0001-70

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2025 PREGÃO Nº 012/2025

CONTRATAINTE. Multicipio de Ipola – PR, CNP3 II * 73.73.49.4000 I * 70. CONTRATADA: SCHMITT & LANGARO - LTDA, CNP3 II * 90.1.676.893/0001-52. OBJETO DO ADITIVO: Acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor original do ata

de registro de preços 019/2025, que tem por objeto contratados para fornecimento de materiais

VALOR ACRESCIDO: R\$ 21.939,90 (vinte e um mil, novecentos e trinta e nove e novent

PUNDAMENTO LEGAL: Artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021. DATA DA ASSINATURA: 11/07/2025

RATIFICAÇÃO: Mantidas as demais cláusulas do contrato original

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORA

ESTADO DO PARANA

PORTARIA Nº. 1034/2025 CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA WALDIRENY KIENEN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuiçõe

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;

RESOLVE;

I – Conceder, no dia 11 de julho de 2025, ½ (meio) período de AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA a Servidora WALDIRENY KIENEN, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.524.954-5 - SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº 945.646.129-72, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de AGENTE DE ENDEMIAS, nomeada através da Portaria nº 843/2014 de 27 de outubro de 2014, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 11 de julho de 2025.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se. Iporã-Pr. 15 de julho de 2025. ROBERTO DA SILVA

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ALISSON RODRIGO BELINI, E DÉ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-379/2025.

RESOLVE;

I – Conceder FÉRIAS, ao servidor ALISSON RODRIGO BELINI, brasileiro, solteiro, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 10.726.787-5- SSP.PR., e inscrito no C.P.F. sob nº. 073.313.699-03, residente e domiciliado nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidor Público Municipal, contratado através do contrato nº. 006/2024, aprovado em Processo Seletivo Simplificado no Regime CLT, para o cargo de MEDICO 40 HORAS, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 15 (quinze) dias referente ao período aquisitivo de 01/07/2024 à 30/06/2025, a contar de 03/10/2025 à 17/10/2025.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se Iporã-Pr. 15 de julho de 2025. ROBERTO DA SILVA

PORTARIA Nº. 1033/2025 CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA AO SERVIDOR VINICIUS DA SILVA DESTRO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

a)o disposto no Art. 34 da Lei nº. 835/2006; b)o atestado Médico; RESOLVE; RESOLVE;

I – Conceder, no dia 11 de julho de 2025, 01 (um) dia de AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA ao Servidor VINICIUS DA SILVA DESTRO, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.385.548-5 - SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob nº. 082.497.449-26, residente e domicillado na cidade e comarca de Perola, Estado do Paraná, servidor Público Municipal, aprovado

domiciliado na cidade e comarca de Perola, Estado do Paraná, servidor Público Municipal, aprovado em Concurso Público, para o cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, nomeado através da Portaria nº. 984/2023 de 22 de maio de 2023, lotado na Secretaria de Assistência à Saúde.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 11 de julho de 2025.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de julho de 2025.

ROBERTO DA SILVA

Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PIQURI

CNPJ: 76.247.352/0001-08 Rua Santos Dumont, 315, fone (44) 3656-8000 Cx. Postal 141

CEP: 87.580-000 Alto Piquiri - Paraná

PORTARIA Nº 397/2025, de 14 de Julho de 2025.

SÚMULA: Concede avanço horizontal, em razão da conclusão de Pós-Graduação específica, a servidora VIVIANE DA CRUZ DAVID e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1 - Conceder Avanço Horizontal, a partir de 14 de julho de 2025, nos termos do Art. 16, §§ 1º, V; 2º, IV; e 3º, III da Lei Municipal nº 783/2025: "Formação específica de pós-graduação em árreas de atuação Administração Pública, da Gestão Pública ou de formação profissional do servidor público com no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas ministrados por instituições de ensino oficiais reconhecidos pelo MEC, e aínda na dutilizadas pela servidora para avanço antenior", a servidora abaixo qualificada, tendo em vista a apresentação de documentação que comprova a conclusão de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em "GESTÃO CONTÁBIL, E TRIBUTÁRIA, área de conhecimento e NEGÓCIOS, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO", com carga horária de 660 (Seiscentos e sessenta) horas, ministrado por instituição de ensino devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e aínda não utilizada para avanço anterior, entregue na Divisão de Recursos Humanos na data de 14(P07/2025.

Parágrafo único. A concessão tem como fundamento o disposto no §2º do Art. 10 da referida lei, segundo o qual "a promoção horizontal será feita a qualquer tempo, mediante requerimento, sendo a habilitação comprovada por meio de diploma, histórico escolar, certificado e/ou certidão de conclusão da nova habilitação ou titulação, contados a partir da apresentação do documento comprobatório junto ao setor de Recursos Humanos do Município".

NOME	CARGO	MATRÍCULA	CLASSE E NÍVEL ATUAL	CLASSE E NÍVEL APÓS AVANÇO HORIZONTAL
VIVIANE CRUZ DAVID	AGENTE DA DENGUE	17990	GOO-D93	GOO-E93

II - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros a 14

Alto Piquiri, 14 de Julho de 2025.

Giovane Mendes de Carvalho Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

ESTADO DO PARANÁ RESOLUÇÃO № 008/2025 DE 10 DE JUIHO DE 2025

SÚMULA: Dispõe sobre a habilitação do município de Francisco Alves no Programa da Secretaria de Estado na Saúde; Aprova o incentivo financeiro de investimento para Transporte Sanitário para APS, no valor de 100.000,00 reais, e dá outras providências.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Francisco Alves - Estado do Paraná, em reunião ordinária, realizada no dia 24 de fevereiro de 2025, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90.

Art 1º - Aprovar a adesão do Município ao incentivo financeiro de investimento para aquisição de 4 (um) veículo para Atenção Primária de Saúde com o valor de 100.000,00 (cem mil reais) conforme o disposto na Resolução Sesa nº 1147/2025.

Art 2º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação Francisco Alves, 15 de julho de 2025.

Laura Maria Soares Betineli Presidente do Conselho

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

DECRETO Nº112 DE 15 DE JULHO DE 2025.

SUMULA: HOMOLOGA O JULGAMENTO DE ADJUDICAÇÃO PROFERIDO PELO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO N. 059/2025 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 006/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS. O MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, na pessoa de seu representante legal o Prefeito Municipal Sr. ALÍRIO JOSÉ MISTURA, no uso de suas atribuições legais

D E C R E T A:

Art. 1° - FICA HOMOLOGADO o julgamento proferido e ADJUDICADO pelo agente de contratação e sua equipe de apoio, tendo como objeto: Execução de Recape Asfáltico em CBUQ, na estrada Bagre, em vias urbanas da cidade do Município de Francisco Alves-Paraná, conforme detalhando em projeto técnico, do PROCESSO LICITATÓRIO N.º 059/2025 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 006/2025 para o(s) seguinte(s) licitante(s): PARANÁ PAVIMENTAÇÕES LTDA, por ter apresentado proposta mais vantajosa com o resultado de melhor proposta global realizado em sessão pública modalidade eletrônica em conformidade com sua proposta inicial, e proposta

final registrado e homologada em ata de sessão pública para o objeto licitado.

Art. 2° - Fica fazendo parte integrante ao presente DECRETO, Ata de Sessão Pública, Parecer Final da Equipe de apoio, Extrato de Contrato e/ou Contrato na sua integra, anexo de proposta de preços, Publicações Legais no Diário Oficial do Município e demais documentações pertinentes ao processo licitatório, em conformidade com o que determina a Lei Federal n.º 14.133/21, posteriores alterações e demais legislações inerentes.

Art. 3° - Pelo presente, ficá intimado o participante da licitação supramencionado, da decisão estabelecida neste decreto. Art. 4° - Fica autorizado a formalizar o devido contrato nos termos dos artigos da seguinte Lei

Federal 14.133/2021 e das demais legislações pertinentes em vigor. Art. 5° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

rancisco Alves, em 15 de julho de 2025, 204º da In-ALÍRIO JOSÉ MISTURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORA

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº. 1031/2025 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR WESLEY CELESTINO DA SILVA. E DÉ OUTRAS ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuiçõe: legais e em atendimento ao protocolo e-388/2025

 Conceder FÉRIAS, ao servidor WESLEY CELESTINO DA SILVA, brasileiro, casado, portado da Cédula de Identidade RG nº 7 021 550-0 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 005 091 019 17, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, aprovado em Concurso Público no cargo de TÉCNICO AGRÍCOLA, exercendo o cargo em Comissão de SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA RURAL, lotado na Secretaria de Infraestrutura Rural, férias de 10 (dez) dias referente ao período aquisitivo de 31/08/2021 à 30/08/2022, a contar de 21/07/2025 à 30/07/2025.

Registra-se Cumpra-se Iporã-Pr. 15 de julho de 2025.

ROBERTO DA SILVA Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1030/2025 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR EMERSON CAMPANER, E DÉ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Inorã. Estado do Paraná, no uso de suas atribuiçõe iento ao memorando 1957/2025

I – Conceder FÉRIAS, ao servidor EMERSON CAMPANER, brasileiro, solteiro, portador da Cédula recidente e domiciliado nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidor Público. Municipal, aprovado em Concurso Público, para o cargo de GUARDA MUNICIPAL, lotado na Secretaria de Gestão da Administração, férias de 20 (vinte) dias referente ao período aquisitivo de 02/10/2022 à 01/10/2023, a contar de 15/08/2025 à 03/09/2025. Registra-se.

Cumpra-se Iporã-Pr. 15 de julho de 2025. ROBERTO DA SILVA Prefeito Municipal

DECRETO N. 124/2025 REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO SÚMULA: AUTORIZA A ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, NOMEIA A COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito do Município de Iporã. Senhor Roberto da Silva, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de contratação temporária para suprir a vacância de cargos até realização de concurso público

Art. 1º - Fica Autorizada a abertura de processo seletivo simplificado (PSS) para contratação temporária do seguinte cargo: Auxiliar de Apoio A Infância

Servente de Serviços Gerais Feminino

Operador de Máguinas Técnico em Enfermagem Agente de Combata à Endemias Auxiliar de Servicos Gerais Masculino

Art. 2º - Para realização do referido PSS, fica criada a Comissão Especial de Processo Seletivo (CEPS). Art. 3° - Para compor a CEPS, ficam designados os seguintes Servidores Públicos:
I – Como presidente, a Servidora SIMONE FERREIRA DE OLIVEIRA, portador do CPF sob n 051.411.649-85 e da matrícula sob n°1525/3;

I – Como Secretária, a Servidora ARILDO ANTONIO DE CAMPOS, portador do CPF sob n 088.874.029-81 e da matrícula sob n°3662/2 III – Como Membro, a Servidora JANAINA BERGAMIN PEREIRA, portador do CPF sob n 081.468.039-97 e da matrícula sob n°17655/1.

Art. 4º - Compete a CEPS, a prática de todos os atos atinentes ao presente PSS Art. 5º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário Edifício do Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos catorze dias do mês de julho de dois

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

ESTADO DO PARANÁ PORTARIA Nº. 221 DE 14 DE JULHO DE 2025

ALIRIO JOSÉ MISTURA, Prefeito Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve, EXONERAR: A pedido ARLETE DO NASCIMENTO PEREIRA DE OLIVEIRA, brasileira, portadora da cédula de Identidade RG N° 37.468.665-8, expedida pela SESP/SP devidamente inscrita no CPF sob n° 036.684.139-40, do cargo em comissão de ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO II, SÍMBOLO

ASSESSOR - CDA do quadro único de pessoal deste município de Francisco Alves, Estado de

Municipal nº 1.261/2024. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Francisco Alves, em 14 de julho de 2025, 204º Independência e 137º da Republica

Registre-se, Publique-se Cumpra-se, ALÍRIO JOSÉ MISTURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO DE DEFERIMENTO REQUERENTE: LEVO ALIMENTOS

- RELATÓRIO

Cuida-se de requerimento formulado pela empresa Levo Alimentos, por meio do qual se pleiteia a concessão de incentivos públicos no âmbito do Programa Municipal de Apoio à Instalação e Ampliação de Empreendimentos Agroindustriais, de Produção Animal e Pequenas Atividades Produtivas, instituído pela Lei Municipal nº 1.295/2025.

O pedido tem por objeto o fornecimento de cascalho e de óleo diesel subsidiado, a serem utilizados o podicio tem por objeto o microlinionio de cascanio de de deconocio de deservia de la composició de serviços de infraestrutura e terraplanagem da área rural onde será implantado um empreendimento voltado à produção intensiva de frangos de corte. A demanda foi regularmente submetida à análise da Comissão Municipal de Análise, Aprovação

e Fiscalização dos Incentivos Produtivos, constituída por meio do Decreto Municipal nº 102/2025, a qual, após avaliação técnica, emitiu o Parecer Técnico nº 001/2025, opinando favoravelmente à concessão dos incentivos solicitados.

Conforme destacado no parecer, embora a documentação esteja em fase de complementação, os elementos já apresentados — notadamente o projeto técnico da obra e as matrículas dos imóveis — são suficientes para análise preliminar da viabilidade do empreendimento, revelando regularidade técnica e compatibilidade com os objetivos do programa instituído. Ainda segundo a manifestação da Comissão, o projeto apresenta elevado potencial de impa

socioeconômico positivo, com previsão de geração de empregos diretos e indiretos, incremento da arrecadação tributária municipal — notadamente por meio de ISS e ICMS.

Por fim, o parecer recomenda o deferimento do pleito, condicionado à celebração de Termo de Compromisso, que deverá estabelecer metas, prazos e penalidades, bem como prever

mecanismos de acompanhamento e fiscalização por meio de vistorias periódicas e relatórios

É o relatório. Decido

II – FUNDAMENTAÇÃO Nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº 1.295/2025, o Município de Francisco Alves poderá conceder incentivos de natureza econômica, material ou operacional a empreendimentos produtivos de pequeno, médio ou grande porte, desde que voltados à instalação, ampliação ou nodernização de atividades agroindustriais e correlatas, e que apresentem potencial efetivo de retorno econômico, geração de emprego e agregação de valor à produção local.

No caso concreto, a empresa requerente apresentou projeto técnico que contempla a construção de aviários com 21.600 m² de área, geração de aproximadamente 100 empregos diretos e indiretos, com estimativa de produção de até 2 milhões de aves/ano, além de investimento total superior a R\$ 30 milhões, dividido em duas fases. Ademais, conforme destacado no parecer técnico, o projeto proporcionará increme

arrecadação municipal, com geração de receita oriunda do Imposto Sobre Serviços (ISS) aplicáve

sobre obras e serviços contratados no município, bem como elevação do índice de participação do ICMS, decorrente da industrialização, circulação e comercialização de produtos de origem O fornecimento de cascalho e óleo diesel se enquadra nos incentivos não financeiros previsto o inflectionario de cascalina de oleo diseas se anquatira nos intertitors na influencia previstos no art. 2º, incisos I e II da referida lei, sendo de natureza operacional e de apoio logístico, voltado exclusivamente à preparação da infraestrutura básica para funcionamento da atividade econômica A liberação do cascalho e do combustível será feita de forma condicionada à efetiva disponibilidade orçamentária do Município e conforme o cronograma físico-financeiro de implantação da obra. A quantidade necessária de cada insumo será apurada por meio de fiscalização técnica a sei realizada pela Comissão Municipal, considerando a execução em campo e os objetivos do projeto A Secretaria Municipal de Finanças confirmou a existência de dotação orçamentária e

un priminidad en manuella, como mere de la 13 da execução orçamentária vigente.

Logo, a medida é legítima, proporcional e amparada no princípio da supremacia do interess público, em especial no que se refere ao fomento ao desenvolvimento rural e agroindustrial, diversificação da matriz econômica municipal e movimentação do comércio e serviços locais. Por fim, para assegurar a vinculação jurídica entre as partes e garantir a responsabilidade do beneficiário, é imprescindível a celebração formal do competente Termo de Compromisso nos termos do art. 7º da Lei nº 1.295/2025, como condição indispensável para a liberação dos

disponibilidade financeira, conforme o art. 13 da Lei supracitada, sendo plenamente possível o

III - CONCLUSÃO E DELIBERAÇÃO Diante de todo o exposto, e com fundamento no parecer favorável DEFIRO o pedido formulado pela empresa Levo Alimentos, com fundamento na Lei Municipal nº 1.295/2025, autorizando o fornecimento dos seguintes incentivos: a) cessão de cascalho, para execução das obras de

infraestrutura no local da instalação do empreendimento; b) fornecimento de óleo diesel, de forma subsidiada, com destinação específica para uso em máquinas e equipamentos utilizados na terraplanagem e nivelamento do terreno A liberação dos insumos será realizada de forma gradual, conforme a disponibilidade financeira do Município e mediante comprovação técnica da necessidade, a ser apurada pela Comissão

Municipal através de vistorias e relatórios técnicos durante a execução da obra.

Determino, ainda, que seja providenciada a formalização do Termo de Compromisso entre as partes, o qual deverá conter as obrigações da beneficiária, os limites da concessão, prazos de execução, condições de fiscalização e penalidades pelo descumprimento A execução dos incentivos deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Comissão Técnica, em estrita observância ao cronograma apresentado, à legislação vigente e aos princípios da

legalidade, eficiência, economicidade e interesse público. Encaminhem-se as providências administrativas para cumprimento

Francisco Alves – PR, ___ de julho de 2025. ALIRIO JOSÉ MISTURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

ESTADO DO PARANÁ PORTARIA N.º 222 DE 15 DE JULHO DE 2025 EXONERA, A PEDIDO, JESSICA MARANGONI PEREIRA ALIRIO JOSE MISTURA, Prefeito Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei

RESOLVE: Exonerar, a pedido, a Senhora JESSICA MARANGONI PEREIRA, brasileira, casada, funcionária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 9.150.801-0 expedida pela SSP/PR e CPF sob nº 074.578.749-50, contratada pelo Processo Seletivo Simplificado – Nº 001/2024, no cargo de Auxiliar de Limpeza e Ordem Pública, do quadro único de pessoal deste município de Francisco

Francisco Alves, em 15 de julho de 2025, 204º Independência e 137º da Republica

ALIRIO JOSÉ MISTURA

PORTARIA Nº 223 DE 15 DE JULHO DE 2025 SÚMULA : "Concede férias a servidores Públicos - QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." ALIRIO JOSÉ MISTURA, Prefeito Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná, usando da atribuições que lhe são conferidas por lei

RESOLVE: Art. 1º. CONCEDER férias aos servidores abaixo relacionados, lotado na Secretaria Municipal Nome do Servidor Matricula Função Período Aquisitivo Período do gozo

das férias SECRETARIA
SILVANA MARCELINO GONÇALVES

AGENTE DE SAÚDE 03/05/2023 A 02/05/2024

14/07/2025 A 02/08/2025

Publique-se

Prefeito Municipal

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação Francisco Alves, aos quinze dias dia de julho de 2025, 204º Independência e 137º da Republica

Cumpra-se. ALIRIO JOSÉ MISTURA Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 224 DE 15 DE JULHO DE 2025 EXONERA A PEDIDO, SIMONE APARECIDA GONCALVES MUNIZ ALIRIO JOSE MISTURA, Prefeito Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei

Exonerar, a pedido, a Senhora SIMONE APARECIDA GONÇALVES MUNIZ, brasileira, casada funcionária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 8.590.596.1 expedida pela SSP/PR e CPI sob nº 039.722.929-10. contratada pelo Processo Seletivo Simplificado - Nº 001/2024, no cargo de Recepcionista, do quadro único de pessoal deste município de Francisco Alves, Estado do Paraná

Francisco Alves, em 15 de julho de 2025, 204º Independência e 137º da Republica

Publique-se Cumpra-se ALIRIO JOSÉ MISTURA

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Prefeitura Municipal de Maria Helena Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA A Agente de Contratação, designada através da Portaria nº 157/2025 de 26 maio de 2025 e n base na Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 025/2024 e legislação complementar, torna lico Resultado do processo de Dispensa de Licitação.

MODALIDADE: PROCESSO DE DISPENSA Nº 029/2025, Edital 093/2025 OBJETO: GABRIELY GOMES VIEIRA inscrita no CNPJ nº 42.373.195/0001-65, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CURADORIA E MONTAGEM DE PAINEL PLANEJADO DE EXPÓSIÇÃO FOTOGRÁFICA HISTÓRICA DO MUNICÍPIO PARA ATENDER A DE-MANDA DA BIBLIOTECA CIDADÁ PROFESSORA EDNA REBUSSI DE ALMEI-DA/SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. RECURSO ADQUIRIDO PELA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB) conforme termo de referência, e base legal artigo 75, inciso II, da lei n° 14.133/21 c/c art. 72

LOTE	Qtde.	Unid. de Medida	Descrição	Valor Unt.	Valor total
1	1	SERV.	Contratação de serviço de curadoria e montagem de 1(um) Painel planejado de exposição fotográfica histórica do Município, 04 Estruturas em MDF 15mm, na cor Preto TX, medindo 80 cm x 200 cm, com base em MDF de 50cm; 05 Quadros fotográficos com borda infinita de 60x60cm; 08 Quadros fotográficos com borda infinita de 60x40cm; 03 Quadros fotográficos com borda infinita de 60x40cm; 03 Quadros fotográficos com borda infinita de 60x40cm; 03 Quadros fotográficos com borda infinita de 60x80cm.		R\$ 9.000,00
				TOTAL	P\$ 9 000 00

CNPJ N° 42.373.195/0001- 65 VALOR DA PROPOSTA: R\$ 9.000,00 (Nove mil reais) APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO: a empresa encaminhou toda a documentação solicitada en ACORDO com o disposto na Lei 14133/21, bem como no Termo de Referencia, estando para tanto

MENOR PROPOSTA APRESENTADA: GABRIELY GOMES VIEIRA

Maria Helena-PR, 15 de julho de 2025

Com a publicação desta passa a se contar o prazo de 03 dias solicitados na lei 14133/21, em seu art. 75

§3°, bem como encontra-se disponível para recebimento de propostas adicionais, que poderão se encaminhadas no e-mail: <u>propostadispensapmmh@qmail.com</u>, e no assunto dispor o número da dispensa

CLAUDENICE SANTOS GOBBO Agente de Contratação

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Município de Francisco Alves, Estado do Paraná, CNPJ nº 77.356.665/0001-67, com sede na Rua Jorge Ferreira, nº 627, representado pelo Prefeito Municípial Sr. Alfrio José

CONTRATADO: CIDIMAR APARECIDO TEODORO, brasileiro, maior, MOTORISTA, inscrito no Registro Geral-CPF № 075.144.459-60, residente e domiciliado a Rua vereador Nelso Mantovani 873 - Vitoria Regia – município de Francisco Alves - Estado do Paraná.

OBJETO: Prestação de serviços como Motorista, com carga horária de 40 horas semanais, po prazo determinado, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.248/2024 e no Edital do PSS nº

VALOR MENSAL: 1 (um) salario minimo nacional vigente – Lotado na Secretaria de Infraestrutura. BASE LEGAL: Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº 1.248/2024.

Francisco Alves – PR, 14 de julho de 2025. **ALÍRIO JOSÉ MISTURA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Município de Francisco Alves, Estado do Paraná, CNPJ nº 77.356.665/0001-67, com sede na Rua Jorge Ferreira, nº 627, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Alfrio José

CONTRATADO: JOÃO PAULO PIO, brasileiro, maior, MOTORISTA, inscrito no Registro Geral-CPF Nº 059.508.859-70, residente e domiciliado a Av. Rua 15 de novembro, 322 - Distrito de Rio Bonito - município de Francisco Alves - Estado do Paraná.

OBJETO: Prestação de serviços como Motorista, com carga horária de 40 horas semanais, pol prazo determinado, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.248/2024 e no Edital do PSS nº

VALOR MENSAL: 1 (um) salario minimo nacional vigente (+Insalubridade) – Lotado na Secret

BASE LEGAL: Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº 1.248/2024. Francisco Alves – PR, 14 de julho de 2025. **ALÍRIO JOSÉ MISTURA**

EXTRATO DE CONTRATO № 020/2025

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: Município de Francisco Alves, Estado do Paraná, CNPJ nº 77.356.665/0001 67, com sede na Rua Jorge Ferreira, nº 627, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Alírio José

CONTRATADO: EDVALDO DA GRAÇA, brasileiro, maior, MOTORISTA, inscrito no Registro Geral-CPF Nº 867,795,089-34, residente e domiciliado a Rua RUA ANIZ ABUDI, 175 - município de Francisco Alves - Estado do Paraná. OBJETO: Prestação de serviços como Motorista, con carga horária de 40 horas semanais, por prazo determinado, conforme previsto na Lei Municipal n 1.248/2024 e no Edital do PSS nº 001/2025.

1.240/204 e in Eulai do 753 ii vol 1/2025. VALOR MENSAL: 1 (um) salario minimo nacional vigente – Lotado na Secretaria de Infraestrutura BASE LEGAL: Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº 1.248/2024. Francisco Alves – PR, 14 de julho de 2025. **ALÍRIO JOSÉ MISTURA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2025

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Município de Francisco Alves, Estado do Paraná, CNPJ nº 77.356.665/0001-67, com sede na Rua Jorge Ferreira, nº 627, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Alfrio José

CONTRATADO: ELOISA HERBERT, brasileira, maior, TECNICO EM ENFERMAGEM, inscrito no Registro Geral-CPF Nº 030.026.439-98, , residente e domiciliado a Av João Cortez Capel, 685, município de Francisco Alves - Estado do Paraná. OBJETO: Prestação de serviços como TECNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, por prazo determinado, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.248/2024 e no

Edital do PSS nº 001/2025. VALOR MENSAL: R\$- 1.795,84(Um mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e qua centavos), + insalubridade. Lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

BASE LEGAL: Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº 1.248/2024. Francisco Alves – PR, 14 de julho de 2025. **ALÍRIO JOSÉ MISTURA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2025

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: Município de Francisco Alves, Estado do Paraná, CNPJ nº 77.356.665/0001 67, com sede na Rua Jorge Ferreira, nº 627, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Alírio José

CONTRATADO: ANGELA MARIA MARANI, brasileira, maior, TECNICO EM ENFERMAGEM,

inscrito no Registro Geral-CPF Nº 732.148.099-20, residente e domiciliado a Rua Elias Calil Saad, 571, município de Francisco Alves - Estado do Paraná.

OBJETO: Prestação de serviços como TECNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, por prazo determinado, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.248/2024 e no Catal de 10005

Edital do PSS nº 001/2025.

VALOR MENSAL: R\$- 1.795,84(Um mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e quatro centavos), + insalubridade, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde

BASE LEGAL: Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº 1.248/2024.

Francisco Alves - PR, 14 de julho de 2025.

ALÍRIO JOSÉ MISTÚRA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Município de Francisco Alves, Estado do Paraná, CNPJ nº 77.356.665/0001-67, com sede na Rua Jorge Ferreira, nº 627, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Alfrio José

CONTRATADO: : NATAN LUCAS PAIVA, brasileiro, maior, AGENTE DE SAÚDE, inscrito no Registro Geral-CPF Nº 107.248.989-99, residente e domiciliado a Rua Irmãos Vilas Boas, 732, município de Francisco Alves - Estado do Paraná.

semanais, por prazo determinado, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.248/2024 e no Edital

do PSS nº 001/2025. VALOR MENSAL: dois(02) Salários Mínimos Nacional vigente, + insalubridade. Lotado na

BASE LEGAL: Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº 1.248/2024.

Francisco Alves – PR, 14 de julho de 2025. **ALÍRIO JOSÉ MISTURA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Município de Francisco Alves, Estado do Paraná, CNPJ nº 77.356.665/0001 67, com sede na Rua Jorge Ferreira, nº 627, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Alírio Joss

CONTRATADO:: QUEICI QUELI CANDIDA DE MOURA, brasileira, maior, AGENTE DE SAÚDE inscrito no Registro Geral-CPF Nº 062.948.279-90, residente e domiciliado a Rua GENERAL OSCAR LUIZ DA SILVA 440 município de Francisco Alves - Estado do Paraná

OBJETO: Prestação de serviços como AGENTE DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, por prazo determinado, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.248/2024 e no Edital do PSS nº 001/2025.

VALOR MENSAL: dois(02) Salários Mínimos Nacional vigente, + insalubridade. Lotado r Secretaria Municipal de Saúde.

BASE LEGAL: Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de base Legal. Contralação por tempo determinado para atender a nece excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº 1.248/2024. Francisco Alves – PR, 14 de julho de 2025.

**ALÍRIO JOSÉ MISTURA*^{*}

EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2025

SO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Município de Francisco Alves, Estado do Paraná, CNPJ nº 77.356.665/0001-67, com sede na Rua Jorge Ferreira, nº 627, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Alírio José

CONTRATADO: ARLETE DO NASCIMENTO PEREIRA DE OLIVEIRA, brasileira, maior, AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, inscrito no Registro Geral-CPF Nº 036.684.139-40, residente e domiciliado a Av. Padre José Stefanelo, 397 município de Francisco Alves - Estado do Paraná.

OBJETO: Prestação de serviços como AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, com carga horária de 40 horas semánais, por prazo determinado, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.248/2024 e no Edital do PSS nº 001/2025. VALOR MENSAL: dois(02) Salários Mínimos Nacional vigente, + insalubridade. Lotado n

Secretaria Municipal de Saúde

BASE LEGAL: Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária o excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº 1.248/2024.

Francisco Alves – PR, 14 de julho de 2025. **ALÍRIO JOSÉ MISTURA**

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 04 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 200/2021 Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO -PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. RONALDO TINTI, brasileiro, casado, portador do RG n 5.210.120-4.SSP/PR, e do CPF/MF nº 738.708.899-34, residente e domiciliado à Estrada São Henrique lote 443 e 444, Rural, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa: PHUTURA - PROFISSIONAIS DE SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ nº 42.177.705/0001-29, com sede à , nº 99, JARDIM ALVORADA - CEP 87555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio - PR, neste ato Representado pelo Sr(a). GISELE LETICIA ALPINO, portador(a) do RG. nº 81645582, e do CPF/MF Nº 039.706.499-35, residente e domiciliado à ANTONIO MANIANE JARDIM ALVORADA, São Jorge do Patrocínio - PR, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, firmado com amparo da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na Licitação Modalidade de Inexigibilidade nº 25/2021, Processo nº 148, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas Clausula Primeira - Do Obieto

Constitui como objeto do presente a contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE NUTRICIONISTA COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS, PARA ATENDER NO HOSPITAL MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ. Clausula Segunda – do Prazo e Equilíbrio

Considerando ter havido interesse recíproco, entre os contratantes, e em conformidade com § 1º do Art 57 da lei 8666/1993, prorroga-se o prazo, do Contrato Administrativo nº.200/2021. Fica estabelecido o acréscimo legal das quantidades contratadas inicialmente por tratar-se de contrato continuado. Fica estabelecido o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato n° 200/2021 em 5,32 % referente ao Indice INPC, conforme prevê a Lei 8.666/93 da alteração de contratos, Artigo 37, inciso 21 e o Artigo 65, inciso 2 Alínea d da Constituição Federal. Conforme tabela abaixo

Lote Item Qtde Descrição VIAtual VI Reajustado VI Total

1 1 12,00 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE NUTRICIONISTA COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS, PARA ATENDER NO HOSPITAL MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ. 3.175,28

VALOR DO CONTRATO

VALOR DO TERMO ADITIVO

VALOR ATUAL DO CONTRATO

R\$ 109.813,87

R\$ 40.130,40

R\$ 149.944,27

Clausula Terceira – Do Valor Contratual O valor do presente termo aditivo, constitui na importância global de R\$-40.130,40- (quarenta mil cento e

O presente Termo Aditivo terá vigência de 12 (doze) meses, tendo início em 24/06/2025 e término previsto para 24/06/2026, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes

Clausula Quinta – Das Ratificações Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado, nã abrangidas este Termo Aditivo.

Clausula Sexta - Do Foro Competente

Fica eleito o Foro da Comarca de Altônia, Estado do Paraná, para que nele venham a ser dirimidas a: eventuais desavenças no cumprimento do presente Contrato. E estando as partes de pleno acordo com presente instrumento, firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunha: que também o assinam. São Jorge do Patrocínio-PR, 24/06/25



Prefeitura Municipal de Francisco Alves

EDITAL 011/2025
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - Nº 001/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, SR. ALÍRIO JOSÉ MISTURA, usando as suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a realização do PSS/2025 Edital n.º 001/2025, homologado em RESOLVE:

Art. 1º - Torna pública a convocação dos candidatos classificados nas vagas reservadas às pessoas Pretos, Pardos e Povos Indígenas (PPP) para comprovação dos requisitos legais e apresentação de documentação para admissão, aprovado no PSS/2025 aberto pelo Edital nº 001/2025, para comparecer entre os dias 15/07/2025 à 21/07/2025, no Departamento de Recursos Humanos, localizado no Paço Municipal de Francisco Alves, na Rua Jorge Ferreira, nº 627, Centro, CEP: 87.570-000, em Francisco Alves, Estado do Paraná e egar os documentos comprobatórios exigidos neste Edital, tal fim, à sabe

Xerox e original da Certidão de Casamento ou Nascimento; Xerox e original do CPF; Xerox e original da Cédula de Identidade (RG); Xerox e original do PIS ou PASEP;

Xerox e original do Título Eleitoral; Atestado de Saúde Física e Mental;

Comprovante de escolaridade exigida, e registro no Conselho da Classe quando couber

Otripiovante de secoranda e exiguia, e legisto in Consento da Justiça Eleitoral; Ultimo comprovante de votação ou Certidão da Justiça Eleitoral; Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos

Xerox e Original Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); 01 (uma) foto 3x4 recente, tirada de frente; Comprovante de Residência (Água ou Luz) - no nome do candidato; Xérox e original da Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos;

Xérox da Carteira de Vacinação dos filhos até 6 (seis) anos; Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (candidatos do sexo masculino) Comprovante de Conta Salário e/ou Conta Corrente vinculada a Conta Salário - Banco Sicredi - Agencia 0726 - Francisco Alves;

Comprovação de Regularidade Fiscal com o Estado, mediante a exibição de Certidão Negativa de Débito;

Declaração preenchida e assinada com firma reconhecida de que não ocupa cargo ou rec proventos de aposentadoria que impeçam a acumulação de cargos públicos;

Declaração preenchida e assinada com firma reconhecida de que não sofreu sanção impeditiva do exercício de cargo, função ou emprego público, Declaração de Afrodescendente preenchida e assinada com firma reconhecida, se for o caso

Documentação específica para PPP:

• Autodeclaração étnico-racial conforme o modelo do edital;

 $\S~2^{\circ}.$ Os convocados a cargos que exigem escolaridade mínima, categoria de CNH e habilitação profissional junto a órgão de classe deverão apresentar os respectivos documentos na data e horário estabelecidos no caput;

§ 3º. O procurador deverá estar munido da procuração pública ou privada com reconhecimento de firma por verdadeiro, com poderes plenos para representar o outorgante perante o Município de Francisco Alves para os fins do PSS/2025 do Edital nº 001/2025 e assumir

§ 4º O provimento do candidato no emprego público fica condicionado à

apresentação de todos os documentos comprobatórios dos requisitos relacionados acima a. O não pronunciamento do candidato aprovado no prazo estabelecido de 05 (cinco) dias uteis, facultará ao Poder Executivo a convocação dos candidatos seguintes, perdendo o mesmo o direito de investidura no emprego ao qual se habilitou.

b. A contratação, objeto do presente Edital, amparado nas legislações vigentes em consonância com as Consolidação das Leis trabalhistas, não gerará vínculo empregatício entre os contratados e a contratante expirando-se ao término da vigência do contrato, o qual poderá vir a ser prorrogado por igual período considerando as necessidades da Administração Pública Municipal

Art. 2º - Entregues os documentos previstos no artigo anterior e verificada a falta de algum deles, o Departamento de Recursos Humanos notificará imediatamente o convocado para que no prazo de 02 (dois) dias úteis complete as informações, dados ou documentos faltantes, sob pena de sanções estabelecidas no Edital de abertura perca da vaga.

Art. 3º - Após aprovação dos documentos e Exames Médicos será providenciada a publicação do ato normativo de investidura do convocado ao cargo, devendo o contratado se apresentar no dia útil imediatamente posterior no setor de Recursos Humanos que o encaminhará para a Secretaria em que estiver lotado.

Art. 4º - Não serão aceitas cópias ilegíveis de nenhum dos documentos acima citados, sendo de responsabilidade do candidato certificar-se que as cópias estão legíveis antes de apresenta-los no Departamento de Recursos Humanos.

Art. 6º - Excetuadas as diligências excepcionais previstas no Art. 2º, não serão aceitas entregas de documentos parciais, sendo que o candidato deverá comparecer apenas quando estiver de posse de TODOS os documentos listados acima que se apliquem a sua

Art. 7º - O não atendimento no prazo fixado ou o não comparecimento no exame ará em perda automática à vaga, sendo considerada como desistente e substituída médico, implicará em perda automática à vaga, sendo considerada cor na sequência, pela imediatamente classificada.

Art. 8º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação

Francisco Alves, em 14 de julho de 2025, 204º da Independência e 137º da

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 008/2025 EDITAL 011/2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - Nº 001/2025

	CONVOCAÇÃO Nº 008 - PSS 2025								
1. CA	NDIDATO	S CONVOCADOS – COTA PPP							
CLASS	INSCRIÇÃO	NOME	DATA NASC	CARGO					
1	242263	BRUNA DA CONCEIÇÃO SILVA	28/08/1999	Enfermeiro Padrão					



República.

MUNICIPIO DE DOURADINA

Estado do Paraná

Exercício: 2025

Pág. 1/2 CNPJ 78.200.110/0001-94

Decreto nº 121/2025 de 10/07/2025 Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da O Prefeito Municipal de DOURADINA, Estado do

Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe

foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2377/2024

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 70.499,80 (setenta mil quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias

06.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL FUNDO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PSB CRIANÇA FEDERAL E PROPRIO 06 003 00 000 0000 0 000 721 - 3.3.90.30.00.00 31822 MATERIAL DE CONSUMO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 08.000.00.000.0000.0.000. 08.006.00.000.0000.0.000. TRANSPORTE ESCOLAR MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 5% e 25% 08.006.12.361.0011.2.067 362 - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO 09.000.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA 09.002.00.000.0000.0.000

414 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO Total Suplementação: 70.499.80

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de

Total da Receita:

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a

1964, o Excesso de Arrecadação; Receita: 1.7.1.1.51.11.00.00000000 Fonte: 1000 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL Receita: 1.7.2.1.50.01.00.00000000 Fonte: 1000 COTA-PARTE DO ICMS Receita: 1.7.2.9.51.01.00.00000000 Fonte: 31822 TRANSFERÊNCIAS DE 16,499,80 ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL

atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA - Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2021 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de DOURADINA, Estado do Paraná, em 10 de julho de 2025.

OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA

70,499,80

<u>Prefeitura Municipal de Francisco Alves</u>

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - Nº 001/2025 CONVOCAÇÃO 009/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, SR. ALÍRIO JOSÉ CONSIDERANDO a realização do PSS/2025 Edital n.º 001/2025, homologado em

12 de junho de 2025, RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR os candidatos relacionados, aprovado no PSS/2025 aberto pelo **Edital nº 001/2025**, para comparecer entre os dias **16/07/2025** à **22/05/2025**, no Departamento de Recursos Humanos, localizado no Paço Municipal de Francisco Alves, na Ruo Jorge Ferreira, nº 627, Centro, CEP: 87.570-000, em Francisco Alves, Estado do Paraná e egar os documentos comprobatórios exigidos neste Edital, tal fim, à saber:

Xerox e original da Certidão de Casamento ou Nascimento

Xerox e original do CPF; Xerox e original do CPF; Xerox e original da Cédula de Identidade (RG); Xerox e original do PIS ou PASEP; Xerox e original do Título Eleitoral;

Atestado de Saúde Física e Mental;

Alestado de Salude Fisica e Mental;
Comprovante de escolaridade exigida, e registro no Conselho da Classe quando couber;
Ultimo comprovante de votação ou Certidão da Justiça Eleitoral;
Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos.
Xerox e Original Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

Netido e Originia Cateira de Frabalhi de Previdencia Social (CFS),

10 (uma) foto 3x4 recente, tirada de frente;

Comprovante de Residência (Água ou Luz) - no nome do candidato;

Xérox de original da Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos;

Xérox da Carteira de Vacinação dos filhos até 6 (seis) anos;

Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (candidatos do sexo masculino)

Comprovante de Conta Salário e/ou Conta Corrente vinculada a Conta Salário - Banco

Sicredi – Agencia 0726 - Francisco Alves;
Comprovação de Regularidade Fiscal com o Estado, mediante a exibição de Certidão Negativa de Débito;
Declaração preenchida e assinada com firma reconhecida de que não ocupa cargo ou recebe

proventos de aposentadoria que impeçam a acumulação de cargos públicos; Declaração preenchida e assinada com firma reconhecida de que não sofreu sanção

impeditiva do exercício de cargo, função ou emprego público,

1) Declaração de Afrodescendente preenchida e assinada com firma reconhecida, se for o caso.

§ 2º. Os convocados a cargos que exigem escolaridade mínima, categoria de CNH
e habilitação profissional junto a órgão de classe deverão apresentar os respectivos documentos na data e horário estabelecidos no caput; § 3º. O procurador deverá estar munido da procuração pública ou privada com

reconhecimento de firma por verdadeiro, com poderes plenos para representar o outorgante perante o Município de Francisco Alves para os fins do PSS/2025 do Edital nº 001/2025 e assumir issos de comparecimento em exame médico legal

§ 4º O provimento do candidato no emprego público fica condicionado à resentação de todos os documentos comprobatórios dos requisitos relacionados acima.
 a. O não pronunciamento do candidato aprovado no prazo estabelecido de 05 (cinco) dias uteis, facultará ao Poder Executivo a convocação dos candidatos seguintes, perdendo o mesmo o direito de investidura no emprego ao qual se habilitou.
 b. A contratação, objeto do presente Edital, amparado nas legislações vigentes em consonância com as Consolidação das Leis trabalhistas, não gerará vínculo empregatício entre os contratados e a contratante expirando-se ao término da vigência do contrato, o qual poderá vir a ser progragado por jugal perfodo considerando as pecessidades de

qual poderá vir a ser prorrogado por igual período considerando as necessidades da Administração Pública Municipal. Art. 2º - Entregues os documentos previstos no artigo anterior e verificada a falta de algum deles, o Departamento de Recursos Humanos notificará imediatamente o convocado para que no prazo de 02 (dois) dias úteis complete as informações, dados ou documentos

faltantes, sob pena de sanções estabelecidas no Edital de abertura perca da vaga. Art. 3º - Após aprovação dos documentos e Exames Médicos será providenciada a publicação do ato normativo de investidura do convocado ao cargo, devendo o contratado se apresentar no dia útil imediatamente posterior no setor de Recursos Humanos que o encaminhará para a Secretaria em que estiver lotado.

Art. 4º - Não serão aceitas cópias ilegíveis de nenhum dos documentos acima citados, sendo de responsabilidade do candidato certificar-se que as cópias estão legíveis antes de apresenta-los no Departamento de Recursos Humanos. Art. 6º - Excetuadas as diligências excepcionais previstas no Art. 2º, não serão

aceitas entregas de documentos parciais, sendo que o candidato deverá comparecer apenas quando estiver de posse de TODOS os documentos listados acima que se apliquem a sua

Art. 7º - O não atendimento no prazo fixado ou o não comparecimento no exame médico, implicará em perda automática à vaga, sendo considerada como desistente e substituída, na sequência, pela imediatamente classificada.

Art. 8º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação Francisco Alves, em 15 de julho de 2025, 204º da Independência e 137º da

ALÍRIO JOSÉ MISTURA Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 009/2025 EDITAL 012/2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - Nº 001/2025

República.

		CONVOCAÇÃO Nº 009	- PSS 2025	
CLASS	INSCRIÇÃO	NOME	DATA NASC	CARGO
5	240948	ISABELA RAMOS DORNELES DOS SANTOS	25/12/2002	Enfermeiro Padrão
9	242429	ROSELI DE OLIVEIRA	09/03/1980	Auxiliar de Serviços Gerais
10	242807	ANDREIA BARBOSA DIAS	04/03/1982	Auxiliar de Serviços Gerais
11	241053	FRANCIELE PEREIRA	12/06/1993	Auxiliar de Serviços Gerais
12	241419	ROSIMEIRE DOS SANTOS SOUZA	19/09/1983	Auxiliar de Serviços Gerais
13	242391	CASSIA CARVALHO PAULUZE	02/06/1990	Auxiliar de Serviços Gerais
14	241871	LUCAS FERRAR SILVA	17/05/2001	Auxiliar de Serviços Gerais
15	241996	MARCIA MAELI PEREIRA DA SILVA	12/12/1994	Auxiliar de Serviços Gerais
16	242811	ROSILENE DOS SANTOS HERBERT	27/08/1982	Auxiliar de Serviços Gerais
17	242005	FRANCIELE SOARES DA SILVA	15/07/1988	Auxiliar de Serviços Gerais
18	243568	LAUDICEIA KELLER DA CUNHA	23/02/1977	Auxiliar de Serviços Gerais
19	241604	ELIAS BARBOSA SILVERIO	09/01/1982	Auxiliar de Serviços Gerais
20	241854	MÁRCIA SILVA DE OLIVEIRA	03/04/1986	Auxiliar de Serviços Gerais
21	242801	SELMA MARQUES DE SOUZA	17/10/1968	Auxiliar de Serviços Gerais
22	242335	ANGELA RODRIGUES DOS SANTOS	26/10/1969	Auxiliar de Serviços Gerais
23	243306	FRANCIELE KOPP DA SILVA	06/10/1992	Auxiliar de Serviços Gerais
24	242428	MIZAEL MUNIZ	07/06/1988	Auxiliar de Serviços Gerais
25	241057	VANESSA PEREIRA DE MORAIS	10/01/1989	Auxiliar de Serviços Gerais
26	241758	ELIANA DE OLIVEIRA SANTOS	29/12/1984	Auxiliar de Serviços Gerais
27	242964	CLEIA APARECIDA DA SILVA BELTRAMIN	08/03/1982	Auxiliar de Serviços Gerais
28	241095	KELLI FERNANDA VIEIRA DE MATOS	21/09/1996	Auxiliar de Serviços Gerais
29	241351	ODAIR COSME FERREIRA DA SILVA	17/09/1976	Auxiliar de Serviços Gerais



Prefeitura Municipal de Maria Helena

Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helei Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO Contrato nº 129/2025

Pregão Eletronico Nº 048/2025

Edital n°090/2025 Contratante: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA (76.247.386/0001-00) Contratada: P.C.R ESTRUTURAS PARA EVENTOS EIRELI 07.598.969/0001-55

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de estrutura para eventos, para atuar no evento das festividades em comemoração do 65º Aniversário do município, com apoio do Convênio Paraná mais Eventos, Cooperação mutua entre a Secretária de Estado do Turismo e a Prefeitura Municipal de Maria Helena - PR, que acontecerá no período que compreende os dias, finais de semana = 19 e 20, e 26 e 27 de julho de 2025., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Valor total: R\$ 190.590,00 (Cento e noventa mil quinhentos e noventa reais). Vigência: 14/07/2025 a 14/07/2026 Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCINIO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 02 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65/2023 EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 02 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65/2023 Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à AV. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representade pelo Prefeito Municipal Sr. RONALDO TINTI, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.210-4-SSP/PR, e do CPF/MF nº 738.708.899-34, residente e domiciliado à Estrada São Henrique lote 443 e 444, Rural CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa: CALL ECG SERVIÇOS DE TELEMEDICINA S/C LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.071.210/0001-21, com sede à , nº , 2º ANDAR - CEP 84040-120 na cidade de PONTA GROSSA - PR. neste ato Representado pelo Sr(a). MARCELO VALLADAO FERREIRA DE CARVALHO, portador(a) do RG. º 130175554, e do CPF/MF Nº 002.066.727-21, residente e domiciliado à RUA CARLOS OSTÉRMACK º ANDAR, PONTA GROSSA - PR, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, firmado com amparo da Lei ederal nº 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na Licitação Modalidade de Dispensa por Limite n' 27/2023, Processo n° 93, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas Clausula Primeira - Do Objeto

Ciausula Primeira — Do Objeto Constitui como objeto do presente a contratação: CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE ELETROCARDIOGRAMA DIGITAL (ECG) POR TRANSMISSÃO DIGITAL 24 HORAS, E FORNECIMENTO DE APARELOS EM COMODATO, A SEREM UTILIZADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL, DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO PR. lausula Segunda - do Prazo.

Considerando ter havido interesse recíproco, entre os contratantes, e em conformidade com § 1º do Art 57 da lei 8666/1993, prorroga-se o prazo do Contrato Administrativo nº. 065/2023. Fica estabelecido o acréscimo legal das quantidades contratadas inicialmente por tratar-se de contrato co Item Qtde Descrição Qtde. Aditivada VI/Unit

1 1 24,00 Exames de Eletrocardiogrania Digital (EUG) por transmissao digital 24 horas com emissão de laudo, com sistema conectado via internet, permitindo a captação de exames e recebimento de laudos emitidos à distância por médico especialista, para utilização da Secretaria da Saúde do Município de São Jorge do Patrocínio - PR, sendo o mínimo 150 (cento e cinquenta) exames, laudos mês com o fornecimento de 02 (dois) APARELHOS PORTÁTIL PARA REALIZAÇÃO DO ECG, a

24,00

serem instalados no Hospital Municipal Ágnaldo Gouveia Rua Américo Marciano de Melo, nº 376, Centro 12,00 1.400,00 16.800,00 VALOR DO CONTRATO VALOR DO TERMO ADITIVO R\$ 33.600,00 R\$ 16.800,00 R\$ 50.400,00 VALOR ATUAL DO CONTRATO Clausula Terceira – Do Valor Contratual

O valor do presente termo aditivo, constitui na importância global de R\$-16.800,00- (dezesseis mil e

O presente Termo Aditivo terá vigência de 12 (doze) meses, tendo início em 11/07/2025 e término previsto

Exames de Eletrocardiograma Digital (ECG) por transmissão

para 11/07/2026, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes Clausula Quinta – Das Ratificações Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado, não

Clausula Sexta – Do Foro Competente Fica eleito o Foro da Comarca de Altônia, Estado do Paraná, para que nele venham a ser dirimidas as eventuais desavenças no cumprimento do presente Contrato. É estando as partes de pleno acordo com o presente instrumento, firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas

São Jorge do Patrocínio-PR. 08/07/25

Publicações legais

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA AV. ÁNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM www.cisaamerios.com.br

1. PREÂMBULO

nicipal de Saúde Amerios - CISA/AMERIOS 12ª R.S., pessoa jurídica de direit O Curistició interiminacipa de Sadude Americas - Curismira (A. S.), pessoa junticia de utiento lício, inscrito no CNP nº 86.689 (2023/0001-7/0, com sede à Av. Angole Moreira da Fonseca, 866, Zona nazém, Umuarama/PR, torna pública a realização de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, nos termos das condições estabelecidos no presente Instrumento de Chamamento

2.1. Este edital é regido pela Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que versa sobre Licitações e Contratos, Resolução CISA Nº 069/2023, Resolução do CISA nº 114/2023, Lei nº 8.142/90, que trata da participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e demais legislações

3.1. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de pessoas jurídicas na Área de Saúde para a credenciamento de pessoas jurídicas da área de saúde para prestação de serviços de

Plantões Médicos de Urgência e Emergência, presenciais PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA/AMERIOS 12ª REGIONAL DE SAÚDE., com

- daqueles que se consorciarem durante a vigência deste processo.

3.4. Informações detalhadas sobre critérios de distribuição e condições do fornecimento encontram-se

4.1. O requerimento de credenciamento deve ser dirigido à Comissão Técnica de Credenciamento e h, de segunda-feira a sexta-feira, considerando a vigência do edital.

- até 30 dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período e serão comunicados via e-mail ou outro
- 4.3. Este Chamamento permanecerá aberto continuamente, permitindo que os interessados se credenciem a qualquer momento, mediante aprovação da equipe técnica responsável pela verificação do
- O prazo de vigência do contrato a ser celebrado em decorrência do credencia (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do Art. 107, da Lei 14.133/2021.
- 4.5. O prazo para a assinatura do contrato é de 05 (cinco) dias corridos, a contar da convocação do

- 5.1. O credenciamento terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua
- 5.2. Existe a possibilidade de prorrogação automática por períodos iguais e sucessivos, desde que mantidas as razões presentes na justificativa para a instauração deste Edital de Credenciamento.

6.1. Aquele que pretender impugnar os termos do Edital e seus anexos deve fazê-lo no prazo de 5 nco) dias úteis a contar da data de publicação, apontando clara e objetivamente as falhas ou egularidades percebidas, sendo dirigidos ao e-mail licitacao@cisaamerios.com.br ou protocolados no endereço constante no Preâmbulo, durante o horário compreendido entre 08h00 às 12h00 e das 13h30

6.2. Para a impugnação, é obrigatória a apresentação de documentos que comprovem a identidade do mpugnante, sendo exigidos CPF ou RG para pessoa física e CNPJ, além do respectivo ato constitutivo e procuração, no caso de representação por procurador.

6.3. O CISA não se responsabiliza por e-mails não recebidos devido a problemas no servidor ou navegador, tanto do CISA quanto do emissor

6.4. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações serão analisados pela Comissão Técnica de nento do CISA, que decidirá sobre sua procedência e, em caso de acolhimento, determinará as adequações necessárias com nova publicação do Edital. 6.5. A Comissão de Credenciamento deve decidir sobre a impugnação no prazo de 5 (cinco) dias úteis,

6.6. Em caso de acolhimento da impugnação, o Edital será republicado com as devidas retificações, assegurando-se assim o princípio da ampla divulgação e transparência no processo de credenciamento.

7. CONDIÇÕES E VEDAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Condições de participação

- 7.1.1. Poderão participar deste CREDENCIAMENTO as PESSOAS JURÍDICAS que satisfaçam as condições de habilitação, documentais e disposições contidas neste edital, cujo ramo de atividade seja ente e compatível com o objeto do presente edital. 7.1.2. Toda a documentação exigida no Edital é um requisito **obrigatório** para a habilitação jurídica,
- técnica e fiscal, devendo estar no nome do interessado. as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no
- credenciamento, em especial, os documentos para a habilitação. 7.1.4. A participação implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edita

Acesso à Informação.

7.2. Vedações à Participação: 7.2.1. Não poderão participar do credenciamento os interessados cumprindo sanções do art. 156,

incisos III e IV, da Lei n.º 14.133/2021

7.2.3. Aquele que esteja suspensa a participação em licitação e impedimento de contratar com

7.2.4. O impedimento será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, con o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada

8. RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

ter sido emitidos no prazo máximo de 90 dias.

- redenciamento durante a vigência, encaminhando a documentação, atendendo aos requisitos do Edital.
- 8.2. A submissão da documentação é preferencialmente realizada de forma digital, por meio do site do S.2. A submissad us documentaryate preterioralmine realizate de forma utilità. Del meto do site do Constricto Internuncipal de Saude Amerios - CISA, acessive ne myww.cisaamerios.com.br.
 8.3. Os documentos devem ser anexados em formato PDF, com assinatura digital padrão ICP Brasil ou
- ssinatura eletrônica do Governo Federal. naceitáveis documentos fotografados, em cópias reduzidas ou ilegíveis.
- 8.5. Todas as declarações e propostas devem conter a identificação da empresa a ser credenciada e
- 8.7. Os documentos apresentados devem estar em nome do participante, com número de CNPJ, sendo
- documentos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação 8.9. A Comissão pode convocar os interessados para esclarecimentos e solicitar documentos
- 8.10. Não será credenciada a interessada que não apresentar a documentação válida exigida no Edital. 8.11. A ordem de análise da habilitação seguirá, preferencialmente, à ordem cronológica, de acordo com a ordem de entrega da documentação exigida.

9. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CREDENCIAMENTO

representante legal do estabelecimento ou por procurador constituído). É obrigatório o preenchimento de

9.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da enticidade no sítio https://www.gov.br/emp

Alo constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente tradas, em se tratando de sociedade empresarial, e, no caso de sociedade por ações, a ata trada da assembleia de eleição da diretoria;

9.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva ede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

9.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresaria, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas

9.2.7. Ata, registrada na Junta Comercial, das assembleias que tenham aprovado ou alterado os statutos em vigor e ata de eleição dos administradores em exercício, no caso de cooperativas.

as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão onjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Divida Ativa Da União, expedida pela Secretaria a Receita Federal do Ministério da Fazenda em plena validade;

9.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante em plena

9.3.5. Certificado de Regularidade de Situação com o Fundo De Garantia De Tempo De Serviços (FGTS) em plena validade;

9.3.7. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extra Judicial, expedida pela com

do domicílio da pessoa jurídica, participante do Processo de Credenciamento. Não constando o prazo de validade, a Comissão de Licitação aceitará apenas a certidão expedida até 90 (noventa) dias antes da

9.3.8. Caso o prestador seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá rar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio

9.3.8. Serão aceitas como prova de regularidade para com o Fisco, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos

9.3.9.1. Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica, emitida pelo Conselho Regional de Medicina (CRM);

edital, conforme as instruções fornecidas.

9.4.1. Declaração que não emprega menores, (CONFORME ANEXO VI).
9.4.2. Declaração de Idoneidade, (CONFORME ANEXO VI).
9.4.3. Requemiento para Credenciamento, (CONFORME ANEXO II).
9.4.4. Proposta contendo os serviços assinalados que pretende executar, de acordo com a Tabela CISA, ANEXO III.

ntos apresentados para habilitação devem estar em vigor e dentro do prazo

de validade na data da sua apresentação

10.1. Os valores de remuneração das prestações dos serviços que vierem a ser contratados serão regidos pela Tabela CISA, disponível no Anexo III e no site: www.cisaamerios.com.br.

10.2. Os credenciados só farão jus aos valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados, desde que autorizados e aprovados pelo CISA, nos termos deste edital e seus anexos;

10.3. O valor dos serviços previstos na Tabela CISA não sofrerá reajuste no período de vigência deste atualizações de valores pelo Ministério da Saúde.

10.4. Não haverá obrigatoriedade por parte da Administração do CISA da utilização de todos os valores estimados no contrato, de forma que a realização dos serviços serão conforme a necessidade e disponibilidade financeira dos municípios que integram o CISA.

11. Da Fraude e da Corrupção

11.1.0 contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto

a) prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o

objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de contratação ou na execução de h) prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o pro-

c) prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais participantes, com ou

d) prática coercitiva: causar danos ou ameacar causar dano, direta ou indiretamente, às nessoas ou sus propriedade, visando influenciar sua participação em um processo de contratação ou afetar a execução

e) prática obstrutiva: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações faisas aos representantes do consórcio, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o CISA promover inspeção.

12.1. Em caso de descumprimento das obrigações estabelecidas ou violação de preceitos legais, o

Interessado estará sujeito a sanções, conforme descritas abaixo: 12.1.1 Apresentar declaração ou documento falso: Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do requerimento de credenciamento, sem prejuízo de outras sanções administrativas e indenização suplementar por perdas e danos.

12.1.2. Deixar de apresentar documento na fase de saneamento: Multa compo (cinco por cento) sobre o valor total do requerimento de credenciamento, sem prejuízo de outras ções administrativas e indenização suplementar por perdas e danos.

12.1.3. Além das penalidades mencionadas, as sanções por atos praticados durante a contratação 12.2. O credenciado que não cumprir as obrigações ou preceitos legais assumidos estará sujeito às

I - Advertência;

II - Multa; III - Impedimento de licitar e contratar

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

aplicação das sanções administrativas, deverão ser seguidas as disposições do art. 155 e seguintes da

13. Dotação Orçamentária

13.1. As despesas decorrentes da execução do objeto e pagamentos relacionados à prestação dos serviços serão custeadas por dotação orçamentária específica, vigente do CISA, que será discriminada

14. Foro
14.1. Fica eleito o foro da cidade de Umuarama, Estado do Paraná, como competente para dirimir

interessado no cadastramento

15.1. Esclarecimentos sobre este edital e as condições para o cumprimento de suas obrigações serão

formecidos pelo Setor de Liotação e Contratos, acessível pelo e-mail: licitacao@cisaamerios.com.br.
15.2. Por meio de Ato do Consórcio, os dispositivos e os valores deste edital podem ser modificados 15.3. A responsabilidade pela fidelidade das informações e documentos apresentados recai sobre o

15.5. Os interessados que forem habilitados ao credenciamento serão contratados por meio de mento de prestação de serviços, de natureza precária, caracterizado pela unila discricionariedade, onde se estabelecerão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes,

podendo o contrato ser rescindido, a qualquer tempo, sem que caibam aos contratados qu 15.6. As certidões obtidas pela Internet serão confirmadas quanto à autenticidade junto aos órgãos

15.7. Quando o requerimento de credenciamento for realizado por procurador, é necessário apresentar 15.8. Além das sanções estabelecidas, a Administração pode rescindir o contrato por decisão

mentada diante de fatos supervenientes ou circunstâncias desabonadoras da credenciada mações apuradas e identificadas pela Ouvidoria do CISA serão analisadas

15.11. O CISA poderá, a qualquer tempo, motivadamente, aditar, revogar total ou parcia mesmo anular o presente processo, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou

15.14. Fica prorrogado este credenciamento por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação, mantidos seus termos e as razões presentes na justificativa para a instauração deste Edital

EVERTON DE ALMEIDA Presidente

ELIANA DE LIMA BERALDO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de pessoas jurídicas na Área

o Presenta a credenciamento de pessoas jurídicas da área de saúde para prestação de serviços de Plantões Médicos de Urgência e Emergência, presenciais PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CISA/AMERIOS 12ª REGIONAL DE SAÚDE.. con pagamento baseado nos valores constantes da tabela do CISA. 2. JUSTIFICATIVA:

credenciamento de prestadores que atendam a prestação de serviços de Plantões Médicos de Urgência e Emergência, presenciais PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA/AMERIOS 12ª REGIONAL DE SAÚDE. 2.2. O objeto do presente credenciamento visa atender as demandas da população diante das

2.1. Diante da responsabilidade do consórcio (CISA) em assegurar a continuidade dos serviços públicos

2.3. A efetivação do Credenciamento Público irá contribuir significativamente para evitar ou mini problemas, proporcionando um atendimento mais eficaz à população. 2.4. O déficit de profissionais médicos nos serviços de atendimento resulta em filas extensas e aumento

significativo no tempo de espera por atendimento. Esta situação causa sofrimento à população, sendo 2.5. O credenciamento facilita para que possamos ter a possibilidade da contratação com maior número

2.6. O Credenciamento Público é crucial para mitigar os desafios enfrentados pelo CISA na oferta de

3.1. A Tabela do ANEXO III apresenta os valores, consolidando-se na TABELA CISA, aprovada pela embleia de prefeitos dos Municípios Consorciados ao CISA

3.2. Os valores são resultados de pesquisa de preços de mercado, sendo constant monitorados pelo CISA.

3.3. Alterações nos valores dependem de deliberação da Assembleia de prefeitos dos Municípios 3.4. Nos valores estão inclusas todas as despesas com: materiais; mão-de-obra e encargos sociais; lucros e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto deste

de Umuarama, tendo também por base os valores ofertados por outros Consórcios de Saúde e Hospitais

4. COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO: 4.1. A comissão de credenciamento será composta pelos profissionais abaixo indicados

EMANUELY DOS SANTOS TRINDADE ELIZABETH DE SOUZA CARVALHO

4.2. A verificação da documentação será realizada pela Comissão de Credenciamento

4.3. A Comissão avaliará os requerimentos considerando as condições estabelecidas no Edital e 4.4. Das decisões da Comissão cabe recurso ao Diretor do Consórcio em até 05 (cinco) dias úteis

5. FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1. O fiscal de contrato, designado pelos órgãos solicitantes, será responsável pela verificação da adecuação do objeto contratado às especificações constantes no processo que originou a nota de integralmente a legislação e as disposições contratuais. 5.1.1. Ao órgão fiscalizador é assegurado o direito de verificar periodicamente a execução do presente

5.2. O recebimento pelo fiscal de contrato ocorrerá de duas formas 5.2.1. Provisoriamente, no ato da entrega dos produtos ou execução do objeto, mediante aceitação

na(s) Nota(s) Fiscal(is) ou recibo pelo órgão beneficiário do servico:

5.2.2. Definitivamente, mediante termo circunstanciado anexado à(s) Nota(s) Fiscal(is) ou recibo(s), após a constatação da conformidade do objeto recebido às especificações do processo que deu origem à nota de empenho, inclusive quanto à quantidade e qualidade, pelo Fiscal de Contrato.

5.3. O prazo de início da fiscalização será de 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da primeira

5.4. A fiscalização pelo CISA não reduzirá, em hipótese alguma, as responsabilidades da empresa

5.5. Havendo irregularidades, o servidor responsável pelo recebimento notificará imediatamente a empresa credenciada, permitindo sua manifestação e estabelecendo um prazo para regularização. Caso a situação persista ou haja descumprimento contratual, o servidor encaminhará a documentação pertinente ao Gestor de Contratos, para análise e abertura de processo de penalidade, conforme a Lei 14.133/21 e demais normativas aplicáveis.

5.6. O Gestor de Contratos, representado por servidores devidamente designados, analisará o prejuízo causado ao CISA, comprovará o descumprimento contratual, considerará a comunicação à Contratada, e avaliará todos os documentos pertinentes para fundamentar a abertura de penalidade

6 SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO:

6.1. O (s) profissional (ais) responsável (eis) pela fiscalização será designado no contrato, observando a Resolução CISA nº 054/2025.

7.1. Poderão credenciar-se as pessoas jurídicas que forneçam o objeto em questão, desde que em vigor, bem como atendam as condições procedimentais reguladas por este Consórcio de Saúde

8. DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA:

8.1.O credenciamento segue critérios estipulados na Resolução CISA nº 114/2023, com regras constantes em seu Art. 72, no qual poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

8.1.2. Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para o CISA e/ou Municípios consorciados a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas com o presente objeto permitindo a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados.

A empresa [Nome da Empresa], CNPJ/MF n.º [Número do CNPJ], com sede à [Endereço Completo], vem por nempose groune us cumpresaj, uver-unier in: "grumero do univ-ji, com sede a je:nderego Competel), vem por intermédio do seu representante legal (Nome do Representante Legal), portador da identidade (Nomero da Identidade) e do CPF (Nimero do CPF), REQUERER o seu credenciamento junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde CISA Amerios 12º R.S., com o objetivo de prestação do serviços de Plantidos Médicos de Urgência e Emergência, presenciais PARA OS MUNICIPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE- CISA/AMERIOS 12º REGIONAL DE SAÚDE, com pagamento baseado nos valores constantes da tabela do CISA, nos termos previstos pelo Edital de Chamamento nº 007/2024 e DECLARA ter ciência do objeto, das cláusulas e dos requisitos constantes do edital de convocação e anexos concordando integralmente condições neles estabelecidas, anexando ao presente requerimento toda a documentação exigida no edital

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO NOS TERMOS DO EXERCÍCIO DA

- ADMINISTRAÇÃO CONSTITUÍDOS NA HABILITAÇÃO JURÍDICA
- Nome do Responsável: [Nome do Responsáv Cargo: [Cargo do Responsável]
- RG: [Número do RG]
- DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA Nome do Banco: [Nome do Banco]

Nº da Conta Corrente: [Nº da Conta Corrente]

Acompanha o presente documento procuração com poderes para a prática do ato.

TABELA DE SERVIÇOS E VALORES CISA

IAMENTO DE <u>PESSOA JURÍDICA DA ÁREA DA SAÚDE Nº 007/2024</u> PARA ATENDIMENTO

SERVIÇOS	VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO
PLANTÃO MÉDICO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COM DURAÇÃO DE 12 HORAS, DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA	850,00	1.600,00
PLANTÃO MÉDICO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COM DURAÇÃO DE 12 HORAS, SÁBADOS E DOMINGOS	850,00	1.600,00
PLANTÃO MÉDICO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COM DURAÇÃO DE 12 HORAS, FERIADOS / RECESSOS	850,00	1.600,00
PLANTÃO MÉDICO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COM DURAÇÃO DE 12 HORAS, FERIADOS ESPECIAIS	1.600,00	3.200,00
PLANTÃO MÉDICO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL, COM DURAÇÃO DE 12	1.600,00	1.600,00
HORAS.(EX; MÉDICOS EM FÉRIAS, PROBLEMAS DE SAÚDE, ETC.)		
COBERTURA PARCIAL DE PLANTÃO MÉDICO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (POR HORA TRABALHADA).	70,83	133,33

EVERTON DE ALMEIDA

ELIANA DE LIMA BERALDO Coordenadora

AUTORIZAÇÃO DO MUNICÍPIO CONSORCIADO CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA DA ÁREA DA SAÚDE Nº 007/2024 PARA ATENDIMENTO

A prestação dos serviços será no município de: _______, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº ______com a população de _____habitantes.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA/AMERIOS 12ª REGIONAL DE SAÚDE.

PLANTÃO MÉDICO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA. COM

850.00 1.600.00 DURAÇÃO DE 12 HORAS, SÁBADOS E DOMINGOS PLANTÃO MÉDICO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COM 850,00 1.600,00 DURAÇÃO DE 12 HORAS, FERIADOS / RECESSOS PLANTÃO MÉDICO DE LIRGÊNCIA E EMERGÊNCIA COM DURAÇÃO DE 12 HORAS, **FERIADOS ESPECIAIS**PLANTÃO MÉDICO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, 1.600,00 3.200,00 CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL, COM DURAÇÃO DE 12 HORAS.(EX; MÉDICOS EM FÉRIAS, PROBLEMAS DE SAÚDE BERTURA PARCIAL DE PLANTÃO MÉDICO DE URGÊNCIA 70,83 133,33

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

EU, [Nome Completo], brasileiro, portador da Carteira de Identidade/RG nº [Número do RG] e inscrito no

CPF/MF sob nº (Número do CPF), CREFITO nº (Número do CREFITO), DECLARO não ter recebido do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA/AMERIOS 12ª R.S. ou de qualquer outra entidade da

Administração Direta ou Indireta, no âmbito federal, estadual ou municipal, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA

ASSINATURA DO PREFEITO

declaração de INIDONEIDADE para licitar e ou contratar com a Administração Federal, Estadual ou LOCAL, XX de [Mês por extenso] de 202....

À Comissão de Credenciamento

À Comissão de Credenciamento

EMERGÊNCIA (POR HORA TRABALHADA).

DECLARAÇÃO

CREDENCIAMENTO DE <u>PESSOA JURÍDICA DA ÁREA DA</u> SAÚDE PARA ATENDIMENTO DE INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA/AMERIOS 12ª REGIONAL DE SAÚDE.

ANEXO VII

a) Pronto Socorro Médico: Realizar atendimento médico nas urgências e emergências, adequando à Pronto Socorro Médico; atender pacientes da demanda espontânea, responsabilizando-se integralment pelo tratamento dos mesmos; realizar consultas, exames clínicos de pronto-atendimento; emitir diagnósticos; ecuperar a saúde do cidadão; executar tarefas afins e outras que forem determinadas pela direção do hospital; indicar internação hospitalar; Atender os pacientes vítimas de traumas respeitando a atividade e direta; realizar avaliação quanto à necessidade de procedimento cirúrgico de urgência; diagnosticar e tratar lades a serem solucionadas por meio de procedimentos cirúrgicos, em situações de urgência e mergência dentro da complexidade do serviço; intervir nos mais variados tipos de traumas (sendo ferimentos abertos ou não, corpo estranho dentro da complexidade); Realizar suturas, debridamentos degenerações, traumas, tumores; decidir pelo melhor recurso; executar tarefas afins e outras que lhe forem determinadas, indicar internação hospitalar; realizar atendimento médico nas urgências e emergências Pronto Socorro; integrar a equipe multiprofissional de trabalho, respeitando e colaborando n aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais; contatar a Central de Regulação Médica para qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente, observando os preceitos éticos; Contato com outros médico à distância da rede, para indicação de tratamento (Obstetrícia, Cardiologia Ortopedista, Cirurgia Geral, Pediatria / outros); realizar as atividades administrativas necessárias a condução do plantão; bem como alimentar sistemas de informatização ou ficha de atendimento médico, conforme onibilidade do município, responsabilizar-se pela condução do plantão; cumprir a escala de plantão.

ANEXO VIII

CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA DA ÁREA DA SAÚDE Nº 007/2024 PARA ATENDIMENTO DE URGÉNICIA E EMERGÉNICIA PRESENCIAL PARA OS MUNICÍPIOS CONSOR CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA/AMERIOS 12ª REGIONAL DE SAÚDE.

_____, declara que possui profissionais habilitados para realização dos serviços

Assinatura do responsável pela Empresa

DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PRESENCIAL PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA/AMERIOS 12ª REGIONAL DE SAÚDE.

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO.

nº CPF nº declaro para os devidos fins de que não possuo vínculo com o CISA/AMERIOS 12º R.S, não sou servidor ou empregado público, integrante do

___, inscrito no CRM/PR sob o nº _

A MINUTA DO CONTRATO É APENAS UM MODELO, NÃO DEVENDO SER PREENCHIDA PELO INTERESSADO AO CREDENCIAMENTO.

Assinatura do responsável pela Empresa.

ANEXO X MINUTA DO CONTRATO

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: prestação de serviços de Plantões Médicos de Urgência o Emergência, presenciais PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE - CISA/AMERIOS 12º REGIONAL DE SAUDE,, e de acordo com as

Parágrafo Primeiro: A prestação dos serviços será realizada nas dependências da, sendo de sua exclusiva responsabilidade o forencimento de recursos humanos, equipamentos, materiais medicamentos en insumos necessários para a sua realização. Parágrafo Terceiro: ATENDIMENTO PREFERENCIAL: Cabe a CONTRATADA dar prioridade atendimento ao idoso (entendendo-se como tal a pessoa com idade igual ou superior a a gi natios dario o artigo 250 da Constituição Federal e artigo 3º da lei 10.741/03 e a criança e ao adolescente, conforme artigo 25° do constituição Federal e artigo 3° da lei 10.741/03 e a criança e ao adolescente, conforme artigo 25° do constituição Federal e

Parágrafo único: A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO E Á PROPOSTA: São parte integrante deste contrato, como se aqui estivessem transcritos, o Edital de

12 (doze) meses, terá início em _______e término em _______podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos a critério da contratante, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E DA PRORROGAÇÃO: A duração do presente contrato será por

CLÁUSULA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Em casos omissos, aplica-se o disposto na Lei CLÁUSULA SEXTA - DO REGIME E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO: A execução dos serviços, objeto deste contrato, sequirá as diretrizes estabelecidas no ANEXO I, Termo de Referência, incorporado

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR: Pelos serviços prestados a contratada receberá da contratante o valor Parágrafo Primeiro: Os preços incluem todos os custos operacionais, tributos incidentes, despesas diretas e indiretas, bem como a desoneração da folha de pagamento, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 12-546/2011 e suas alterações, quando aplicâvel e opcional para a empresa.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da emissão da nota fiscal, após a prestação de serviços, devendo a CONTRATADA apresentar mensalmente ao CONTRATANTE, até o quinto (5º) dia útil do mês seguinte à prestação dos serviços, as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados. Parágrafo Primeiro: A Contratada apresentará a Nota Fiscal correspondente. Essa nota conterá informações detalhadas, tais como serviço prestado, quantidade, preço unitário, preço total. A Fiscalização Técnica do contrato, terá o prazo de até 65 (cinco) dias úteis para aprovar ou rejeitar a nota.

Parágrafo Terceiro: A devolução da Nota Fiscal não aprovada não justifica a suspensão dos serviços por parte da Contratada Parágrafo Quarto: A retenção na fonte do Imposto de Renda será efetuada pelo Contratante, conforme Instruções do Receita Enderal

Parágrafo Segundo: Caso a Nota Fiscal seja rejeitada, ela será devolvida à Contratada para correções necessárias. contando-se o prazo mencionado no item anterior a partir da data de sua reapresentação.

Parágrafo Quinto: No recebimento e aceitação do objeto deste contrato, serão observadas as condições estabelacidas no edital e em seus anexos, bem como as disposições contidas no art. 140 da Lei Federal nº Parágrafo Sexto: O objeto do contrato poderá ser rejeitado, total ou parcialmente, se estiver em desacordo com o Contrato e seus Anexos.

Parágrafo Sétimo: O pagamento fica condicionado à apresentação da Nota Fiscal, juntamo com a apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND) junto ao INSS e o Certificado Regularidado Fiscal (FGTS) e (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA Parágrafo Primeiro: Assumir todas as despesas relacionadas ao objeto contratado, bem como efetuar os pagamentos dos tributos incidentes conforme previsto em lei; Parágrafo Segundo: Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação evinidas no confuncionante.

Parágrafo Terceiro: Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico;

Parágrafo Sexto: Notificar o CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviado ao CONTRATANTE, no prazo de essesanta (60) dias, contados a patrir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Parágrafo Sétimo: A contratada deverá levar a efeito as anotações e prescrições médicas dos pacientes no prontuário eletrônico dos mesmos, através do sistema eletrônico disponibilizado pela

Parágrafo Primeiro: Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução do serviço; Parágrafo Segundo: Efetuar os pagamentos devidos;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE O Contratante compromete-se a:

Parágrafo Terceiro: Observar as vedações à Administração ou a seus agentes, como: Não indicar pessoas específicas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado; Não estabelecer subordinação com funcionários de empresas prestadoras de serviço

Solicitar a um funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a realização de tarefas que não estejam dentro do escopo do objeto da contratação;
 Intervenção indevida da Administração na gestão interna da Contratada.

sanções, conforme os arts. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021:

II - Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da inadimplência, por dia de atraso injustificado no início eíou conclusão do serviço, até o 4º (quarto) dia corrido de atraso. Após esse período, a Administração pode convertê-la em multa compensatória e promover a extinção unilateral do contrato, juntamente com outras sanções. III - Multa compensatória, com valor não inferior a 0.5% e não superior a 30% do valor do contrato, nas

a) Causar inexecução parcial do contrato

d) Atrasar iniustificadamente a execução ou entrega do objeto do contrato e) Apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato; f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato; ortar-se de maneira inidônea ou cometer fraude de qualquer natureza

c) Causar inexecução total do contrato;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especial inciso V, relacionado a contratos:

iii. obter vantagem ou benefício indevido, de maneira fraudulenta, por meio de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório do

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

leis@ilustrado.com.br

redenciamento ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração

IV - Apresentar informação inverdicia, erronea ou trauduenta sobre procedimento objeto do contrato.

V - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do CISA e
Municípios Consorciados, por até 03 (três) anos, em casos em que a inexecução paraíel do contrato cause
grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, sem

justificativa para uma penalidade mais severa. VI - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, por um prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos. Isso ocorrerá em casos que justifiquem a imposição de uma penalidade mais severa que o impedimento de licitar e contratar. Além disso, será aplicada nos seguintes caso

a) Apresentação de declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato b) Prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) Comportamento inidôneo ou prática de fraude de qualquer natureza d) Prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso

ii. criar, de maneira fraudulenta ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administr

iii. obter vantagem ou benefício indevido, de maneira fraudulenta, por meio de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório do credenciamento ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

a) A natureza e gravidade da infração cometida;

b) As particularidades do caso concreto c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes; d) Os danos causados à Administração Pública;

normas e orientações dos órgãos de controle. Parágrafo Segundo: No caso da aplicação de multa, será concedida a oportunidade de defesa ao

ado, em um prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir da data de sua intimação. Parágrafo Terceiro: A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade exigirá a instauração de um processo de responsabilização, conduzido por uma comissão

intimando a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a partir da intimação, apresentar uma

defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir.

Parágrafo Quarto: A penalidade de multa poderá se aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Parágrafo Quinto: É possível a cumulação das multas moratória e compensatória quando tiverem origens e fatos geradores diversos.

Parágrafo Sexto: Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagar eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será lescontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente

vescoriansa sa garanta presida du será cuorata policiamiente.

Perágrafo Séturio: A aplicação des sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

Parágrafo Décimo. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortulto ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujo efeito não era possível evitar ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do

Parágrafo Oltavo: Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Parágrafo Nono: O recurso de que trata o subitem 14.8 será dirigido à autoridade que tiver proferido a

ão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso con sua motivação à autoridade superior. Esta deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias

Parágrafo Déclimo: Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL: A Contratante, por m de fiscais designados ao final deste contrato, efetuará a fiscalização e gestão dos serviços a qualqui instante, solicitando à Contratada, sempre que juigar conveniente, informações dos sue andamento. Contratada deve prestar os escalrecimentos desejados e comunicar ao Contratante qualequer fatos anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento do contrato ou o resultado final de se

Parágrafo Segundo: A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DA FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS: A Contratada deve manter a regularidade dos encargos trabalhistas e previdenciánios relativos aos empregados envolvidos na execução da aveve, devendo manter atualizadas, durante loda a vigência contratual, as Certidose de Regularidade para com o INSS (CND), o FGTS (CRP) e a Justiça do Trabalho (Certidos Negaliva de Debidos Trabalhistas - CNDT)

Parágrafo Primeiro: A constatação de irregularidade parcial ou total acerca do cumprimento desses encargos caracteriza inadimplemento contratual, dispondo o Contratante da prerrogativa de suspender a prestação dos serviços, até a regularização da situação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO, DA CESSÃO E DA TRANSFERÊNCIA: Fica

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer obs lores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, se a sequinhe práticas:

de contrato:

) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato:

o "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes; com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em niveia artificiais enta-competitivos;

жент у сътвештвения и е representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos; d'prática coercitiva*: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do corditato; execução do contrato;

(a) repitaca obstrutiva*; (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer teclarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir anteriamente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edatis, (ii) atos cuja interioa seaja impedir naterialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESCISÃO: Constituem motivos para rescisão do presente contrato o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejutoz das penalidades cominadas na Cláusula

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, todas de igual teor e forma.

FISCAIS DO CONTRATO

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

ESTADO DO PARANÁ TERMO ADITIVO N.º 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. RONALDO TINTI, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.210.120-4-SSP/PR, e do CPF/MF nº 738.708.899-34 residente e domiciliado à Estrada São Henrique lote 443 e 444, Rural, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa: FARMACIA ISAFARMA LTDA inscrita no CNPJ nº 75.474.668/0001-70, com sede à , nº CENTRO - CEP 87555-000 na cidade de SÃO JORGE DO PATROCÍ - PR, neste ato Representado pelo Sr(a). CARLOS HENRIQUE BERTONCELO, portador(a) do RG. nº, e do CPF/MF Nº 083.194.979-14, residente e domiciliado à RUA CESALTINA MARQUES AFONSO CENTRO. SÃO JORGE DO PATROCÍ - PR, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, firmado com amparo da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na Licitação Modalidade de Pregão nº 17/2024, Processo nº 48, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas: Clausula Primeira

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 079/2024 a partir do dia 01/07/2025 até 30/09/2025 podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Clausula Segunda – Do Objeto
Constitui como objeto do presente a contratação:
AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MEDICAMENTOS,

COMPREENDIDO EM GENÉRICOS, SIMILARES E DE REFERÊNCIA (ÉTICOS) QUE TENHAM REGISTRO NA ANVISA E QUE NÃO ESTÃO PADRONIZADOS NA RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS (REMÚME), E DOS MEDICAMENTOS PADRONIZADOS NA RELAÇÃO NACIONAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS (RENAME). PARA MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO - PR

Clausula Terceira – Da Vigência

O presente Termo Aditivo terá vigência de 03 (três) meses, tendo início em 01/07/2025 e término previsto para 30/09/2025, podendo ser prorrogado por até igual período caso haja interesse entre as partes contratuais. Clausula Quarta - Das Ratificações

Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado, não abrangidas neste Termo Aditivo.

Clausula Quinta - Do Foro Competente

Fica eleito o Foro da Comarca de Altônia, Estado do Paraná para que nele venham a ser dirimidas as eventuais desavencas no cumprimento do presente Contrato. E estando as partes de pleno acordo com o presente instrumento, firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam. São Jorge do Patrocínio-PR, 30/06/25.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL Estado do Paraná
Av. Adão Arcângelo Dal Bem, 882 - Telefone 0XX-44-3654-1235 - Fax 0XX-44-3654-1209
E-mail - recursoshumano@brasilandiadosul.or.gov.br

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, CONFORME EDITAL Nº 020/2023.

lico aberto pelo Edital n.º 028/2023 de 25 de agosto de 2023, conforme segue

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

Classificação Nota № Inscrição Nome do Candidato

138 136,0 674230 lessa Cristina Vergilio Dos Santos

Art. 2º Os candidatos acima convocados deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brasilândia do Sul – Paraná, localizado na Avenida Adão Arcangelo Dal Bem, nº 882, centro, Brasilândia do Sul, no dia e horário descrito na tabela abaixo, munidos dos seguintes documentos:
a) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
b) Documento folicial de identidade reconhecido em território nacional;
c) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
d) Cartão de cadastramento Pis/RASEP (se tiver);
e) Certidão de nascimento ou casamento, conforme o caso. Se separado judicialmente, certidão com aventação na disvorto:

certidão com averbação da separação ou divórcio; f) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos solteiros ou estudantes

i) Comprovante de residência atualizado

j) Carteira de Habilitação compatível se for o caso; K) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo

Apresentar Declaração de bens; o) Certidão negativa de antecedentes criminais, dos últimos cinco anos, expedida pelo Foro da Justiça Estadual do local de sua residência.

. Iessa Cristina Vergilio Dos Santos 22/07/2025 09:00

Art. 3º Os candidatos dos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais I, deverão er no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brasilândia comparecer no uepartamento de Recursos Humanos da Prefetura Municipal de Brasilandia do Sul — Paraná, localizado na Avenida Adão Arcangelo Dal Bem, nº 882, centro, Brasilândia do Sul, **com documentos pessoais e a carteira de vacinação**, para posterior avallação médica, com data a ser definida após avaliação da documentação apresentada. A relação

dos exames médicos que deverão ser apresentados (custo total pelo candida solicitados somente após a apresentação de todos os documentos descritos no Art. 2º. Art. 4º Os candidatos deverão comparecer no Departamento de Reco

Нитало da Prefettura Municipal de Brasilândia do Sul - Paran, localizado na Avenida Arcangelo Dal Bem, nº 882, centro, Brasilândia do Sul - Paran, localizado na Avenida Arcangelo Dal Bem, nº 882, centro, Brasilândia do Sul, **no dia 22 de julho de 2025**, mun dos seguintes exames descritos na tabela abaixo:

Cargos Exames Carteira de Vacinação Auxiliar de Servicos Gerais I

Assim que avaliado pelo médico, apresentar Exame Médico Admissiona acompanhado de exames complementares, conforme a natureza do cargo, em que aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, conforme solicitado

Art. 6º. Este Edital deverá ser publicado no diário oficial e no diário eletrô

Brasilândia do Sul, 15 de julho de 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL Estado do Paraná Av. Adão Arcângelo Dal Bem, n.º 882 - Telefone (44) 3654-1235, Fax (44) 3654-1209 e-mail: pumbrasulf/bintanil.com

LEI N.º 858/2025

Sámula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Colaboração ou Subvenção Financeira, com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Brasilândia do Sul-PR., e dá

O povo do Municipio de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, através de seus representantes na Câmara Municipal, APROVOU, e Eu, ALEX ANTONIO CAVALCANTE - Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1.º - Esta Lei autoriza o Poder Executivo Municipal, no exercício financeiro de 2025, a celebrar termo de fomento, para repasse de incentivo, no valor de até R\$50.040.00 (cinquenta mil e quarenta reals), à APAE - Associação de País e Amigos dos Excepcionais de Brasilândia do Sul, regular e devidame inscrita no CNPJ/MF sob n.º 08.450.346/0001-01, com sede na Avenida Adão Arcângelo Dal Bem, s/n.º, nesta cidade de Brasilândia do Sul, Comarca de Alto Piquiri-PR., visando fomentar a referida entidade no início de suas atividades no

§1." - O valor supracitado será repassado por um período de 24 (vinte e quatro) meses, cuja divisão, resultará na importância de R\$2.085,00 dois mil e oitenta e cinco reais) mensais, aue, levando em conta o di 31, da Lei Federal de n.º 13.019/2014, de 31 de julho de 2014, poderá ser transferido

despesas de custeio da entidade, tais como: aluguel do imóvel, limpeza e conservação do mesmo, água, luz, telefone, internet, material de higiene e limpezo jurídica e serviço de assistente social por pessoa jurídica. Art. 2.º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei

correrão por conta da dotação orçamentária 15.001.08.244.1200. 2049. 3.3.90.32.00.00 - Fonte 01, consignadas na Lei n.º 840/2024 (LOA/2025).

nediante depósito em conta c Art. 3.º - A referida entidade fica obrigada a efetuar a

Parágrafo único. O valor da subvenção será repassado onta corrente da favorecida, especialmente aberta para tal

devida prestação de contas do valor a ser repassado, tudo nos termos da Lei Federal de n.º 13.019/14, alterada pela Lei n.º 13.204/15, de 14 de dezembro de 2015, seja ante o Município, seja perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Art. 4. - L. de total responsaolitadae da entidade as despesas que excederem o valor descrito no art. 1.º desta let, devendo, para tanto, buscar junto a outros órgãos governamentais e particulares, patrocínios e recursos

Art. 5.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação,

para fazer frente às demais despesas que serão necessárias para o desenvolvimento

PAÇO MUNICIPAL "Deputado Ulisses Guimarães", aos

ALEX ANTONIO CAVALCANTE

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

ESTADO DO PARANÁ EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 80/2024

Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. RONALDO TINTI, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.210.120-4-SSP/PR, e do CPF/MF nº 738.708.899-34, residente e domiciliado à Estrada São Henrique lote 443 e 444, Rural, CEP - 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa A.P. BALISKI & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.592.760/0001-51 com sede à , nº , CENTRO - CEP 87555-000 na cidade de SÃO JORGE DO PATROCÍ - PR, neste ato Representado pelo Sr(a). ANA PAULA BALISKI, portador(a) do RG. nº 57374330, e do CPF/MF Nº 007,159,529-51, residente e domiciliado à RUA JOSE HERMINIO VISCONCINI CENTRO, SÃO JORGE DO PATROCÍ - PR, resolven firmar o presente Termo Aditivo, firmado com amparo da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na Licitação Modalidade de Pregão nº 17/2024, Processo n° 48, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 080/2024 a partir do dia 01/07/2025 até 30/09/2025 podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133

Clausula Segunda - Do Objeto

Constitui como objeto do presente a contratação: AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MEDICAMENTOS, COMPREENDIDO EM GENÉRICOS. SIMILARES E DE REFERÊNCIA (ÉTICOS EM GENERICOS, SIMILARES E DE REFERENCIA (ETICOS)
QUE TENHAM REGISTRO NA ANVISA E QUE NÃO ESTÃO
PADRONIZADOS NA RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS
ESSENCIAIS (REMUME), E DOS MEDICAMENTOS
PADRONIZADOS NA RELAÇÃO NACIONAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS (RENAME), PARA MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO Clausula Terceira - Da Vigência

O presente Termo Aditivo terá vigência de 03 (três) meses, tendo início em 01/07/2025 e término previsto para 30/09/2025, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as . Clausula Quarta – Das Ratificações

Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado, não abrangidas neste Termo Aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Altônia, Estado do Paraná, para que nele venham a ser dirimidas as eventuais desavenças no cumprimento do presente Contrato. E estando as partes de pleno acordo com o presente instrumento, firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que tambén

São Jorge do Patrocínio-PR, 30/06/25

			e pela Equipe d lo padrão de e	de Apo	oio, refere a de ener	nte d gia el		Eletro Casa o		i, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada no nforme específicações constantes no termo de referência
LOTE I	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EI	ÉTRICOS	i		Preço nitário		Propost Ven	a de cedo		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	Und. de Medida		tado no Edital	U	nitário		Total	FIRMA CONTEMPALDA
1	Cabo 1 KV 50 mm rígido 90g	3	Metro	R\$	63,93	R\$	49,86	R\$	149,58	Eletrolex Comércio de Materiais Elétricos Ltda CNPJ: 49.848.607/0001-15
2	Cabo 1 KV 70 mm rígido 90g	38	Metro	R\$	99,56	R\$	77,65	R\$	2.950,70	Eletrolex Comércio de Materiais Elétricos Ltda CNPJ: 49.848.607/0001-16
3	Cabo 1 KV 35 mm flexível	35	Metro	R\$	41,75	R\$	32,56	R\$	1.139,60	Eletrolex Comércio de Materiais Elétricos Ltda CNPJ: 49.848.607/0001-17
4	Caixa tipo GNE 200A	1	Unidade	R\$	756,55	R\$	590,49	R\$	590,49	Eletrolex Comércio de Materiais Elétricos Ltda CNPJ: 49.848.607/0001-18
5	Disjuntor caixa moldada 3x200	1	Unidade	R\$	472,54	R\$	368,97	R\$	368,97	Eletrolex Comércio de Materiais Elétricos Ltda CNPJ: 49.848.607/0001-19
6	Fecho para fita de aço	3	Unidade	R\$	1,89	R\$	1,47	R\$	4,41	Eletrolex Comércio de Materiais Elétricos Ltda CNPJ: 49.848.607/0001-20
7	Duto corrugado 3 75mm	75	Metro	R\$	9,08	R\$	7,08	R\$	531,00	Eletrolex Comércio de Materiais Elétricos Ltda CNPJ: 49.848.607/0001-21
8	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, classe 4 ou 5, isolação em PVC/A, antichama BWF-B, cobertura PVC-ST1, antichama BWF-B, 1 condutor, 0,6/1 KV, seção nominal 95 MM2	75	Metro	R\$	91,81	R\$	71,61	R\$	5.370,75	Eletrolex Comércio de Materiais Elétricos Ltda CNPJ: 49.848.607/0001-22
		VAL	OR TOTAL	A SEI	R CONT	RAT	ADO	R\$	11.105,50	
							O DE 2025			



101	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ Av. Marilia, Nº 1920 - Centro - Fone: (44) 3534-8000 CNPJ: 76.404.136/0001-29							
	I OGO e ADJUDICO o julgamento proferido pela Pregoeira e pela Equipe de ficiais de handebol para suprir as demandas da Divisão de Esportes do Mi 2025, conforme específicações	Apoio, referei inicípio de M	ariluz, sendo os i	etrônico modelo:	o 40/2025, cujo s especificados	pela Liga de H	andebol do Paran	
OTE I					Preço		a de Preços cedora	
TEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	MARCA DE REFERÊNCIA	QTD.	Unitário Licitado no Edital	Unitário	Total	Firma Contemplada
1	BOLA DE HANDEBOL (ADULTO, JUNIOR, JUVENIL MASCULINO) - Fabricada em couro sintético durável em PU com tecnologia de ti r toque macio. Composta externamente por 32 gomos, a bola apresenta uma combinação dupla de costura e termocolagem na união dos gomos, para sua resistência e longevidade. Internamente equipada com uma dupla camada de espuma de alta qualidade, para proporcionar conforto e absorção de impacto. Possui câmara de ar em látex natural, sem emendas reforçada com camadas de material têxtil ao seu redor, para estabilidade e durabilidade. Câmara de ar é concebida com um ponto de equilibrio integrado no lado oposto à válvula de inifiação, para precisão e estabilidade. Válvula em borracha com sistema de dupla vedação, que mantém a pressão interna estável por longos períodos. A bola atende aos requisitos da CBHb com circunferência entre 56 e 60 centimetros e peso entre 425 e 475 gramas. Bola compatível com resina e aprovada pela EHF	Unidade	SELECT, MODELO FORCE H3	1	R\$ 369,00	R\$ 359,99	R\$ 359,99	Fênix do Brasil Sports Ltda CNPJ: 41.227.145/0001-07
2	BOLA DE HANDEBOL (ADULTO, JUNIOR, JUVENIL, CADETE FEMININO, CADETE E INFANTIL MASCULINO) - Fabricada em couro sintético durável em PIU com tecnologia de toque macio. Composta externamente por 32 gemos, a bola de apresenta uma combinação dupla de costura e termecolagem na união dos gomos, para sua resistência e longevidade. Internamente equipada com uma dupla camada de espuma de alta qualidade, para proporcionar conforte absorção de impacto. Tamanho Possui clamara de a re en látex natural, sem emendas reforçada com camadas de material téxtil ao seu redor, para estabilidade e durabilidade. Camara de ar é concebida com um ponto de equilhori integrado no lado oposto à válvula de inflação, para precisão e estabilidade. Válvula em borracha com sistema de dupla decação, que mantém a pressão interna estável por longos períodos. A bola atende aos requisitos da CBHb com circunferência entre 54 e 56 centímetros e peso entre 325 e 375 gramas. Bola compatível com resina e aprovada pela EHF.	Unidade	SELECT, MODELO FORCE H2	4	R\$ 369,00	R\$ 349,98	R\$ 1.399,92	Fénix do Brasil Sports Ltda CNPJ: 41.227.145/0001-08
3	BOLA DE HANDEBOL (INFANTIL e MIRIM FEMININO, MIRIM MASCULINO) - Fabricada em couro sintético durável em P.U. Composta externamente por 32 gomos, a bola apresenta uma combinação dupla de costura e termocolagem na união dos gomos, para sua resistência e longevidade. Internamente equipada com uma camada de espuma de alta qualidade, para proporcionar conforto e absorção de impacto. Possui câmara de ar em látex natural, sem emendas reforçada com camadas de material têxtil ao seu redor, para estabilidade e durabilidade. Câmara de ar é concebida com um ponto de equilibrio integrado no lado oposto à válvula de inflação, para precisão e estabilidade. Válvula em borracha com sistema de dupla vedação, que mantém a pressão interna estável por longos períodos. A bola atende aos requisitos da CBHb com circunferência entre 50 e 52 centímetros e peso entre 290 e 330 gramas. Bola compatível com resina e aprovada pela EHF.	Unidade	SELECT, MODELO FORCE H1	5	R\$ 279,00	R\$ 260,67	R\$ 1.303,35	Fénix do Brasil Sports Ltda CNPJ: 41.227.145/0001-09
4	TUBO DE COLA 500 ML - Resina adesiva de alto desempenho, aprovada pela EHF, desenvolvida para proporcionar máxima aderência entre a bola e as mãos. Com formula à base de resina natural, dieo vegetal e agente espressante garante uma fixação eficaz, ao mesmo tempo em que mantém uma aplicação segura e sustentável. Com textura macia e cremosa, de fácil aplicação uniforme e que resulta em um controle otimizado da bola. Com baixissima alteração de consistência em condições adversa de calor e firo. Fácil de aplicar e remover dos dedos, com fórmula dermatologicamente testada e remover dos dedos, com fórmula dermatologicamente testada e hipoalergénica minimizando o risco de reações cutineas, com histórico de ampla de utilização em níveis profissionais e competitivos de Handebol. Embalade em pote de 500 ml, feito com 64% de HDPE (Polietileno de Alta Densidade) reciclado.	Unidade	SELECT	1		R\$ 368,98	·	Fênix do Brasil Sports Ltda CNPJ: 41.227.145/0001-10
					A SER CONT	RTADO	R\$ 3.432,24	
		PAULO /	UZ, 15 DE JULHO ARMANDO DA SIL PF: 805.330.519- REFEITO MUNICI	VA ALVI				

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

LEL Nº 2.545 DE 15 DE JULHO DE 2025.

Projeto de lei de iniciativa da câmara nº 041/2025)

Atribui nomes Vereador ANTÔNIO ALVES MADEIRA a via pública pavimentada e Vereador ARMANDO SPRICIGO ao trecho da Estrada Municipa e prevê outras providências

A CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, O PREFEITO MUNICIPAL (artigo 54, da Lei Orgânica Municipal) SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1°. O gestor do Poder Executivo Municipal fica autorizado a fazer a fixação identificação com a colocação de placas ou outros meios, conten a denominação Vereador ANTÔNIO ALVES MADEIRA à via pública pavimentada que seque em linha reta de sua origem na intersecção com a Rua Luiz Cuareli até a curva que dá origem a Estrada Municipal, que também passa a receber denominação por meio desta Lei, como nome atribuído à apontada via pública.

Parágrafo único. A atribuição de nome à via pública de que trata este artigo vem se constituir reconhecimento de relevantes e exemplares atuaçõe como Vereador nas gestões 1993 até 1996, 1997 até 2000 e 2005 até 2008, face os trabalhos prestados ao MUNICÍPIO, fazendo-se a devida

homenagem e justo registro histórico.

Art. 2°. O gestor do Poder Executivo Municipal fica autorizado a fazer a fixação identificação com a colocação de placas ou outros meios, contendo a denominação Vereador ARMANDO SPRICIGO à Estrada Municipal originada na Curva da mata até a Ponte do curso de água denominado Água da Onça, no Município de Tapejara-PR, como nome atribuído à apontada via pública.

Parágrafo único. A atribuição de nome à via pública de que trata este artigo vem se constituir reconhecimento de relevantes e exemplares atuações como Vereador nas gestões 1964 até 1968, bem com, 1969 até 1972, face os trabalhos prestados ao MUNICÍPIO, fazendo-se a devida homenagem e justo registro histórico

Art. 3°. O chefe do Poder Executivo Municipal de Tapejara-PR fica autorizado ainda, a firmar convênios e ou realizar outros atos administrativos necessários e pertinentes a colocação de placa, realizar cerimônia e demais atos para cumprimento dos fins dessa lei.

Art. 4°. Demais atos pertinentes devem ser regulados em Decreto do Poder Executivo, se necessário

Art. 5°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Tapejara-PR, em 15 de julho de 2025. RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

Prefeito Municipal

Publicações legais

Prefeitura Municipal de Maria Helena Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Hel Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.b

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA

A Agente de Contratação, designada através da Portaria nº 157/2025 de 26 maio de 2025 e com base na Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 025/2024 e legislação complementar, torna público Resultado do processo de Dispensa de Licitação.

MODALIDADE: PROCESSO DE DISPENSA Nº 032/2025. Edital 095/2025

DBJETO: Contratação da empresa CS COMERCIO DE CARIMBOS E PRESENTES LTDA, CNPJ nº 2.550.591/0001- para Aquisição Carimbos Automáticos, Borracha para carimbos e Cópia de chaves conforme termo de referência, e base legal artigo 75, inciso II, da lei nº 14.133/21 c/c art. 72

Item	Qtde.	Unid. de Medida	Descrição	Valor Unt.	Valor total
1	8	UND	CARIMBO AUTOMÁTICO 10x25mm - Confeccionado em plástico, com base de borracha, auto entintado, retrátil, com molas, tinta na cor preta ou azul. (conforme solicitação da contratada)	R\$ 48,00	R\$ 384,00
2	30	UND	CARIMBO AUTOMÁTICO 13X36mm - Confeccionado em plástico, com base de borracha, auto entintado, retrátil, com molas, tinta na cor preta ou azul. (conforme solicitação da contratada)	R\$ 48,00	R\$ 1.440,00
3	8	UND	CARIMBO AUTOMÁTICO 16X45mm - Confeccionado em plástico, com base de borracha, auto entintado, retrátil, com molas, tinta na cor preta ou azul. (conforme solicitação da contratada)	R\$ 64,00	R\$ 512,00
4	17	UND	CARIMBO AUTOMÁTICO 21x55mm - Confeccionado em plástico, com base de borracha, auto entintado, retrátil, com molas, tinta na cor preta ou azul. (conforme solicitação da contratada)	R\$ 74,00	R\$ 1.258,00
5	18	UND	CARIMBO AUTOMÁTICO 40x60mm - Confeccionado em plástico, com base de borracha, auto entintado, retrátil, com molas, tinta na cor preta ou azul. (conforme solicitação da contratada)	R\$ 118,00	R\$ 2.124,00
6	7	UND	CARIMBO AUTOMÁTICO 36x72mm - Confeccionado em plástico, com base de borracha, auto entintado, retrátil, com molas, tinta na cor preta ou azul. (conforme solicitação da contratada)	R\$ 118,00	R\$ 826,00
7	11	UND	CARIMBO AUTOMÁTICO 23X68mm - Confeccionado em plástico, com base de borracha, auto entintado, retrátil, com molas, tinta na cor preta ou azul. (conforme solicitação da contratada)	R\$ 86,00	R\$ 946,00
8	14	UND	CARIMBO AUTOMÁTICO 24x60mm - Confeccionado em plástico, com base de borracha, auto entintado, retrátil, com molas, tinta na cor preta ou azul. (conforme solicitação da contratada)	R\$ 86,00	R\$ 1.204,00
9	7	UND	CARIMBO AUTOMÁTICO 20x20mm - Confeccionado em plástico, com base de borracha, auto entintado,	R\$ 86,00	R\$ 602,00

			VALOR TOTAL DOS LOTES	R\$ 17	.954,00
23	90	UND	CÓPIA DE CHAVES SIMPLES	R\$ 10,00	R\$ 900,00
22	10	UND	BORRACHA PARA CARIMBO 40x40mm - Confeccionada em polímero.	R\$ 34,00	R\$ 340,00
21	10	UND	BORRACHA PARA CARIMBO 30x30mm Confeccionada em polímero.	R\$ 28,00	R\$ 280,00
20	10	UND	BORRACHA PARA CARIMBO 20X20mm Confeccionada em polímero.	R\$ 25,00	R\$ 250,00
19	10	UND	BORRACHA PARA CARIMBO 23x68mm Confeccionada em polímero.	R\$ 38,00	R\$ 380,00
18	10	UND	BORRACHA PARA CARIMBO 24x60mm Confeccionada em polímero.	R\$ 38,00	R\$ 380,00
17	12	UND	BORRACHA PARA CARIMBO 36x72mm Confeccionada em polímero.	R\$ 42,00	R\$ 504,00
16	10	UND	BORRACHA PARA CARIMBO 40X60mm Confeccionada em polímero.	R\$ 42,00	R\$ 420,00
15	13	UND	BORRACHA PARA CARIMBO 21x55mm Confeccionada em polímero.	R\$ 34,00	R\$ 442,00
14	10	UND	BORRACHA PARA CARIMBO 16x45mm Confeccionada em polímero.	R\$ 28,00	R\$ 280,00
13	30	UND	BORRACHA PARA CARIMBO 13x36mm Confeccionada em polímero.	R\$ 25,00	R\$ 750,00
12	10	UND	BORRACHA PARA CARIMBO 10X25mm Confeccionada em polímero.	R\$ 25,00	R\$ 250,00
11	5	UND	KIT CARIMBO NUMERADOR AUTOMÁTICO - Confeccionado em metal, com 6 dígilos. O kit deve conter 1 numerador automático, 1 pinça plástica para mudança dos números e 1 refil para o numerador.	R\$ 296,00	R\$ 1.480,0
10	14	UND	CARIMBO AUTOMÁTICO 40x40mm - Confeccionado em plástico, com base de borracha, auto entintado, retrátil, com molas, tinta na cor preta ou azul. (conforme solicitação da contratada)	R\$ 118,00	R\$ 1.652,0
			retrátil, com molas, tinta na cor preta ou azul. (conforme solicitação da contratada)		

MENOR PROPOSTA APRESENTADA: CS COMERCIO DE CARIMBOS E PRESENTES LTDA

VALOR DA PROPOSTA: R\$ 17.954,00 (Dezessete mil, novece APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO: a empresa encaminhou toda a documentação solicitada em ACORDO com o disposto na Lei 14133/21, bem como no Termo de Referencia, estando para tanto HABILITADA.

Com a publicação desta passa a se contar o prazo de 03 dias solicitados na lei 14133/21, em seu art. 75 §3°, bem como encontra-se disponível para recebimento de propostas adicionais, que poderão ser encaminhadas no e-mail: propostadispensapmmh@qmail.com, e no assunto dispor o número da dispensa.

Maria Helena-PR, 15 de julho de 2025

CLAUDENICE SANTOS GOBBO



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA F DO ADOLESCENTE BRASILÂNDIA DO SUL – PR

EDITAL Nº. 02/2025- (COMISSÃO ESPECIAL)

RELAÇÃO DOS NOMES DOS CANDIDATOS DEFERIDOS DO PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA PARA CONSELHEIROS TUTELARES DE BRASILÂNDIA DO SUL/PR (Mandato 2025- 2028)

A Comissão Especial para conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Brasilândia do Sul-PR, instituída pela Resolução nº. 06/2025 do CMDCA de 30 de Junho de 2025 e,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº. 774 de 20 de outubro de 2021;

CONSIDERANDO o Edital de Abertura nº 01/2025 A abertura das inscrições e estabelecer as normas do Processo suplementar de caráter emergencial para escolha dos membros Titulares e Suplentes ao cargo de Conselheiro Tutelar;

CONSIDERANDO a Resolução nº. 06/2025 da Comissão Especial, 30 de junho de 2025, no qual regulamentou as regras da campanha e do dia da eleição dos membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO a abertura dos envelopes no dia 15 de Julho de 2025 por Comissão Especial

Art. 1º- Publicar a relação de Candidatos Deferidos do Processo de Seleção e Escolha para Conselheiros Tutelares de Brasilândia do Sul/PR (mandato 2025-2028), conforme segue abaixo:

Nº da Inscrição	Candidato
01	Wesley da Silva Nogueira
02	Wagner Maciel Zacarias
03	Aline Cristine Simões Lima
04	Stefany Nayara de Oliveira Rodrigues
05	Daniela Germiniani Lobato da Silva
06	Elen Camila Meira de Souza Pereira
07	Rosimara Alves Andrade

Art. 2º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação

Brasilândia do Sul. 15 de Julho de 2025.

Marli Da Silva Simão De Melo Membro da Comissão Especial Franciele Barbosa Da Silva Membro da Comissão Especial Gilliane Oliveira Dos Santos Dal Bem Membro da Comissão Especial Sonia Aparecida Goncalves Cavalcante Membro da Comissão Especial



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA AMERIOS - 12ª R. S. UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2024 - Dispensa

Ratifico o ato por mim praticado, na contratação da empresa D. C. EVARISTO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME, para a prestação de serviços de nigiene e limpeza nas unidades do CISA, CAPS, Ambulatórios de Especialidades e Almoxarifado, com a disponibilização de até 14 (quatorze) funcionários (as) devidamente registrados em carteira de trabalho para a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em caráter emergencial, a qual se sagrou vencedora com o menor preço, no valor de até R\$ 731.760,00 (setecentos e trinta e um mil, setecentos e sessenta reais) anuais, conforme processo de dispensa de licitação, nos moldes do termo de Referência.

DESPACHO: RATIFICO, nos termos das razões elencadas no procedimento no 024/2025, anexo. Em 15 de julho de 2025.

EVERTON BARBIERI



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.247.337/0001-60

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo

Edital N°	031/2025
Processo N°	005/2025
Modalidade	PREGÃO
Objeto Homologado	Contratação de empresa para a prestação de serviço de eletricista, compreendendo a manutenção corretiva e preventiva, bem como instalação elétrica predial de toda a administração pública do Município de loaraima, tudo de acordo com ETP e Termo de Referência anexos ao edital.

DECLARANDO VENCEDOR (ES) O(S) SEGUINTE(S) FORNECEDOR(ES):

S. D. GOMES MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (CNPJ N° 08.769.196/0001-95) com os itens abaixo

especificados:						
LOTE	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
1	Serviço de eletricista em geral em construções, ampliações, reformas e reparos de prédios públicos e demais serviços inerentes a atribuição do objeto, compreendendo serviços, encargos sociais, trabalhistas, ART em casos específicos e demais empresas que venha ocorrer, sendo por conta da empresa contratada.	HORA	2900	R\$ 44,97	R\$ 130.413,00	SERVIÇO
	VALOR TOTAL: R\$ 130.413,00	(Cento	e trinta m	il, quatrocent	os e treze reais	5)

ICARAÍMA - PR, 15 DE JULHO DE 2025

DEVAIR FABRIS PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 03 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65/2023
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO –
PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. RONALDO TINTI, brasileiro, casado. portador do RG nº 5 210 120-4-SSP/PR e do CPE/ME nº 738 708 899-34 residente e domiciliado à Estrada São Henrique lote 443 e 444, Rural, CEP - 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa: SERVICOS DE TELEMEDICINA S/C LTDA inscrita 21, com sede à , nº , 2º ANDAR - CEP 84040-120 na cidade de PONTA GROSSA - PR, neste ato Representado pelo Sr(a). MARCELO VALLADAO FERREIRA DE CARVALHO, portador(a) do RG. nº 130175554, e do CPF/MF Nº 002.066.727-21, residente e domiciliado à RUA CARLOS OSTERMACK 2º ANDAR, PONTA GROSSA - PR, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, firmado com amparo da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na Licitação Modalidade de Dispensa por Limite nº 27/2023, Processo n° 93, mediante as cláusulas e condições

Clausula Primeira – Do Objeto Constitui como objeto do presente a contratação: CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE ELETROCARDIOGRAMA DIGITAL (ECG) POR TRANSMISSÃO DIGITAL 24 HORAS, E FORNECIMENTO DE APARELOS EM COMODATO, A SEREM UTILIZADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL, DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO

Clausula Segunda - do Equilíbrio Fica estabelecido o equilíbrio econômico-financeiro de do Contrato nº 065/2023, no valor de 5,93% (INPC), conforme prevê a Lei 14.133 de 2021 da alteração de contratos e dos preços, Artigo 124.

inciso II, Alínea d, conforme tabela abaixo. Otde Descrição Qtde. Aditivada VI/Unit com VI/Unit com Equilibrio 24,00

Exames de Eletrocardiograma Digital (ECG) por transmissão digital 24 horas com emissão de laudo, com sistema conectado via internet, permitindo a captação orgina 24 notas com emissão de faudo, com sistema conectado via internet, permitindo a capação de exames e recebimento de laudos emitidos à distância por médico especialista, para utilização da Secretaria da Saúde do Município de São Jorge do Patrocínio - PR, sendo o mínimo 150 (cento e cinquenta) exames/laudos mês com o fornecimento de 02 (dois) APARELHOS PORTÁTIL PARA REALIZAÇÃO DO ECG, a serem instalados no Hospital Municipal Agnaldo Gouveia Rua América Marciano de Melo, nº 376, Centro 12,00 1.400,00 1.483,02 Marciano de Melo, nº 376, Centro 12,00 1.40 VALOR DO CONTRATO VALOR DO TERMO ADITIVO

VALOR ATUAL DO CONTRATO Clausula Terceira – Do Valor Contratual

O valor do presente termo aditivo, constitui na importância global de R\$- 996,24 - (novecentos e noventa e seis reais e vinte e quatro centavos).

Clausula Quarta - Das Ratificações Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado não abrangidas neste Termo Aditivo.

Clausula Quinta - Do Foro Competente Fica eleito o Foro da Comarca de Altônia, Estado do Paraná, para que nele venham a ser dirimidas as eventuais desavenças no cumprimento do presente Contrato. E estando as partes de pleno acordo com o presente instrumento, firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na

presença de duas testemunhas que também o assinam. São Jorge do Patrocínio-PR, 09/07/25.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 126/2024 Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO - PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. RONALDO TINTI, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.210.120-4-SSP/PR, e do CPF/MF nº 738.708.899-34, residente e domiciliado . à Estrada São Henrique lote 443 e 444, Rural, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do a Estrada Sao Henrique lote 443 e 444, Rural, CEP – 87.555-U0U na cidade de Sao Jorge do Patrocfini, Estado do Paraná, e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa: OXIPARANA COMERCIO DE OXIGENIO LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 14.785.842/0001-00, com sede à , nº , SAN FERNANDO - CEP 87508-180 na cidade de Umurarma - PR, neste to Representado pelo Sr(a). VINICIUS RORATO TENCA, portador(a) do RG. nº 103371023, e do CPF/MF Nº 082.160.019-24, residente e domiciliado à RUA ARMANDO LUIZ BRETAS SAN FERNANDO, Umuarama - PR, resolvem firmar o presente Termo Additivo, firmado com amparo da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alteracões, e fundamentado na Licitação Modalidade de Pregão nº 23/2024, Processo nº 64, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas Clausula Primeira – Do Objeto

Constitui como objeto do presente a contratação: AQUISIÇÃO DE RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL COM CILINDROS EM COMODATO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PR. Clausula Segunda – do Acréscimo e Prazo O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato r

126/2024 a partir do dia 01/08/2025 até 31/10/2025 podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Em razão da necessidade do objeto, fica estabelecido o acréscimo do quantitativo dos itens do presente Termo Aditivo, dentro do limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do Contrato nº. 126/2024, em conformidade com o Art. 125 da Lei 14.133/2021. Conforme tabela abaixo:

Qtde Descrição Qtde. Aditivada VI/Unit VI/Total CARGA DE GÁS MEDICINAL 1M³, INCLUI CILINDROS EM 120,00 FORMA DE COMODATO 30,00 116,42 3.492,60 CARGA DE GÁS MEDICINAL 3M³, INCLUI CILINDROS EM 150,00 FORMA DE COMODATO 1 3 450,00 37,00 133,59 4.942,83
CARGA DE GÁS MEDICINAL 10M³, INCLUI CILINDROS

EM FORMA DE COMODATO 112.00 220,43 24.688,16 ITIVO VALOR ATUAL DO CONTRATO VALOR DO CONTRATO VALOR DO TERMO ADITIVO V. R\$ 133.199,41 R\$ 33.123,59 R\$ 166.323,00 Clausula Terceira – Do Valor Contratual

O valor do presente termo aditivo, constitui na importância global de R\$-33.123,59- (trinta e três mil cento e vinte e três reais e cinquenta e nove centavos). Clausula Quarta - Da Vigência

O presente Termo Aditivo terá vigência de 03 (três) meses, tendo início em 01/08/2025 e término previsto para 31/10/2025, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja inte as partes contratuais.

Clausula Quinta - Das Ratificações Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado não abrangidas neste Termo Aditivo.

Clausula Sexta - Do Foro Competente Fica eleito o Foro da Comarca de Altônia, Estado do Paraná, para que nele venham a ser dirimidas as eventuais desavenças no cumprimento do presente Contrato. E estando as partes de pleno acordo com o presente instrumento, firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam São Jorge do Patrocínio-PR, 10/07/25.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JORGE DO PATROCÍNIO

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 163/2025

Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO - PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO TINTI, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.210.120-4 -SSP/PR, e do CPF/MF nº 738.708.899-34, residente e domiciliado à Estrada São Henrique Lt 443 e 444, rural CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, Brasil e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA empresa: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.340.639/0001-30, com sede à CALÇADA CANOPO, 11, nº 11, ALPHAVILLE - 06541-078 na cidade de SANTANA DE PARNAÍBA, Estado do SP, Brasil, neste ato representado pelo Sr. LEONARDO HENRIQUE SENE, portador(a) do RG. nº SSP/PR., e do CPF/MF Nº 289.150.728 20, resolvem firmar o presente Contrato, da Licitação Modalidade de Pregão nº 24/2025, Processo n° 102, data da homologação da licitação 15/07/25, mediante as cláusulas e condições a seguir

Constitui como objeto do presente Contrato: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Administração e Gerenciamento da Frota de veículos do Município de São Jorge do Patrocínio-PR, visando o abastecimento de combustíveis: Gasolina (Comum e Aditivada), Etanol, Diesel (Comum e S10) e lubrificante: Arla, em uma ampla rede credenciada de postos de combustível em Território Nacional, sendo vencedor dos itens abaixo descritos:

Pela prestação de serviços do objeto do presente contrato, o Município de São Jorge do Patrocínio - Pr., pagará a importância de R\$-2.856.600,74-(dois milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil entos reais e setenta e quatro centavos), á empresa acima citada, neste definida como DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente Contrato terá vigência de 12 meses, tendo início em 15/07/2025 e término previsto para 15/07/26, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes

As partes em comum acordo elegem como foro privilegiado para dirimir quaisquer dúvidas e questões de interpretação relativas ao presente contrato, o Foro da Comarca de ALTONIA, estado

E por estarem justos certos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presenca das testemunhas São Jorge do Patrocínio-PR, 15 de julho de 2025.

EXTRATO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 164/2025

EXTRATO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 164/2025
DISPENSA POR LIMITE N.º 48/2025
MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Carlos Spanhol, 164 - Centro, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 77.870.475/0001-63, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o SR JOSÉ CARLOS BARALDI, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.132.712-1-SSP/PR, e do CPF/MF nº 409.020.649-91, residente e domiciliado à Avenida Marcionilio Pereira dos Santos, nº 38, Centro, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, doravante denominado CONTRATANTE, e, Empresa: MARCUS VALLANDRO CASCAVEL, inscrita no CNPJ nº 07.043.058/0001-61, com sede à RUA DORIVALDO SONCELA, nº 556, VILA INDUSTRIAL - 85825-000 na cidade de SANTA TEREZA DO OESTE, Estado do PR, neste ato representado pelo Sr. MARCUS VALLANDRO, portador(a) do RG. nº 4498701 SSP/PR., e do CPF/MF Nº 058.610.729-06, residente e domiciliado à , denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo 120/2025, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Dispensa por Limite n.º 48/2025, bempleador di 15/07/55, mediatos se disvultas esculvidas estadas de constantes de la 15/07/55. ogado dia 15/07/25, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

DO OBJETO (art. 92, I e II) O objeto do presente contrato é AQUISIÇÃO DE 100 (CEM) BOLSAS TÉRMICAS TIPO LANCHE M, COM CAPACIDADE DE 4 LITROS, E 100 (CEM) ESTOJOS TRIPLOS PORTA MEDICAMENTOS, DESTINADOS À FARMÁCIA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, tendo inicio em e termino em 15/07/26, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021;
3 DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO:
3.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento objeto da presente

contratação, o valor TOTAL de R\$: 5.548.00 (cinco mil quinhentos e guarenta e oito reais), em conformidade com a entrega dos produtos que compõe o objeto nas solicitações emitidas pela DA SUCESSÃO E DO FORO:

4.1 Fica eleito o foro da Comarca de Altônia-PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1°, da Lei nº 14,133/21, São Jorge do Patrocínio – Pr., 15 de julho de 2025

TERMO ADITIVO N.º 1 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 119/2025 Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. RONALDO TINTI, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº738.708.899-34, residente e domiciliado à Estrada São Henrique lote 443-444, Rural, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 24.586.988/0001-80, com sede à , nº 540, JARDIM BAMDEIRANTES - CEP 86703-250 na cidade de ARAPONGAS - PR, neste ato Representado pelo Sr(a), LARA CARDOSO MACHADO, portador(a) do RG. n° , e do CPF/MF N° 131.466.189-23, residente e domiciliado e PAVÃO JARDIM BAMDEIRANTES, ARAPONGAS - PR, resolvem firmar o presente Termo Aditivo

estabelecidas: Clausula Primeira – Do Obieto

Ciausula Primeira – Do Objeto
Constitui como objeto do presente a contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA O
FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO
DAS DEMANDAS DA FARMÁCIA HOSPITALAR E DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO
DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO PR, VISANDO ASSEGURAR A CONTINUIDADE DOS
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E HOSPITALAR PRESTADOS À POPULAÇÃO...

firmado com amparo da Lei Federal nº 8 666/93 e suas alterações, e fundamentado na Licitação Modalidade de Pregão nº 11/2025, Processo nº 59, mediante as cláusulas e condições a seguir

Clausula segunda – da Supressão Fica estabelecido a supressão total dos itens 58, 224 e 235 ao contrato 119/2025.

Inicial Descrição VI/Unitário VI/Total Qtde, Suprimida BR0267643 DEXAMETASONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,1%, PRESENTACAO: CREME, BISNAGA 10,00 G 100,00 1,58 158,00 BR0269843 LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 1 200.00 2%, APRESENTACAO: INJETÁVEL, FRASCO 20,00 ML 668,00

500 MG 100.00 300 MG 100,00 4,71 47,100 VALOR DO TERMO SUPRESSÃO VALOR ATUAL DO CONTRATO R\$ 43.645,10 R\$ - 1.297,00 R\$ 42.348,10 R\$ 43 645 10 Clausula Terceira – Do Valor Contratual

BR0268513 OXACILINA, INJETÁVEL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO:

O valor do presente termo aditivo, constitui na importância global de supressão de R\$--1.297,00-(Um mil duzentos e noventa e sete reais). Clausula Quarta – Das Ratificações Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado

não abrangidas neste Termo Aditivo. rido abrangada insectorimo Audito. Clausula Quinta — Do Foro Competente Fica eleito o Foro da Comarca de Altônia, Estado do Paraná, para que nele venham a ser dirimidas

as eventuais desavencas no cumprimento do presente Contrato. E estando as partes de pleno acordo com o presente instrumento, firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam.

São Jorge do Patrocínio-PR, 15/07/25.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

O Município de São Jorge do Patrocínio. Estado do Paraná, por meio do Departamento de Receita

1 100.00

e Cadastro, nos termos dos artigos 6º e 7º e do artigo 64, da Lei Municipal nº 1.416/2010 (Código de Posturas Municipais), nos termos da Lei Complementar nº 01/2017 (Código Tributário Municipal), notifica Vossa Senhoria, para proceder a limpeza de seus lotes (Limpeza e manutenção periódica de lotes; Retirada de entulhos de construção; Retirada de galhos de árvores e outras plantas, prazo máximo de 15 dias a contar da data da presente notificação. Decorrido o prazo acima concedido, e não sendo atendida a notificação, serão aplicadas as

penalidades previstas no artigo 64, § 5° do Código de posturas, e os serviços serão executados pelo Município de São Jorge do Patrocínio. Sendo executado o serviço pelo Município, será cobrada a importância de R\$ 1,40 (Um real e quarenta centavos) por m² pela roçada e limpeza de cada lote. Outrossim, solicita-se a periódica manutenção da limpeza do referindo lote. OBS: Manter o terrenc

limpo, evita objetos que acumulam áqua, eliminando o criadouro do mosquito transmissor da DENGUE, ZIKÁ VIRUS e FEBRE CHIKUNGUNYA. Se por ventura no recebimento desta notificação a limpeza já tenha sido efetuada, queira por

gentileza desconsiderá-la. São Jorge do Patrocínio, em 15 de julho de 2025. Departamento de Receita e Cadastro

ENDEREÇO: RUA GUMERCINDO GONÇALVES DA SILVA, Nº 275

BAIRRO: JD ALTO DA BOA VIST QUADRA: 02 LOTE: 14,15 e 16

CADASTRO: 192-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 355/2025 de 14 de julho de 2025. Alterar período concessivo de férias contido na Portaria nº 276/2025 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições RESOLVE: Art. 1º, CONCEDER com esteio no Inciso XVII do Art. 7º, da Constituição da República Federativa

do Brasil, e Art. 95 da Lei Municipal nº. 410/93, § único do Art. 2º da Lei Municipal 929/2005, férias em favor do Servidor Público Sr. JOSÉ ANTÔNIO LOPES, brasileiro, Portador da Cédula de Identidade nº. 28.404.753-3 SSP/PR, ocupante de Cargo de Provimento Efetivo de Mecânico, Classe IX, Padrão GSG-IX, Lotado na seguinte Funcional Programática: Órgão: 03 – Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Unidade Orçamentária: 08 – Departamento de Transporte; Atividade: 2.038 - Manutenção e Encargos do Pátio Rodoviário correspondente a 30 (trinta) días regulamentares de férias, inerentes ao período aquisitivo de 13/03/2024-2025, e que serão concedidas durante o período de 15 de julho de 2025 a 13 de agosto de 2025, bem como pagamento do Abono Constitucional a título de 1/3 de férias por meio de folha da competência de maio de 2025. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

RONALDO TINTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

ESTADO DO PARA AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO №. 21/2025

Processo Administrativo nº. 48/2025 No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, AUTORIZO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos descritos abaixo:
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE TAPIRA

SEMEX DO BRASIL COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

00.593.476/0001-83 VALOR R\$ 25.897,50 (vinte e cinco mil oitocentos e noventa e sete reais e

cinquenta centavos) OBJETO AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINOS DE LEITE E MATERIAIS PARA

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL BASE LEGAL ARTIGO 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

Tapira, 15 de julho de 2025. RONALD R. L. SMARZARO

Prefeito Municipal

leis@ilustrado.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL Av. Adão Arcângelo Dal Bem, n.º 882 - Telefone (44) 3654-1235, Fax (44) 3654-1209
e-mail: mulw-scul felotement according to the control of th

LEI N.º 859/2025

Súmula: dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da criação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência - CMPCD, do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência - FMPD, e da Conferência Municipal do município de Brasilândia do Sul-PR., e dá outras providências.

O povo do Munícipio de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, através de seus representantes na Câmara Municipal, APROVOU, e Eu, ALEX ANTONIO CAVALCANTE - Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte

TÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Art. 1.º - Esta lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, destinada a garantir os direitos assegurados às mesmas, conforme alegislação em vigor e estabelece normas básicas com o obietivo de assegurar, promover e proteger a sua inclusão social e cidadania plena em condições de igualdade e liberdade.

§1.º - Para os efeitos desta lei, são consideradas pessoas $com\ deficiência\ aquelas\ pessoas\ que,\ em\ razão\ de\ anomalias\ ou\ lesões\ comprovadas\ de$ natureza hereditária, congênita ou adquirida, tenham suas faculdades físicas, mentais ou sensoriais comprometidas total ou parcialmente, têm impedimentos de longo prazo, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, impedindo o seu desenvolvimento integral, conforme Decreto Federal n.º 3.298/99, de 20 de

§2.º - A Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência integrar-se-á com as demais políticas das áreas de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, esporte, lazer e acessibilidade, dentre

outras, de acordo com o princípio da igualdade de direitos

DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO

Art. 2.º - Todas as pessoas com deficiência são iguais perante a Lei e não sofrerão nenhuma espécie de discriminação.

Parágrafo único. Considera-se discriminação, em razão da deficiência, todas as formas de discriminação e/ou qualquer distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício dos direitos e liberdades fundamentais dessas pessoas, incluindo a recusa de adaptação razoável.

Art. 3.º - Nenhuma pessoa com deficiência, crianças, adolescentes, mulheres e idosos, será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão, trata desumano ou degradante.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Art. 4.º - Fica criado o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência - CMPD - órgão permanente, paritário, consultivo, deliberativo e formulador das políticas públicas e ações voltadas para a pessoa com deficiência no âmbito do Município de Brasilândia do Sul-PR., sendo acompanhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão gestor da política de Assistência Social no município.

Art. 5.º - Compete ao Conselho Municipal da Pessoa com

I- Formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, zelando pela sua adequada execução;

II- Elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

III- Indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto a Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

IV- Cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes à pessoa com deficiência, sobretudo a Lei Federal n.º 7.853/89, de 24 de outubro de 1989, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada através do Decreto Federal n.º 6.949/09, de 25 de agosto de 2009, bem como de todas as leis pertinentes de caráter Federal, Estadual e Municipal, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público a sua inadequada execução;

V- Fiscalizar as entidades governamentais e nãogovernamentais de atendimento a pessoa com deficiência.

VI- Propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltados para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

VII- Inscrever os programas das entidades governamentais e não-governamentais de assistência a pessoa com deficiência no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;

VIII- Estabelecer a forma de participação do idoso residente no custeio da entidade de longa permanência para pessoa com deficiência (governamental ou não-governamental), cuja cobrança é facultada, não podendo exceder a de qualquer Beneficio Previdenciário ou Assistencial percebido pela pessoa;

IX- Apreciar o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela inclusão de ações voltadas à política de atendimento da pessoa com deficiência;

X- Indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

XI- Zelar pela efetiva descentralização políticoadministrativa e pela participação de organizações representativas das pessoas com deficiência na implementação de política, planos, programas e projetos de atendimento a

XII- Elaborar o seu regimento interno; e,

XIII- Outras ações visando à proteção e garantia dos direitos da pessoa com deficiência

Parágrafo único. Aos membros do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência será facilitado o acesso a todos os setores da Administração Pública Municipal, especialmente as Secretarias e aos programas prestados à população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse da pessoa com deficiência.

Art. 6.º - O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, paritariamente composto entre o poder Público Municipal e a sociedade civil organizada, será assim constituído.

I- Por representantes de cada uma das Secretarias a seguir indicados.

a)- Secretaria Municipal de Assistência Social,

b)- Secretaria Municipal de Saúde,

c)- Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e

Turismo: e. d)- Secretaria Municipal de Administração

II- Por representantes de entidades não governamentais representantes da sociedade civil atuantes na área da Promoção e Defesa dos Direitos ou ao atendimento à pessoa com deficiência, legalmente constituída e em regular funcionamento há mais de 01 (um) ano, com o respectivo registro no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, sendo eleitos para preenchimento das seguintes vagas:

a)- Uma pessoa com deficiência física,

b)- Um profissional voluntário, atuante na área de pessoas

com deficiência;

§1.º - Cada membro do Conselho Municipal dos Direitos da

§2.º - Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, respeitadas as indicações previstas nesta Lei.

§3.º - Os membros do Conselho terão um mandato de 03 no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados

§4.º - O titular de órgão ou entidade governan seu representante, que poderá ser substituído, a qualquer tempo, mediante nova

§5.º-As entidades não governamentais serão eleitas em fórum

§6.º - Caberá às entidades eleitas a indicação de seus representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, para nomeação, no prazo de 30 (trinta) dia após a realização do Fórum que as elegeu, sob pena de substituição por entidade suplente, conforme ordem decrescente de votação.

Art. 7.º - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à Presidência e à Vice-Presidência, uma alternância entre as entidades governamentais e não-govern

§1.º - O Vice-Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo Secretário do Conselho.

§2.º - O Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extra

membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse do idoso.

Art. 8.º - Cada membro do Conselho Municipal terá direito d 01 (um) único voto na sessão plenária, com exceção do Presidente, que também exercerá o voto de minerva, não sendo permitido voto por procuração.

Art. 9.º - A função do membro do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência não será remunerada e seu exercício será considerado de

Art. 10. As entidades não governa Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência perderão essa condição quando

I- Extinção de sua base territorial de atuação no Município;

II- Irregularidades no seu funcionamento, devidamente patível a sua representação no Conselho; e comprovadas, que tornem incon

III- Aplicação de penalidades administrativas de natureza

grave, devidamente comp.

Art. 11. Perderá o mandato o Conselheiro que: I- Desvincular-se do órgão ou entidade de origem de suc

II- Faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;

IV- Apresentar procedimento incompatível com a dignidade

das funções; e, V- For condenado em sentença irrecorrível, por crime ou

Art. 12. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os unicipal da Pessoa com Deficiência serão automaticamente membros do Conselho Municipal da Pes substituídos pelos suplentes, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos

Art. 13. Os órgãos ou entidades representadas pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta conse

Art. 14. O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência reunir-se-á bimestralmente, em caráter ordinário, e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 15. O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência

Art. 16. As sessões do Conselho Municipal da Pessoa con Deficiência serão públicas, precedidas de ampla divulgação

Art. 17. A Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do nselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

Art. 18. Os recursos financeiros para implantação e manutenção do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência serão oriundos de recursos do Governo Federal, Estadual e Municipal, bem como de doações voluntárias, promoções, eventos e deduções de imposto de renda (pessoa física e jurídica)

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Art. 19. Fica criado o Fundo Municipal da Pessoa com propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas à Pessoa com Deficiência no Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná

Art. 20. Constituirão receitas do Fundo Municipal da

I- Recursos provenientes de órgãos da União e do Estado, vinculados à Política Nacional da Pessoa com Deficiência e do CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

II- Transferências do Município,

III- As resultantes de doações do setor privado (pessoas físicas

dos recursos disponíveis; V- As advindas de acordos e convênios; VI- As provenientes das multas aplicadas com base no art

8.°. da Lei Federal de n.° 7.853/89, de 24 de outubro de 1989; e. VII- Outras.

Art. 21. O Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência ficará vinculado diretamente a Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades aprovados pelo Conselho ficará vinculado diretame Municipal da Pessoa com Deficiência.

financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência" para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, mensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, após apresentação e aprovação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

§2.º - A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidencias a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas

§3.º - Caberá a Secretaria Municipal de Assistência Social gerir o Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência, sob a orientação e controle do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, cabendo ao seu titular.

Municipal da Pessoa com Deficiência;

II- Submeter ao Conselho Municipal da Pessoa com contábil da movimentação financeira do Fundo; III- Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo, Deficiência, demonstrativ

IV- Outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

CAPÍTULO IV

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Art. 23. A nomeação do Conselho Municipal da Pessoa com

I- Solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho

Art. 22. Fica instituída a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, espaço colegiado de caráter deliberativo composta por delegados, representantes das entidades e/ou movimentos da sociedade civil organizada ligados à defesa ou ao atendimento dos direitos da Pessoa com Deficiência e do Poder Executivo, devidamente credenciados, que se reunirão periodicamente, sob a coordenação do CMPD - Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, mediante regimento próprio. Parágrafo único. O Conselho Municipal da Pessoa com

Deficiência poderá convocar a Conferência, extraordinariamente, por decisão da

TÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Deficiência será realizada pelo Chefe do Executivo Municipal, através de Decreto Municipal, sendo que 50% (cinquenta por cento) dos membros serão indicados pelo mesmo e, os outros 50% (cinquenta por cento), serão indicados pelos segmentos sociais integrantes da sociedade civil organizada atuantes no campo da promoção e defesa dos tos da Pessoa com Deficiência que compõe o CMDPCD

Art. 24. O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência elaborará o seu Regimento Interno, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio, devidamente publicado pela imprensa oficial.

Parágrafo único. O Regimento Interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos. Art. 25. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário

PAÇO MUNICIPAL "Deputado Ulisses Guimarães", aos 15 de julho de 2025.

ALEX ANTONIO CAVALCANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

PORTARIA Nº. 356/2025 DE 14 DE JULHO DE 2025

DESIGNA Servidores Públicos para exercerem função de Gestão e Fiscalização de Contratos e

O Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

Art. 1º - DESIGNAR Servidores, para a partir de janeiro de 2025, desempenhar função de Gesto de Contratos, competindo no exercício da função ora designada a gestão e acompanhamento da execução dos contratos vinculados ao Poder Executivo Municipal bem como das suas secretarias. DESIGNAR também equipe de Fiscalização de Contratos, os quais atuarão dentro dos limites de suas lotações, ou áreas de atuação, fiscalizando contratos, recebimento de materiais adquiridos ou serviços contratados por este município, e outros pertinentes, podendo deliberar e assinar todos os documentos que se fizerem necessários, para o fiel cumprimento da função e bom andamento do setor, a partir de março de 2024, até que se revogue a presente designação ou

I. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:
a)GESTOR: GISELE PETINELLE DA SILVA CORDEIRO, brasileira, Portadora do RG nº. 8.130.741-5 SSP/PR e do CPF nº. 029.882.429-92, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal de Administração.
b)GESTOR: ELAINE CRISTINA JACOPINI ARAUJO, brasileira, portadora do RG nº. 7.686.844-

SSP/PR e do CPF nº. 032.018.679-26, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico c)FISCAL: SUZANA APARECIDA DA SILVA ROSSANO, brasileira, portadora do RG nº. 9.200.220-

SSP/PR e do CPF nº 041.412.059-07, ocupante de Cargo de Provimento Efetivo de A d)FISCAL: CLAUDEMIR BRAVO, brasileiro, portador do RG nº. 7.905.973-0 SSP/PR e do CPF n

039.481.609-96, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico Administrativo. e)FISCAL: DAYANE GOUVEIA OCHMAN, brasileira, portadora do RG nº 10.434.302-3 SSP/PR e do CPF nº. 073.777.849-03, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Contadora. f)FISCAL: ELIANDRO SAQUETTO, brasileiro, maior, portador da Cédula de Identidade nº. 6.434.948-1 SSP/PR e do CPF nº. 026.679.029-12, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de

g)FISCAL: RICARDO RUIZ PIMENTA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 7.501.053-2 SSP/PR e do CPF nº.031.912.809-10, ocupante de Cargo de Provimento Efetivo de

Técnico Administrativo h)FISCAL: ADENILSOM MIRANDA DA SILVA, brasileiro, Portador do RG nº. 8.399.202-6 SSP/PR e do CPF nº. 751.770.649-72, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico Administrativo. II.SECRETARIA DE SAÚDE:

a)GESTOR: LEANDRO MOREIRA DA CRUZ, Servidor Público ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, portador do RG/Cl nº. 6.018.562-0 SSP/PR; designado a

responder como Secretário Municipal de Saúde. b)FISCAL: ANGELA HWANG, brasileira, portadora do RG n°. 5.990.360-8 SSP/PR e do CPF n°. 005.682.549-88, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Farmacêutica. c)FISCAL: LIDIA SANCHES RALLO MARQUES, portadora do RG n°. 9.311.356-0 SSP/PR e do

CPF nº. 050.285.209-76, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Farmacêutica. d)FISCAL: LIDIANE CRISTINA DE SOUZA OLIVEIRA, brasileira, portadora do RG nº. 12.447.251 2 SSP/PR e do CPF nº. 080.499.319-00, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxilia

e)FISCAL: MARCIA REGINA MARQUES PERES, brasileira, portadora do RG nº. 6.708.664-3 SSP/PR e do CPF nº. 022.960.939-22, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Nutricionista f)FISCAL: EDUARDO LEONE PERES, brasileiro, portador do RG nº, 7.385.191-2 SSP/PR e do CPF nº, 039.556.349-65, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo. g)EDILAINE PEREIRA FILITE, brasileira, portadora do RG nº. 10.276.036-0 SSP/PR e do CPF nº

079.934.909-79, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Official Administrativo. h)MAICON GABIATTI DE MORAIS, brasileiro, portador do RG n°. 10.389.691-6 SSP/PR e do CPF nº. 086.136.609-32, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Combate as i)ANA CLAUDIA BALISKI CARVALHO, brasileira, portadora do RG nº. 8.080.139-4 SSP/PR e do CPF nº. 039.287.449-09, ocupante do Cargo de Provimento Comissionado de Diretor de

)ADRIANA DE SOUZA MOREIRA, brasileira, portadora do RG n°. 8.982.169-0 SSP/PR e do CPF nº. 039.556.199-07, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro k)LIDIA MANHANI DE OLIVEIRA BARALDI, brasileira, portadora do RG n°. 12.979.456-9 SSP/PR e do CPF n°. 037.471.629-32, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro.

III.SECRETARIA DE EDUCAÇÃO a)GESTOR: ROSÂNGELA GALIOTTI DE FREITAS, portadora do RG/CI nº 4.956.665-4 SSP/PR e do CPF nº. 768.910.629-34, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professora de Educação Infantil designada para responder como Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

b)FISCAL: MICHELLE PERES DOS SANTOS, brasileira, portadora do RG nº. 8.028.664-3SSP/PR e do CPF nº. 040.795.479-19, ocupante de Cargo de Provimento Efetivo de Nutricionista. c)FISCAL: CELINA DA SILVA ONOFRE, portadora do RG nº 7.792.357-0SSP/PR e do CPF nº. 035.735.639-02, detentora de Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Educação Infantil. d)FISCAL: ANGÉLICA HABER ALVES LOPES, brasileira, Portadora da Cédula de Identidade n 7.385.142-4 SSP/PR e do CPF nº. 020.805.289-55, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de

Professor zu noras.
e)FISCAL: EDLEUZA DE SOUZA SILVA CICHOCK, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº. 6.607.402-1 SSP/PR e do CPF nº. 985.459.739-34, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor 20 horas. f)FISCAL: GENIVALDO BRAZ DE CAMPOS, brasileiro, Portador do RG n°. 26.260.662-8 SSP/PR

e do CPF nº. 194.403.878-74, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo. g)FISCAL: DIONATHAN CARLOS MACIEL, brasileiro, portador do RG nº. 9.345.669-6-SSP/PR e do CPF nº. 066.159.909-46, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação IV.SECRETARIA DE MEIO AMBINETE: a)GESTOR: RONALDO WANDERLEI BUNZEL, brasileiro, portador do RG n°. 5.498.750-1 SSP/

PR e do CPF nº. 762.519.779-49, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário b)FISCAL: ALANA BARDELA DOS SANTOS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº. 13.837.003-8 SSP/PR e do CPF nº. 112.835.229-00, ocupante do Cargo de Provimento em

missão de Chefe Administrativo V.SECRETARIA DE AGRICULTURA a)GESTOR: ODERLEI JOSÉ ESTEVES, brasileiro, Portador do RG nº. 6.783.684-7 SSP/PR e

do CPF nº. 022016149-62, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro Agrônomo de Signado para responder como Secretário Municipal de Agricultura. b)FISCAL: CRISLEI SPANHOL MAREGA, brasileiro, Portador do RG nº. 6.352.777-7 SSP/PR e do CPF nº. 020.405.219-09, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico Agrícola VI.SECRETARIA DE ASSISNTÊNCIA SOCIAL:

a)GESTOR: LILIAN MOREIRA DA CRUZ GOUVEIA, brasileira, Portadora da Cédula de Identidade nº. 7.715.130-3 SSP/PR e do CPF nº. 049.881.209-02, ocupante de Cargo de Secretária Municipal e do CPF nº. 070.538.379-20, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de

Assuntos Comunitários - CC-03. VII. TRANSPORTE a)FISCAL: RONALDO JOSE REZENDE, brasileiro, casado, portador do RG nº. 6.034.366-7 SSP/PR e do CPF nº. 894.729.939-15, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo De Motorista

Designado para responder como Diretor de Departamento besignado para responder como bileto de Departamento.
b)FISCAL: DORIVAL TONHATO, brasileiro, casado, Portador do RG. Nº 021394269-08 e CPF nº 021394269-08, residente e domiciliado na Estrada São Henrique Lote 627, detentor de cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Transportes

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a partir desta data as disposições da Portaria nº. 135/2025. RONALDO TINTI

SAMAE – SERVICO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO CONVENIADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Rua Amazonas, 376 – Centro – Caixa Postal: 13 – Fone/Fax: (44) 3677-1229/3677-1701 CNPJ 80.907.835/0001-69 - CEP: 87.430-000

PORTARIA Nº 032, DE 15 DE JULHO DE 2025 Torna público as diárias concedidas aos servidores do SAMAE de Tapejara no período de

01/04/2025 a 30/06/2025. O DIRETOR DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pela CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 129, de 21 de setembro de 2022, que regulamenta o art. 72 e seguintes da Lei Complementar Municipal 118, de 14 de fevereiro de 2022,

no tocante ao controle de diárias concedidas aos servidores públicos do Município de Tapejara/PR Art. 10 Ratificar as diárias concedidas aos servidores do SAMAE de Tapejara durante o período de 01/04/2025 a 30/06/2025, conforme relatório em anexo a esta Portaria expedido pela divisão de

o 104/2/2023 a 2000/2023, comornio relación em anexo a esta retraha expedido pera divisad de Contabilidade (empenhos liquidados dos meses de Abril a Junho). Art. 2o Os servidores beneficiários das diárias de viagens concedidas e a respectiva quantidade foi o seguinte: Beneficiário Quantidade de diárias Paulo Domingues de Souza

Art. 3o A finalidade da concessão das diárias de viagens concedidas no período que se refere o

05

art. 1o desta Portaria, é a constante no relatório anexo expedido pela Divisão de Contabilidade, e conforme justificado no Requerimento de diária de viagem em anexo ao empenho arquivado junto a Divisão de Contabilidade. Art. 4o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Tapeiara, em 15 de Julho de 2025.

JOÃO ZANOTTO
Diretor Executivo do Samae

João Zanotto

CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE RESOLUÇÃO: 016/2025

Secretaria Municipal de Assistência Social

SUMULA: Dispõe sobre a aplicação da Prova de Conhecimentos Específicos do Processo de Escolha Suplementar para Conselheiros Tutelares, referente aos temas: Direito da Criança e do Adolescente e Noções Básicas de Informática. O CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE.

no uso de suas atribuições legais, tendo por base a da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei 12.696, de 26 de julho de 2012 e a Lei Municipal nº 797/2018 de 27/03/2018 e Lei Municipal 925/2020 de 14/06/2020, e conforme previsto no Edital nº 01/2025 – CMDCA, RESOLVE:

A Prova de Conhecimentos Específicos será aplicada no dia 17 de julho de 2025 (quintafeira), às 13h30min, no seguinte local:

Rua Rio Negro, nº 1247 – Centro – Tapira/PR. Art. 2º – Da Composição da Prova A prova será composta por 10 (dez) questões de múltipla escolha, sendo:

5 (cinco) questões sobre Noções Básicas de Informática. 5 (cinco) questões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Cada questão valerá 10 pontos, totalizando 100 pontos.

Art. 3º – Da Classificação Será considerado classificado o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de acertos, ou seja, 5 (cinco) acertos, equivalentes a 50 pontos

Art 4º – Do Tempo de Prova O tempo total para a realização da prova será de 1 (uma) hora. Art. 5º - Das Orientações aos Candidatos

O candidato deverá chegar com antecedência mínima de 30 minutos do horário previsto para início da prova, ou seja, até as 13h00min. O candidato deverá apresentar documento de identificação com foto, sob pena de impedimento de participação

Não será permitido o uso de aparelhos eletrônicos, como celulares, durante a realização Não haverá segunda chamada, salvo por motivo legalmente justificado e aprovado pela Comissão Especial.

Art. 6º - Das Disposições Finais Os casos omissos serão analisados e decididos pela Comissão Especial do Processo de Escolha Suplementar, conforme as disposições do Edital nº 01/2025 e da legislação

Tapira/PR, 16 de junho de 2025.

Alzira da Silva Sar Presidente do CMDCA

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

PORTARIA N.º 319, DE 15 DE JULHO DE 20

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 71, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município e considerando o requerimento protocolado na Divisão de Recursos sob o n.º 028 do dia 15 de julho de 2025,

Art. 10 Exonerar a pedido, a partir do dia 16 de julho de 2025, a servidora MICHELLE FAVORETTO, matricula n.º 90840, portadora da Cl/RG n.º 8.xxx.xxx-2 – SSP/PR., e CPF/MF N.º 055.xxx.xxx-32, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Tapejara, em 15 de julho de 2025

RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

PORTARIA N.º 320, DE 15 DE JULHO DE 2025

Exonera ocupante em cargo de provimento em comissão. O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 71 incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município

Art. 10 Exonerar a partir de 16 de julho de 2025, HUEMERSON SOARES DE OLIVEIRA, matrícula nº 92509, portador da CI/RG n.º 14.xxx.xxx-5- SSP-PR., e do CPF/MF n.º 300.xxx.xxx-02 ento em comissão de Assessor da Secretaria de Obras, Viação

Art.20 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação Tapejara/PR, em 15 de julho de 2025. RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

PORTARIA Nº 321, DE 15 DE JULHO DE 2025

Nomeia servidor para exercer cargo de provimento efetivo. O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 71 inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o Edital de Concurso nº 001, de 03 de agosto de 2022, com Homologação do resultado final divulgado através do Edital nº 008 de 21 de novembro de 2022 e convocação através do Edital n.º 010 de 17 de junho de 2025

Art. 10 Nomear a partir do dia 17 de julho de 2025, MICHELLE FAVORETTO, portador do CPF/MF n.º 055.xxx.xxx-32, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente de Apoio Administrativo

com lotação na Secretaria de Ação Social. Art. 20 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Tapejara, 15 de julho de 2025 RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

PORTARIA Nº 322. DE 15 DE JULHO DE 2025

Nomeia servidor para exercer cargo de provimento efetivo. O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 71 inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o Edital de Concurso nº 001, de 03 de agosto de 2022, com Homologação do resultado final divulgado através do Edital nº 008 de 21 de novembro de 2022 e convocação através do Edital n.º 010 de 17 de junho de 2025,

Art. 10 Nomear a partir do dia 17 de julho de 2025, HUEMERSON SOARES DE OLIVEIRA, portador do CPF/MF n.º 300.xxx.xxx-02, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente de Apoio Administrativo, com lotação na Secretaria de Obras, Viação e Zeladoria Municipal. Art. 20 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação Tapejara, 15 de julho de 2025. RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA - ESTADO DO PARANÁ E A SR.º ELISANGELA DOS

O MUNICÍPIO DE TAPEJARA, ESTADO DO PARANÁ, CNPJ: 76.247.345/0001-06 neste a O MONICIPIO DE TAPESANA, ESTADO DO PARANA, CONS. 70.241.345/0001-00 leste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. RONALDO ADRIANO VILAS BOAS, portador da CI/RG n.º 7.253.715-7 – SSP/PR, e do CPF/MF nº 030.460.669-37, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Av. João Ceccon, s/n, nesta cidade de Tapejara/Pr., esta cidade de Tapejara/Pr., e ELISANGELA DOS SANTOS PEREIRA, brasileira, casada, Professora, portadora da CI/RG nº 15.355.340-8 – SSP/PR, e CTPS nº 4433167 - Série 0030 - BA, residente e domiciliada na Av. Antonio Schimidt Villela n.º 1376, na cidade de Tapejara/Pr, denominado CONTRATADA", resolvem rescindir o presente Contrato como segue: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Instrumento contratual tem como objetivo a rescisão do Contrato de Trabalho n.º

001/2024, referente o Processo Seletivo Simplificado sob o Edital n. 009/2022, que estaria em vigor de 06/05/2024 a 19/12/2025, ficando rescindido no dia 14/07/2025. CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época relativamente às obrigações assumidas no instrumento contratual ora rescindidas.

E por estarem assim justas e acordadas, firmam a presente rescisão em 02 (duas) vias de igua teor e forma, rubricadas as folhas precedentes, obrigando-se por si e seus sucessores, para qui surtam todos os efeitos em Direito previsto, na presença das testemunhas abaixo assinadas o qualificadas, que a tudo assistiram e do que dão fé.

Tapejara-PR, 14 de julho de 2025. RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

ELISANGELA DOS SANTOS PEREIRA Empregado TESTEMUNHAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

ESTADO DO PARANÁ AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2025 ITENS DE AMPLA CONCORRENCIA E EXCLUSIVOS PARA ME, EPP, MEI -LOCAL

O Município de Tapira – PR, torna público aos interessados a realização do Pregão Presencial nº 016/2025. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 2476/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para a manutenção das atividades da casa do rabalhador volante, conforme especificações descritas no Termo de Referência. VALOR MAXIMO: VALOR DA LICITAÇÃO: R\$ 285.150,00 (duzentos e oitenta e cinco mil cento

LOCAL E DATA DO CREDENCIAMENTO, DA ENTREGA DOS ENVELOPES E DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: O cred ento dos habilitação será até o dia 28 de JULHO 2025 às 09:00hr (nove horas), e o início da sessão com a respectiva abertura dos envelopes dar-se-á no dia 28 de JULHO 2025 as 09:00hr (nove horas) nas dependências da Prefeitura Municipal de Tapira, sito na Rua Paranaguá, 518, na cidade de

ESCLARECIMENTOS E RETIRADA DO EDITAL — A cópia completa do Edital poderá ser obtida no site www.tapira.pr.qov.br e no PNCP — Portal Nacional de Compras Públicas. Maiores esclarecimentos por parte dos interessados serão obtidos junto a Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta feira, no horário das 08:00 horas as 12:00 horas e das 13:30 horas as 17:00 horas, na Rua Paranaguá, 518, em Tapira/PR ou pelo telefone (44) 3679-8000, ou pelo e-mail:licitacao@tapira.pr.qov.br, até 03 (três) dias úteis da abertura dos envelopes. Tapira - PR. 15 de julho de 2025

RONALD ROGÉRIO LOPES SMARZARO Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

ESTADO DO PARANÁ AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL № 17/2025 EXCLUSIVA PARA ME, EPP, MEI - REGIONAL

O Município de Tapira – PR, torna público aos interessados a realização do Pregão Presencial nº 17/2025. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 2476/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARAA SECRETARIA MUNICIPAL DE SALIDE, conforme especificações descritas no Termo de Referência

VALOR MAXIMO: VALOR DA LICITAÇÃO: R\$ 24.139,17 (vinte e quatro mil cento e trinta e no reais e dezessete centavos) LOCAL E DATA DO CREDENCIAMENTO, DA ENTREGA DOS ENVELOPES E DA REALIZAÇÃO

DO PREGÃO: O credenciamento e o recebimento dos envelopes de propostas de preços e de habilitação será até o dia 28 de julho de 2025 às 14:00hr (quatorze horas), e o início da sessão com a respectiva abertura dos envelopes dar-se-á no dia 28 de julho de 2025 as 14:00hr (quatorze horas), nas dependências da Prefeitura Municipal de Tapira, sito na Rua Paranaguá, 518, na cidade de Tapira, Estado do Paraná.

ESCLARECIMENTOS E RETIRADA DO EDITAL — A cópia completa do Edital poderá ser obtida no site www.tapira.pr.qov.br e no PNCP — Portal Nacional de Compras Públicas. Maiores esclarecimentos por parte dos interessados serão obtidos junto a Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta feira, no horário das 08:00 horas as 12:00 horas e das 13:30 horas as 17:00 horas, na Rua Paranaguá, 518, em Tapira/PR ou pelo telefone (44) 3679-1539, ou pelo e-mail: licitacao@tapira.pr.qov.br, até 03 (três) dias úteis da abertura dos envelopes Tapira – PR. 15 de julho de 2025

RONALD ROGÉRIO LOPES SMARZARO Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

PORTARIA Nº 278/2025

Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos, através do Concurso Público aberto pelo edital 001/2024, e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais

Art. 1º Fica nomeada a partir do dia 16 de julho de 2025, para prover cargo público efetivo, sob a égide do Regime Jurídico Estatutário, a candidata constante do quadro abaixo, em estrita orden

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (20H) Classificação Nome Data de Nascimento Inscrição
06° ISABELE BRASIL DA SILVA 17/08/1998 109680
Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições

em contrário.

Tuneiras do Oeste, 15 de julho de 2025. GUERINO MENDONÇA DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 279/2025

Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos, através do Concurso Público aberto pelo edital 001/2023, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais

Art. 1º Fica nomeada a partir do dia 16 de julho de 2025, para prover cargo público efetivo, sob a égide do Regime Jurídico Estatutário, a candidata constante do quadro abaixo, em estrita ordem CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação Nome Data de Nascimento 27º ROSINEIDE SANTANA 13/02/1972 168320

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições

Tuneiras do Oeste-PR, 15 de julho de 2025. GUERINO MENDONÇA DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 280/2025

Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos, através do Concurso Público aberto pelo edital 001/2024, e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais

RESOLVE: Art. 1º Fica nomeado a partir do dia 16 de julho de 2025, para prover cargo público efetivo, sob a égide do Regime Jurídico Estatutário, o candidato constante do quadro abaixo, em estrita ordem

CARGO: CONDUTOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR Classificação Nome Data de Nascimento 4º CARLOS ALEXANDRE APARECIDO GOMES

Inscrição 22/04/1986 109753 Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Tuneiras do Oeste - PR, 15 de julho de 2025. GUERINO MENDONÇA DOS SANTOS Prefeito Municipal

GUERINO MENDONÇA DOS SANTOS Prefeito do Município de Tuneiras do Oeste. Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Anexo I da Lei nº 069, de 10 de

Art. 1º - A Servidora ISABELE BRASIL DA SILVA, portadora do CPF nº 108.***.***-18, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 20H, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE ENGENHARIA E URBANISMO, tendo optado pela remuneração contratual do cargo comissionado, conforme a Lei Complementar nº 069, de 10 de janeiro de 2011, alterada pela Lei Complementar nº 008, de 10 de setembro de 2014, com subsídios fixados símbolo CC-26, do Anexo III desta Lei, a partir de 16 de julho de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revoga **PUBLIQUE-SE**

CUMPRA-SE Tuneiras do Oeste, 15 de julho de 2025. GUERINO MENDONÇA DOS SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÉ

ESTADO DO PARANÁ TERMO ADITIVO 01 REF. AO CONTRATO N°. 36/2024 FIRMADO EM 14/06/2024, ENTRE O MUNICÍPIO DE XAMBRÊ E COTA CERTA ENGENHARIA LTDA.

Concorrência Pública nº 02/2023. Pelo presente Termo Aditivo, o MUNICÍPIO DE XAMBRÊ, Pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ nº 76.247.360/0001-54, com sede administrativa na Av. Roque Gonzales, 480, en NAMBRÉ – PR, neste ato representado por DECIO JARDIM, brasileiro, casado, agente político portador da cédula de identidade RG nº 725.366-4 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 209.220.949-34 esidente e domiciliado neste Município de Xambrê – Estado do Paraná doravante denor CONTRATANTE, e a empresa COTA CERTA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob no 49.974.519/0001-60, com sede a RUA BRAZ IZELLI № 501, Parque Cidade Industrial Felizardo Meneguetti, Maringá –PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por Sr^o JOSÉ ADEMIR DE CARVALHO, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 6.001.853-7/PR, e inscrito no CPF sob nº 864.475.489-00, resolvem, de comum acordo, aditar o

contrato nº. 36/2024, firmado em 14 de junho de 2024, nos seguintes termos: Cláusula Primeira: Fica prorrogado o prazo de execução do contrato para mais 270 (duzen setenta) dias, a contar do dia 13/03/2025.

Clausula Segunda: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar do dia 16/06/2025.

Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas Xambrê, 12 de março de 2025. DECIO JARDIM

Prefeito Municipal de Xambrê COTA CERTA ENGENHARIA LTDA

TESTEMUNHAS

DAVI I FITE DA SII VA COQUEIRO CPF: 084.312.259-55

DORIVAL PEREIRA DA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRE

ESTADO DO PARANÁ EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº30/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAMBRÊ CONTRATADO: P H SANCHEZ PRODUÇÕES LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para serviço de Show Artístico no Município de Xambrê, em 25 de julho de 2025, nas festividades de aniversário da cidade, contratando-se a dupla PEDRO SANCHEZ E THIAGO através da empresa P.H SANCHEZ PRODUÇÕES LTDA/P.S.T PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.. VIGÊNCIA: 14/07/2025 à 14/07/2026

VALOR TOTAL: R\$75.000,00 FUNDAMENTAÇÃO: Inexigibilidade nº 8/2025, homologada em 14/07/2025.

DECIO JARDIM Prefeito Municipal de Xambrê

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°31/2025 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAMBRÊ

CONTRATADO: JOIA RARA PRODUÇOES MUSICAIS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para serviço de Show Artístico no Município de Xambrê, em 26 de julho de 2025, nas festividades de aniversário da cidade, contratando-se a dupla FELIPE E FALCÃO através da empresa JÓIA RARA PRODUÇÕES MUSICAIS EIRELI - EPP. VIGÊNCIA: 14/07/2025 à 14/07/2026 VALOR TOTAL: R\$88,000.00

FUNDAMENTAÇÃO: Inexigibilidade nº 9/2025, homologada em 14/07/2025. **DECIO JARDIM** Prefeito Municipal de Xambrê



MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE ESTADO DO PARANÁ

1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 076/2024

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Santa Catarina, 409, Centro, Paço Municipal, nesta cidade, inscrito no CNP1/MF sob o nº 76.247.329/0001-13, neste ato representado pelo 6.058.981-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF no 883.782.099-20, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **JAIR SCHLEICHER**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **04.984.813/0001-14**, com estabelecimento à Rua Minas Gerais, S/Nº, Centro, na cidade de Tuneiras do Oeste - PR. com telefone de contato (44) 99938-2251, representada neste ato por **Jair Schleicher**, brasileiro, empresário, portador(a) da CI/RG SESP/SC inscrito(a) no CPE/ME nº 004.635.179-54, doravante denominada CONTRATADA tem entre si justo e acertado o presente TERMO ADITIVO DO CONTRATADA,
ADMINISTRATIVO Nº 076/2024, oriundo do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2024 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2024), com as seguintes condições:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto o aditivo de prorrogação do prazo de vigência do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 076/2024, bem como o aditivo de até 25% (vinte e cinco por cento) de itens oriundo do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2024, considerando a vantajosidade à Administração Pública e observando a viabilidade técnica e econômica da contratação no que diz respeito a economia de recursos, agilidade, centralização dos serviços e principalmente dar continuidade ao objeto licitado

2.0 CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ITENS ADITIVADOS

2.1 Com a alteração nas quantidades inicialmente contratadas, o valor do Contrato passa de **R\$363.670,20** (trezentos e sessenta e três mil seiscentos e setenta reais e vinte centavos) para **R\$428.414,95** (quatrocentos e vinte e oito mil quatrocentos e quatorze reais e noventa e cinco centavos), considerando o acréscimo de **R\$64.744,75** (sessenta e quatro mil setecentos e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) referente ao aditivo de até 25% dos itens, conforme tabela abaixo:

Quant. Valor Unit.

Item	Especificação	Unid.	Marca	Adit.	(R\$)	Adit. (R\$)
02	MOTOR SUBMERSO REBOBINÁVEL 4", 5 CV, TRIFÁSICO, 220 V	UN	LEAO	1	4.629,78	4.629,78
04	MOTOR SUBMERSO REBOBINÁVEL 4", 3 CV, MONOFÁSICO, 254 V	UN	LEAO	1	4.189,93	4.189,93
08	BOMBEADOR C/ DISCO DE INOX 4", 09 ESTÁGIOS, VAZÃO 13M3/H, C/ 83,2 MCA	UN	LEAO	1	3.621,98	3.621,98
09	PAINEL DE COMANDO C/ CAIXA METÁLICA 3 CV, MONOFÁSICO, 254 V	UN	LEAO	1	2.577,29	2.577,29
10	PAINEL DE COMANDO C/ CAIXA METÁLICA 5 CV, MONOFÁSICO, 254 V	UN	LEAO	1	2.248,62	2.248,62
11	PAINEL DE COMANDO C/ CAIXA METÁLICA 5 CV, TRIFÁSICO, 220 V	UN	LEAO	1	2.337,05	2.337,05
12	PAINEL DE COMANDO C/ CAIXA METÁLICA 7 CV, TRIFÁSICO, 220 V	UN	LEAO	1	2.402,00	2.402,00
13	TUBO FG 1 1/4 DIN 2440	METRO	HIPERFORT	75	73,72	5.529,00
14	LUVA FG 1 ¼	UN	HIPERFORT	20	28,77	575,40
15	CABO CONDUTOR FLEXÍVEL PP 3X6MM	METRO	PW	45	25,60	1.152,00
16	MOTOR À ÁGUA MONOFÁSICO 2 CV, 254 V	UN	LEAO	1	3.414,40	3.414,40
18	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE MOTOBOMBA	UN	HIDROSUL	7	565,70	3.959,90

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE	UN	HIDROSUL	-	2 454 27	45 000 50
INSTALAÇÃO DE PAINEL DE COMANDO			/	2.154,37	15.080,59
TUBO GEOMECÂNICO 4"	METRO	HIPERFORT	07	120.02	12.095.61
REVESTIMENTO			0/	139,03	12.095,01
TUBO GEOMECÂNICO 4" FILTRO	METRO	HIPERFORT	12	77,60	931,20
	TUBO GEOMECÂNICO 4" REVESTIMENTO	INSTALAÇÃO DE PAINEĹ DE COMANDO TUBO GEOMECÂNICO 4" METRO REVESTIMENTO	INSTALAÇÃO DE PAINEĹ DE COMANDO TUBO GEOMECÂNICO 4" METRO HIPERFORT REVESTIMENTO	INSTALAÇÃO DE PAINEĹ DE COMANDO TUBO GEOMECÂNICO 4" METRO HIPERFORT 87	INSTALAÇÃO DE PAINEL DE COMANDO TUBO GEOMECÂNICO 4" METRO HIPERFORT 87 139,03 REVESTIMENTO 87 139,03

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO ADITIVADO: 3.1 O prazo de vigência do **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 076/2024**, que findaria em 18 de julho de 2025, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, passando a findar em 18 de

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: 4.1 A alteração contratual a qual se refere o presente Termo Aditivo, se faz com base no artigo na Lei nº 14.133/2021, Cláusula Quarta, Parágrafo 4º e Cláusula Quinta do CONTRATO

ADMINISTRATIVO Nº 076/2024.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO: 5.1 Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições avençadas anteriormente no Contrato no

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento e na presença de 2 (duas) testemunhas

Tuneiras do Oeste, 08 de julho de 2025

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE Guerino Mendonca dos Santos Prefeito Municipal Contratante

JAIR SCHLEICHER Representante Legal Contratada

Testemunhas

Nome: Patrícia Barbato R.G.: 7.370.550-9 SSP/PR Nome: Diego Silva dos Santos R.G.: 13.326.406-0 SSP/PR

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE ESTADO DO PARANÁ



AVISO DE SESSÃO PÚBLICA Nº 02, DE CONTINUIDADE DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2025

O Município de Tuneiras do Oeste, através do Agente de Contratação nomeado pela Portaria nº 158/2025, no uso de suas atribuições legais torna público aos interessados que, em decorrência da necessidade de prosseguimento do processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2025 (P. A. Nº 058/2025), que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA MANUAL DE BOCAS DE LOBO, BUEIROS, GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS E SARJETAS, DE FORMA CONTÍNUA, EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE, fica agendada a realização de sessão pública para continuidade de julgamento dos documentos de habilitação e das propostas de preços, para o dia **17/07/2025, às 08h30min**, na Sala de Licitações, situada no Paço Municipal, na Rua Santa Catarina, 409 — Centro, CEP 87450-000, em Tuneiras do Oeste, sendo que maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone 44-3653-1301, através do acesso ao link do Portal da Transparência no site www.tuneirasdooeste.pr.gov.br, ou através do e-mail

Tuneiras do Oeste, 15 de julho de 2025.

Diego Silva dos Santos Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL

DE XAMBR**Ê**

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO № 117/2025

Homologo o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao **Pregão eletrônico** $n^{\rm o}$ **25/2025**

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAMBRÊ, Estado do Paraná, no uso de suas

atribuições legais

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas Pregão eletrônico nº 25/2025, conforme "Ata de Sessão pública", objetivando a Necessidade de compra de materiais para atender ao Programa Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde no Paraná - ProVigiA-PR, o qual atende a todos os setores da

Razão social	CNPJ	Valor homologado
59.016.650 PEDRO ALDO LEMOS	59.016.650/0001-78	R\$1.028,00 (um mil e vinte e oito reais)
BLUSAFE EQUIPEMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL LTDA	36.091.140/0001-60	R\$ 3.079,66 (três mil, setenta e nove reais e sessenta e seis centavos)
EJM MEDSERVICE LTDA	13.395.341/0001-55	R\$ 3.145,77 (três mil, cento e quarenta e cinco reais e setenta e sete centavos)
NB CONSULTORIA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA	38.259.243/0001-11	R\$ 1.453,95 (um mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e noventa e cinco centavos)
COMERCIAL APP COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA	49.353.698/0002-07	R\$ 3.740,00 (três mil, setecentos e quarenta reais)
LEV INDUSTRIAL LTDA	52.795.852/0001-16	R\$ 17.266,67 (dezessete mil, duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)
VERTICAL TENDAS LTDA	53.677.483/0001-20	R\$ 2.611,66 (dois mil e seiscentos e onze reais e sessenta e seis centavos)
TOTAL GERAL	•	R\$ 32.325,71 (trinta e dois mil e trezentos e vinte e cinco reais e setenta e um centavos)

Art. 2º. Fica o setor competente autorizado a elaborar o contrato/ata de registro de preços, conforme edital, depois de cumpridas todas as formalidades legais Xambrê/PR, 15 (quinze) de julho de 2025.

> **DECIO JARDIN** Prefeito do Município de Xambrê



PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 118/2025 Homologo o julgamento proferido pela Agente de contratação e

equipe de apoio sobre a Concorrência eletrônica nº 01/2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE XAMBRÊ, Estado do Paraná.

 ${\bf Art.~1^o.~Fica~homologado~o~julgamento~proferido~pelo~Agente~de~contratação~e~equipe~de~apoio,~Concorrência~eletrônica~n^o~01/2025~-~PMX,~objetivando~a}$ contratação de empresa especializada em engenharia para a realização da construção da Etapa 2 da Construção do Muro do Cemitério Municipal de Xambrê-PR, através da contratação da empresa JF COMERCIO DE TINTAS LTDA nº 50.729.121/0001-47, no valor de R\$ 74.900.00 (SÉTENTA E QUATRO MIL E NOVECENTOS REAIS.)

Art. 2º. Fica o setor competente autorizado a elaborar o contrato conforme edital, depois de cumpridas todas as formalidades legais.

Xambrê/PR, 15 (quinze) de julho de 2025.

DECIO JARDIM Prefeito do Município de Xambrê

PREFEITURA MUNIC.SAO JORGE DO PATROCINIO - PR RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

	SALDO DO	SALDO DO EXERCÍO	CIO DE
DÍVIDA CONSOLIDADA	EXERCÍCIO	Até o 1º	Até
	ANTERIOR	Semestre	Sem
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.355.697,84	1.265.438,86	
Dívida Mobiliária	-	-	
Dívida Contratual	1.355.697,84	1.265.438,86	
Empréstimos	-	-	
Internos		-	
Externos		-	
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	_	
Financiamentos	1.161.746,19	1.085.234,28	
Internos	1.161.746.19	1.085.234.28	
Externos	-	-	
Parcelamento e Renegociação de dívidas	193.951,65	180.204,58	
De Tributos	193.951.65	180.204.58	
De Contribuições Previdenciárias	-	-	
De Demais Contribuições Sociais	_	_	
Do FGTS	_	_	
Com Instituição Não Financeira	_	_	
Demais Dívidas Contratuais	_	_	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	_	_	
Outras Dívidas	_	_	
DEDUÇÕES (II)	7.754.027.04	9.029.432.45	
Disponibilidade de Caixa¹	7.754.027.04	9.029.432.45	
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.754.027.04	9.206.071.17	
(-) Restos a Pagar Processados	7.704.027,04	0.200.071,17	
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		176.638.72	
Demais Haveres Financeiros		170.000,72	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	- 6.398.329.20	(7.763.993,59)	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	51.831.611,12	51.771.301,45	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-			
(-) Fransierencias obrigatorias da União relativas as emendas individuais (art. 100- A, § 1º, da CF) (V)	1.147.712.00	197.712.00	
A, § 1 , da Ci) (v)	1.147.712,00	187.7 12,00	\vdash
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE			
ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	50.683.899,12	51.573.589,45	
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	2,67	2,45	
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-12,62	(15,05)	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <240,00%>	60.820.678,94	61.888.307,34	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <216,00%>	54.738.611.05	55.699.476.61	

	SALDO DO	SALDO DO EXERCÍO	CIO DE 2025
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	EXERCÍCIO	Até o 1°	Até o 2°
	ANTERIOR	Semestre	Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000		-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/20002 (Não incluídos na DCL)	-	-	-
PASSIVO ATUARIAL	80.605.992,52	105.764.672,49	-
RP NÃO-PROCESSADOS	2.027.748,86	1.168.673,94	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-	-
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	-	-	-

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não

to ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foi

PREFEITURA MUNIC.SAO JORGE DO PATROCINIO - PR

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO DE 2025 RGF - ANEXO 3 (LRF.art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º)

·	SALDO DO	SALDO DO EXE	RCÍCIO DE 2025
GARANTIAS CONCEDIDAS	EXERCÍCIO	Até o 1º	Até o 2º
	ANTERIOR	Semestre	Semestre
AOS ESTADOS(I)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
AOS MUNICÍPIOS (II)		-	
Em Operações de Crédito Externas		-	
Em Operações de Crédito Internas	-	-	
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(V)=(I+II+III+IV)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(VI)	51.826.263,48	51.771.301,45	
(-)Transferências obrigatórias da União relativas as	1.147.712,00	197.712,00	
emendas individuais (art. 166-A, §1°, da CF)(VII)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA C	50.678.551,48	51.573.589,45	
DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)			
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTA	-	-	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO	11.401.777,97	11.389.686,32	
SENADO FEDERAL 22%			
LIMITE DE ALERTA	10.261.600,17	10.250.717,69	-
(inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 19,80%			
	SALDO DO	SALDO DO EXE	DOIGIO DE 2025
CONTRACADANTIAC DECEDIDAC	EXERCÍCIO		
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	EXERCICIO	Até o 1°	Até o 2°

	SALDO DO	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025			
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	EXERCÍCIO	Até o 1º	Até o 2°		
	ANTERIOR	Semestre	Semestre		
DOS ESTADOS (IX)					
Em Garantia às operações de Crédito Externas					
Em Garantia às operações de Crédito Internas					
DOS MUNICÍPIOS (X)		-			
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-			
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-			
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)					
Em Garantia às operações de Crédito Externas					
Em Garantia às operações de Crédito Internas					
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGR	AMAS (XII)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(XIII)=(IX-	-	-			

PREFEITURA MUNIC. SAO JORGE DO PATROCINIO - PR RELATORIO DE GESTAO FISCAL DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇOES DE CREDITO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO DE 2025

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R\$ 1,00
	VALOR RE	EALIZADO
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	No Semestre	Até o Semestre
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	140.153,34	140.153,34
Interna	140.153,34	140.153,34
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (I)	140.153,34	140.153,34
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação¹ (II)	-	-
TOTAL (III)	140.153,34	140.153,34

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	51.771.301,45	-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§13, art. 166 da CF) (V)	197.712,00	-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMEN	51.573.589,45	-	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	-	-	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (III	-	-	
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS	8.251.774,31	16,00	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	7.426.596,88	14,40	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARÁ AS OPERAÇÕES DE CRÉ ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.610.151,26	7,00	
	VALOR RE	ΔΙ ΙΖΔΠΟ	
OUTDAS ODERAÇÕES QUE INTECRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR RE	ALIZADO	

LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	7.426.596,88	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉ	3.610.151,26	7,00
ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
	VALOR RI	EALIZADO
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	No Semestre	Até o Semestre
Parcelamento de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas		I

Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja marger sponível nos limites.

DAYANE GOUVEIA OCHMAN



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2025 **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PRONTAS (BUFFET LIVRE, MARMITEX E LANCHES) EM ESTABELECIMENTO PRÓPRIO NA CIDADE DE TUNEIRAS DO OESTE, COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE.

CONTRATADA: LF RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 41.850,00 (Quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta reais).

FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR. Tuneiras do Oeste, em 09 de julho de 2025.

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE Guerino Mendonça dos Santos Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

RESUMO DE CONTRATOS CONTRATO DE COMPRA Nº 151/2025 - PMU

Contratante: Município de Umuarama Contratada: D&B INFORMATICA COMERCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA OBJETO: Aquisição de impressoras 3D, Tela Interativa e sistema de videoconferência, para instalação no Parque Tecnológico, com recursos do Convênio SEI nº 005/2023. Vigência: 09/07/2025 a 09/07/2026.

Valor: R\$ 13.718.37 (Treze mil setecentos e dezoito reais e trinta e sete centavos): Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2025/01/40, no Processo de Licitatório nº 017/2025, homologado pela Portaria Nº, 1.784 em 07 de julho de 2025, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, de 09 de julho de 2025, edição nº 13.358, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016 e do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis. CONTRATO DE COMPRA Nº 148/2025 - PMU

Contratante: Município de Umuarama
Contratada: MP COMERCIO VAREJISTA LTDA

OBJETO: Aquisição de bicicletas destinadas à premiação das atividades esportivas, recreativas e culturais, bem como ao III Passeio Ciclístico da Juventude, promovido pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Centro da Juventude Agnaldo Mackert Barbosa. Vigência: 07/07/2025 a 07/07/2026.

Valor: R\$ 12.978,00 (doze mil, novecentos e setenta e oito reais); Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2025/04/480, no Processo de Dispensa Eletrônica de Licitação nº 016/2025, homologado pela Portaria nº. 1.752 em 03 de julho de 2025, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, de 04 de julho de 2025, edição nº 13.354, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 75, inciso II; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto

CONTRATO DE COMPRA Nº 142/2025 - PMU

Municipal nº 303/2022 e demais legislações aplicáveis.

Contratante: Município de Umuarama Contratada: ROY SAMIR CHAWICHE - ME

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de material esportivo (bolas) a serem utilizadas nas diversas modalidades esportivas, ofertadas pela Secretaria de Esportes

e Lazer - SMEL. Vigência: 03/07/2025 a 03/07/2026.

Valor: R\$ 8.760,00 (oito mil setecentos e sessenta reais);

Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2025/03/366, no Processo de Licitatório n.º 026/2025, homologado Pela Portaria nº. 1.721 em 27 de junho de 2025, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, de 28 de junho de 2025, edição nº 13.349, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complem nº 123/06, 147/2014 e 155/2016 e do Decreto Municipal nº 303/2022 e demais legislaçõe:

aplicáveis Umuarama, 15 de julho de 2025 CLEBER BOMFIM Secretário de Administração



AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 611 - FONE (44) 3677-1366 CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

LEI COMPLEMENTAR Nº 154 DE 15 DE JULHO DE 2025.

Revoga o §1º do art. 65 da Lei Complementar 119 de 14 de fevereiro de 2022. Altera o art. 121 da Lei Complementar 120 de 14 de fevereiro de

A CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA/PR aprovou e eu sanciono a presente Lei

Art. 1º - A Lei Complementar 119 de 14 de fevereiro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"§3º - Os empregados públicos estáveis têm direito à estabilidade excepcional do art. 19 da ADCT, com aplicação exclusiva do regime da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo-lhes inaplicáveis quaisquer direitos do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, titulares de cargo efetivo".

Art. 2º - A Lei Complementar 120 de 14 de fevereiro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12<mark>1. Os</mark> empregados públicos estáveis têm direito à estabilidad<mark>e exc</mark>epcional do art. 19 da ADCT, com aplicação exclusiva do regime da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo-lhes inaplicáveis quaisquer direitos do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, titulares de cargo efetivo" (NR)

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Tapejara/PR,15 de Julho de 2025.

RONALDO ADRIANO VILAS Prefeito Municipal

TERMO DE DESISTÊNCIA DE CONVOCAÇÃO

MARCOS ANTONIO MOREIRA DE SOUZA, portador de CPF/MF nº 048.852.699-03, residente e domiciliado na Rua Geraldo Bersano n.º 43 Jardim Império do Sol, no município de Cianorte/Pr., candidato aprovado no Concurs Público, instituído pelo Edital de Concurso nº 001, de 03 de agosto de 2022, con Homologação do resultado final divulgado através do Edital nº 008 de 21 de novembr de 2022, para o cargo de Educador Social, tendo em vista recebido a convocação par preencher a vaga ora existente, de acordo com o Edital n.º 009 de 09 de junho de 2025 publicado no Jornal Umuarama Ilustrado em 10 de junho de 2025, mui respeitosamente vem a presença de Vossa Excelência, **DESISTIR** da vaga ora oferecida, em caráte

Ciente do teor da desistência firmo a presente, para surtir o jurídicos e legais efeitos.

Tapejara-PR, em 30 de junho de 2025.





PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE **ESTADO DO PARANÁ**

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 099/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PRONTAS (*BUFFET* LIVRE, MARMITEX E LANCHES) EM ESTABELECIMENTO PRÓPRIO NA CIDADE DE TUNEIRAS DO OESTE, COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE.

CONTRATADA: RESTAURANTE E CHURRASCARIA SABOR BRASILEIRO LTDA

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 172.795,00 (Cento e setenta e dois mil, setecentos e noventa e cinco reais).

FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR.

Tuneiras do Oeste, em 09 de julho de 2025.

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE Guerino Mendonça dos Santos Prefeito Municipal



ACESF - ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS CNPJ.: 80.897.101/0001-46 | I.E.: ISENTA Av. Gov. Parigot de Souza, nº 2710 - Centro - CEP 87503-410

Fone/fax: (44) 3622-5878 - E-mail: acesf@umuarama.pr.gov.br EDITAL DE REVOGAÇÃO DE CONCESSÃO Nº 002/2025

com fundamento no artigo nº 30 do decreto municipal nº 340/2019, em conformidade com a lei municipal nº 1466/90 (art. nº2 parágrafo IV), revoga as concessões de uso das sepulturas abaixo relacionadas localizadas na atual quadra "8" do Cemitério Municipal de Umuarama-PR, que foram julgadas em estado de abandono e/ou ruína, constatadas por auto, concedido o prazo legal de 90 (noventa) dias para a devida regularização a partir do dia 09/04/2025 conforme Edital de Convocação Nº 1 e notificações Publicadas no Diário Oficial do Município de Umuarama na mesma data e com prazo final em 08/07/2025, no qual não foram providenciadas pelos concessionários, deste modo impõe-se a reversão das referidas sepulturas em favor do Município de

A ACESF - Administração de Cemitérios e Serviços Funerários de Umuarama

Concessão Quadra Lote Quadra Lote Não Identificado Não Identificado 3233/2020 Não Identificado 109 Não Identificado Não Identificado 193

Concessionário

Umuarama-PR, 14 de Julho de 2025.





SECRETARIA **ADMINISTRAÇÃO**

RESUMO DE TERMOS ADITIVOS

TERMO ADITIVO 003 REFERENTE A ATA Nº 001/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO 067/2023

Contratada: AUTO PEÇAS SÃO PAULO LTDA Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de tiba Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 09 de outubro de 2025. Cláusula Segunda: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária: 10.001.15.452.0006.2.025. – ED: 3.3.90.30.00.00. – D: 425 – F: 511 10.001.15.452.0006.2.025. – ED: 3.3.90.30.00.0 – D: 426 – F: 1000 19.001.12.122.0015.2.214. – ED: 3.3.90.30.00.00. – D: 1002 – F: 107

TERMO ADITIVO 004 AO CONTRATO Nº 266/2023 - PMU

Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ/CIEE/PR

Cláusula Segunda: Fica alterado o valor mensal do presente contrato, passando para R\$ 501.442,92

Quinhentos e um mil quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos), corrigido pelo IPCA do período de 01/2024 a 12/2024 (4,83%), perfazendo o valor deste termo em Até R\$ 6.517.514.96 (seis milhões quinhentos e dezessete mil quinhentos e quatorze reais e noventa e seis centavos). Passando e atualizando o valor total deste contrato de até R\$ 12.297.788.42 (doze milhões duzentos e noventa e seis centavos) e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos), para R\$ 18.815.303,38 (dezoito milhões oitocentos e quinze mil trezentos e três reais e trinta e oito centavos)

Item	Descrição	Taxa administrativa (%)	Valor mensal estimado para Contratação (incluido valor da taxa administrativa)	Valor Total estimado para Contratação (12 MESES + valor do Recesso)
01	Contratação de empresa, com a finalidade de concessão de estágios supervisionados a estudantes da educação superior, do ensino médio, da educação profissional de ensino médio, técnico e escolas da educação escolas da educação especial, na Prefeitura Municipal de Umuarama – PR, seus fundos, fundações e autarquias.	Máxima de 0,67% (zero vírgula sessenta e sete por cento).	Até R\$ 501.347,30	Até R\$ 6.517.514,96
	VALOR GLOBAL			R\$ 6.517.514,96

sira: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária: 02 001.04.122.0002.2.003. ED:3.3.90.39.00.00 - D:15 - F:1000 03.001.04.131.0002.2.008. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:56 - F:1000 04.001.04.122.0002.2.009. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:53 - F:1000 05.001.04.122.0002.2.007. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:70 - F:1000 06.001.04.122.0002.2.012. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:102 - F:1000 06.001.04.122.0002.2.012. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:102 - F:1000 07.001.04.123.0002.2.018. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:130 - F:1000 07.001.04.123.0002.2.019. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:130 - F:1000 07.001.04.129.0002.2.017. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:153 - F:1000

24.001.16.122.0004.2.994. • ED:33.90.39.00.00 • D:1514 • F:1000
08.001.15.451.0005.2.099. • ED:33.90.39.00.00 • D:183 • F:1000
09.001.15.452.0006.2.077. • ED:33.99.39.00.00 • D:399 • F:511
0.001.15.452.0006.2.077. • ED:33.90.39.00.00 • D:477 • F:1000
11.001.21.122.0007.2.038. • ED:33.90.39.00.00 • D:477 • F:1000
12.001.20.122.00012.2.038. • ED:33.90.39.00.00 • D:477 • F:1000
12.001.20.122.00012.2.036. • ED:33.90.39.00.00 • D:1615 • F:1000
13.001.08.122.00012.2.036. • ED:33.90.39.00.00 • D:615 • F:1000
13.001.08.243.0013.2.185. • ED:33.90.39.00.00 • D:695 • F:1000
13.001.08.244.0014.2.199. • ED:33.99.39.00.00 • D:695 • F:1000
14.001.08.244.0014.2.199. • ED:33.99.39.00.00 • D:835 • F:1000
14.001.08.244.0012.2.321. • ED:33.90.39.00.00 • D:835 • F:1000
14.001.08.244.0012.2.322. • ED:33.90.39.00.00 • D:835 • F:1000
15.001.08.243.0013.2.182. • ED:33.90.39.00.00 • D:889 • F:1000
15.001.08.243.0013.2.182. • ED:33.90.39.00.00 • D:885 • F:1000
15.001.08.243.0013.2.182. • ED:33.90.39.00.00 • D:855 • F:1000
15.001.08.243.0013.2.182. • ED:33.90.39.00.00 • D:855 • F:1000
15.001.08.243.0013.2.182. • ED:33.90.39.00.00 • D:895 • F:1000
15.001.08.243.0013.2.252. • ED:33.90.39.00.00 • D:895 • F:1000
15.001.08.240.0012.2.065. • ED:33.90.39.00.00 • D:900 • F:1000 10.00 24.00 12.00 12.00 12.00 10.00 18.001.08.241.0012.21.93 - ED.33.90.39.00.00 - D.391 - F.1000 19.001.12.122.0015.21.00 - ED.33.90.39.00.00 - D.3991 - F.1040 19.001.12.361.0015.2045 - ED.33.90.39.00.00 - D.3995 - F.1040 19.001.12.361.0015.2047 - ED.33.90.39.00.00 - D.1050 - F.103 19.0011.2.361.0015.2047 - ED.33.90.39.00.00 - D.1050 - F.103 19.0011.2.361.0015.2047 - ED.33.90.39.00.00 - D.1066 - F.1040 19.0011.2.361.0015.2048 - ED.33.90.39.00.00 - D.1066 - F.1040 19.0011.2.365.0015.2048 - ED.33.90.39.00.00 - D.1066 - F.1040 19.0011.2.365.0015.2050 - ED.33.90.39.00.00 - D.1115 - F.1040 19.0011.2.365.0015.2050 - ED.33.90.39.00.00 - D.1115 - F.1040 19.0011.2.367.0015.2050 - ED.33.90.39.00.00 - D.11169 - F.1000 20.002.6125.001 - ED.33.90.39.00.00 - D.1169 - F.1000 20.002.6125.0017.6018 - ED.33.90.39.00.00 - D.1169 - F.509 21.00127.122.0019.2.163 - ED.33.90.39.00.00 - D.11461 - F.77 70.0011.01.20002.2.163 - ED.33.90.39.00.00 - D.1461 - F.77 70.0011.01.20.002.2.164 - ED.33.90.39.00.00 - D.1461 - F.77 70.0011.01.20.002.2.165 - ED.33.90.39.00.00 - D.1461 - F.77 90.011.01.20.002.2.164 - ED.33.90.39.00.00 - D.9 - F.1 90.001.09 122.0009.2.104 - ED.33.90.39.00.00 - D.9 - F.1

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO Nº 288/2024 - PMU Contratada: ASTRALE COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA

Clausula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 10 de janeiro de 2026.

Clausula Segunda: Fica aditado ao presente contrato o valor de R\$ 1.873.43 (um mil otiocente) estetuta e três reais e quarenta centavos), corrigido pelo IPCA do periodo de 06/2024 a 05/2025 (6.31964%), perfazendo o valor deste termo, conforme descrição abaixo. Passando e atualizando o valor total do presente contrato de R\$ 4.0636,65 (quarenta mil, seiscentos e trinta e seis reais de sessenta e cinco centavos), para R\$ 42.510,08

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.(R\$)	Valor Unit.(R\$) Corrigido	Valor Total(R\$)
01	Antiaderente de Pneus para rolo compactador, líquido, em forma de fluído, diluição máxima em água de no mínimo 1/20 para CBUQ convencional e 1/6 para CBUQ com polímero ou borracha, para aplicação através de reservatório automático com spray. Biodepardável com baixa toxidade	13	barril	R\$ 2.709,11	R\$ 2.853,22	R\$ 1.873,43

Frete incluso.			
 rasisivas i	 1	r	

Cláusula Terceira: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária: 08.002.15.451.0005.2.037. – ED: 3.3.90.30.00.00. – D: 271 – F: 1000

TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO Nº 203/2024 - PMU

Contratada: CONSTRUTORA I ONGUINI I TDA

ontrato o valor de R\$ 50.124,56 (cinquenta mil cento e vinte e Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 26 de setembro de 2025. Cláusula Segunda: Fica reduzido ao presente contrato o valor de R\$ 51.177,76 (cinquenta e um mil cento e setenta e sete reais e setenta e seis centavos), conforme planilha em anexo. passando e atualizando o valor total deste contrato de R\$ 1.489.000,00 (um milhão quatrocentos e oitenta e nove mil reais), para R\$ 1.437.822.24 (um milhão quatrocentos e trinta e sete mil oitocentos e vinte e dois reais e vinte e quatro

08.002.15.451.0005.2.037. - ED: 4.4.90.51.00.00 - D: 275 - F: 50084 Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato per

TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO Nº 201/2024 - PMU

Contratante: Município de Umuarama Contratada: ALUGALILA USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA CLÁUSULA PRIMEIRA: PRORROGA-SE O PRAZO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO PARA ATÉ 26 DE

CLÁUSULA SEGUNDA: FICA REDUZIDO AO PRESENTE CONTRATO O VALOR DE R\$ 65.791,08 (SESSENTA E CINCO MIL SETECENTOS E NOVENTA E UM REAIS E OITO CENTAVOS), CONFORME PLANILHA EM ANEXO. PASSANDO E ATUALIZANDO O VALOR TOTAL DESTE CONTRATO DE R\$ 1.798.000,00 (UM MILHÃO SETECENTOS E NOVENTA E OITO MIL REAIS), PARA R\$ 1.732.208,92 (UM MILHÃO SETECENTOS E TRINTA E DOIS MIL DUZENTOS E OITO REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS).

CLÁUSULA TERCEIRA: FICA ADICIONADA A SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 08.002.15.451.0005.2.037. – ED: 4.4.90.51.00.00 – D: 275 – F: 50084 CLÁUSULA QUARTA: AS DEMAIS CLÁUSULAS DESTE CONTRATO PERMANECEM INALTERADAS.

TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO Nº 202/2024 - PMU Contratada: ALUGALILA USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E SERVICOS LTDA

Contratada: ALUGALILA USINA DE ASPALTO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA
Cláusula Primeira: Proroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 26 de setembro de 2025.
Cláusula Segunda: Fica reduzido ao presente contrato o valor de R\$ 49,813,19 (quarenta e nove mil
otocentos e treze reais e dezenove centavos), conforme planilha em anexo. Passando e atualizando o valor
total deste contrato de R\$ 1.424.000,00 (um milhão quatrocentos e vinte e quatro mil reais), para R\$
1.374.186,81 (um milhão trezentos e setenta e quatro mil cento e oltenta e seis reais e oltenta e um centavos),
Cláusula Terceira: Fica adicionado a seguinte dotação orgamentária:
08.002.15.451.0005.2.037. – ED: 4.490.51.0.000 – D: 1686 – F: 50085
Cláusula Courta: As demais cláusulas deste contrato nemanecem inalteradas.

TERMO ADITIVO 003 REFERENTE A ATA Nº 004/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO 067/2023 Contratada: ROLEMAIS AUTO PECAS LTDA

la Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para la Segunda: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária: 10.001.15.452.0006.2.025. – ED: 3.3.90.30.00.00. – D: 425 – F: 511 10.001.15.452.0006.2.025. – ED: 3.3.90.30.00.00. – D: 426 – F: 1000 11.90.011.21.22.0015.2.214. – ED: 3.3.90.30.00.00. – D: 1002 – F: 107 Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato pe Data: 09/07/2025

Umuarama, 15 de julho de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

CLEBER BOMFIM

ESTADO DO PARANÁ

Altera a Portaria n.º 745 de 27 de fevereiro de 2025, que concedeu Função Gratificada de Direção e Chefia a servidora GISLAINE ALVES VIEIRA DE MARINS. O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais

Art. 1° Altera a Portaria n.º 745 de 27 de fevereiro de 2025, que concedeu Função Gratificada de Direção e Chefia a servidora GISLAINE ALVES VIEIRA DE MARINS, passando a vigorar com a

seguinte redação:
"Art. 1º Conceder a servidora GISLAINE ALVES VIEIRA DE MARINS, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.104.254-3 - SSP-PR, inscrita no CPF n° 046.785.849-78, nomeada em 01 de fevereiro de 2012, ocupante do cargo de carreira de Assistente Administrativo, pelo regime Estatutário. lotada na Secretaria Municipal de Fazenda, Função Gratificada de Direção e Chefia, simbolo FGD, com fundamento na alínea "a", do inciso II do Artigo 1° e item II do Anexo I, ambos da Lei Complementar nº 582 de 24 de fevereiro de 2025, para responder pelo cargo em comissão de Diretora de Arrecadação

e Fiscalização, a partir de 14/07/2025.". Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. PAÇO MUNICIPAL, aos 11 de julho de 2025. ANTONIO FERNANDO SCANAVACA

CLEBER BOMEIM ecretário Municipal de Administração

Publicações legais

PREFEITURA MUNIC. SAO JORGE DO PATROCINIO - PR $\,$ - PODER EXECUTIVO RELATORIO DE GESTAO FISCAL DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO DE GESTÃO FISCAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 1º SEMESTRE DE 2025 LRF, Art. 48 - Anexo 6 R\$ 1.00 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE 1.771.301,45 Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento 51.573.589,45 DESPESA COM PESSOAL % SOBRE A RCL AJUSTADA Limite Máximo (incisos LII e III. art. 20 da LRF) - 54.00% 27.466.122,30 54,00 Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30% Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 48,60% 26.092.816.19 48,60 VALOR ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA 6 SOBRE A RCL AJUSTADA DÍVIDA CONSOLIDADA Dívida Consolidada Líquida Limite Definido por Resolução do Senado Federa 61.888.307,34 GARANTIAS DE VALORES VALOR ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA % SOBRE A RCL AJUSTADA Total das Garantias Concedidas Limite Definido por Resolução do Senado Federal 11.389.686,32 22,00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO 6 SOBRE A RCL AJUSTADA Operações de Crédito Internas e Externas Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas 8.251.774,31 16,00 Operações de Crédito por Antecipação da Receita Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de 3.610.151,26 Crédito por Antecipação da Receita 7,00

DAYANE GOUVEIA OCHMAN

RONALDO TINTI

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a									
DECORES COM DECCOM								R\$ 1	
DECRECA COM DECCOAL	DESPESAS EXECUTADAS								
	(Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS								
DESPESA COM PESSUAL	Julho/2024	Agosto/2024	Setembro/2024	Outubro/2024	Novembro/2024	Dezembro/2024	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAI NÃO PROCESSADOS	
	Janeiro/2025	Fevereiro/2025	Março/2025	Abril/2025	Maio/2025	Junho/2025	(a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.182.581,19 2.168.371,89	2.150.499,77 2.239.881,02	2.167.271,45 2.275.979,70	2.185.093,82 2.338.900,99	2.126.312,83 2.375.094,27	4.119.991,55 2.326.687,64	28.656.666,12	-	
	1.833.036,28	1.794.704.85	1.809.309,01	1.809.278,37	1.755.862,22	3.428.304,15	23.794.553,05	-	
Pessoal Ativo	1.817.967,89	1.840.382,02	1.882.338,70	1.938.813,86	1.964.739,46	1.919.816,24			
Vencimentos, Vantagens e Outras	1.636.051,20	1.600.333,39	1.615.708,41	1.621.602,91	1.576.140,69	3.059.978,91	21.233.609,54	-	
Despesas Variáveis	1.617.353,36	1.635.585,84	1.677.310,97	1.726.646,78	1.753.797,89	1.713.099,19			
Obrigações Patronais	196.985,08	194.371,46	193.600,60	187.675,46	179.721,53	368.325,24	2.560.943,51	-	
- '	200.614,53	204.796,18	205.027,73	212.167,08	210.941,57	206.717,05	1 000 11		
Pessoal Inativo e Pensionistas	349.544,91 350.404,00	355.794,92 399.499,00	357.962,44 393.641.00	375.815,45 400.087,13	370.450,61 410.354.81	691.687,40 406.871.40	4.862.113,07	-	
	350.404,00 311.666.34	399.499,00 314.849.54	393.641,00 316.824.57	400.087,13 334.677.58	410.354,81 329.312.74	406.871,40 613.486.29	4.356.589.97		
Aposentadorias, Reserva e Reformas	350.404,00	357.260,00	351.402,00	356.480,70	365.766,31	354.459,90	4.300.309,97	•	
-	37.878,57	40.945,38	41.137,87	41.137,87	41.137,87	78.201,11	505.523,10	-	
Pensões		42.239,00	42.239,00	43.606,43	44.588,50	52.411,50			
Outras despesas de pessoal decorrentes de ontratos de terceirização ou de contratação le forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesa com Pessoal não Executada Orçame	-	-	-	-	-	-	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(II)(§ 1º do	416.821,51	421.098,38	448.948,06	465.258,11	457.830,02	814.714,59	5.784.482,65	-	
rt. 19 da LRF)	408.338,33	474.329,69	453.834,70	471.217,08	477.788,15	474.304,03			
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-		-	-	-	-	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		-	-	-	-	-	-	-	
Inativos e Pensionistas com Recursos	349.544,91	355.794,92	357.962,44	375.815,45	370.450,61	691.687,40	4.862.113,07	-	
Vinculados	350.404,00	399.499,00	393.641,00	400.087,13	410.354,81	406.871,40			
Agentes Comunitarios de Saude e de Combate às Endemias com Recursos	55.316,40	52.757,82	78.439,98	77.730,32	61.303,05	100.454,09	790.531,16	-	
Vinculados (CF art 198 \$11)	57.934,33	59.301,89	60.193,70	64.286,35	60.589,74	62.223,49			
Parcela dedutivel referente ao piso salanall do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT	11.960,20	12.545,64 15.528,80	12.545,64	11.712,34 6.843,60	26.076,36 6.843,60	22.573,10 5.209,14	131.838,41	÷	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-	-	=	=	-	-	-	
	1.765.759,68	1.729.401,39	1.718.323,39	1.719.835,71	1.668.482,81	3.305.276,96			
ESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.760.033,56	1.765.551,33	1.822.145,00	1.867.683,91	1.897.306,12	1.852.383,61	22.872.183,47	-	
APURAÇÃO DO CUM	IPRIMENTO DO LIMIT	E LEGAL			VALOR		% SOBRE A RO	CL AJUSTADA	
CEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)						51.771.301,45		-	
Transferências obrigatórias da União relativas às emen	das individuais (art. 16	6-A, §1°, da CF) (V)				197.712,00			
Transferências obrigatórias da União relativas às emen								-	
Transferências da União relativas à remuneração dos a 3, §11)(VII)	gentes comunitários o	te saude e de combate	as endemias (CF, art.			710.400,00		-	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)						-		-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁL VI - VII - VIII)	LCULO DOS LIMITES	DA DESPESA COM	PESSOAL (IX) = (IV -			50.863.189,45		-	
SPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIII	b)					22.872.183,47		44,	
MITE MÁXIMO (IX) (incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	,					27.466.122,30		54,	
	art. 22 da LRF)			27.466.122,30 26.092.816,19					

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados incritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a se

Nota:

AMARA MUNIC.SAO JORGE DO PATROCINIO - PR ELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL EMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL								
RÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JLHO/2024 A JUNHO/2025								
GF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")								R\$
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)							
				LIQUIDADAS	,			INSCRITAS EI
DESPESA COM PESSOAL	Julho/2024	Agosto/2024	Setembro/2024	Outubro/2024	Novembro/2024	Dezembro/2024	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RESTOS A PAG NÃO PROCESSADO (b)
ECDECA POLITA COM DECCOAL (I)	Janeiro/2025 80.689,07	Fevereiro/2025 80.689,07	Março/2025 79.178,93	Abril/2025 80.689,07	Maio/2025 80.689,07	Junho/2025 123.000,95	1.090.961,18	
ESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	130.801,67	87.044,67	87.044,67	87.044,67	87.044,67	87.044,67	200 201 21	
essoal Ativo	64.697,65 70.049,67	64.697,65 70.049,67	63.187,51 70.049,67	64.697,65 70.049,67	64.697,65 70.049,67	91.018,11 70.049,67	833.294,24	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas	58.843,89	58.843,89	57.458,43	58.843,89	58.843,89	73.719,12	737.868,75	
Variáveis	61.885,94 5.853.76	61.885,94 5.853.76	61.885,94 5.729.08	61.885,94 5.853.76	61.885,94 5.853.76	61.885,94 17.298.99	95.425,49	
Obrigações Patronais	8.163,73	8.163,73	8.163,73	8.163,73	8.163,73	8.163,73		
essoal Inativo e Pensionistas	15.991,42 60.752,00	15.991,42 16.995,00	15.991,42 16.995,00	15.991,42 16.995,00	15.991,42 16.995,00	31.982,84 16.995,00	257.666,94	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	60.752,00	-	10.883,00	10.995,00	-	-	-	
, possitiaudias, resolva e Naturias	-	-		-		31.982.84	257.666.94	
Pensões	15.991,42 60.752,00	15.991,42 16.995,00	15.991,42 16.995,00	15.991,42 16.995,00	15.991,42 16.995,00	31.982,84 16.995,00	257.555,94	
utras despesas de pessoal decorrentes de contratos terceirização ou de contratação de forma indireta (§ do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	
espesa com Pessoal não Executada çamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	
ESPESAS NÃO COMPUTADAS(II)(§ 1º do art. 19 da	15.991,42	15.991,42	15.991,42	15.991,42	15.991,42	31.982,84	257.666,94	
RF) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão	60.752,00	16.995,00	16.995,00	16.995,00	16.995,00	16.995,00		
Voluntária	-				-			
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	15.991,42 60.752.00	15.991,42 16.995.00	15.991,42 16.995.00	15.991,42 16.995.00	15.991,42 16.995.00	31.982,84 16.995.00	257.666,94	
Agentes Comunitanos de Saude e de Compate as Fndemias com Recursos Vinculados (CF art 198	- 1511110000	10.550,00	-	-	-	-	-	
Eliaerillas curi recursos virtualados (or, art. 150, 811)	-	-	-		-	- 1		
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-		_	-
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-		-			-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	64.697,65 70.049,67	64.697,65 70.049,67	63.187,51 70.049,67	64.697,65 70.049,67	64.697,65 70.049,67	91.018,11 70.049,67	833.294,24	-
APURAÇÃO DO CUMPR	MENTO DO LIMITE L	EGAL			VALOR		% SOBRE A RCL	AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas indivi	fuais (art 166-A 61° i	ta CF) (V)				51.771.301,45 197.712,00		-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de ba	ncada (art. 166, § 16 d	la CF) (VI)				-		-
 (-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes os §11)(VII) 	munitários de saúde e	de combate às endemia	as (CF, art. 198,			710.400,00		-
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)		FO.4. OOM DEGS - ::	mo my 1/ 1/2 :			-		-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DI VIII)	JS LIMITES DA DESP	ESA COM PESSOAL	(IX) = (IV - V - VI - VII -			50.863.189,45		-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb) LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I,II e III, art. 20 da LRF)						833.294,24 3.051.791,37		1,
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 d						2.899.201,80		5,
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da l						2.746.612.23		5,

CRC - 073749/O-4

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio - PR - Poder Executivo RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAF ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Janeiro a Junho 2025 RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" 1.750.276,1 RONALDO TINTI PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ RESUMO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO 003 AO CONTRATO N° 146/2022 Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: AZ LIFE CLINICA MEDICA LTDA

Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente

contrato para até 12 de julho de 2026. Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de até R\$

17.000,00 (dezessete mil reais) perfazendo o valor total anual do presente contrato em R\$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária: 70.001.10.301.0024.2.032 – ED:3.3.90.39.00.00 – D: 110 – F:001

70.001.10.301.0024.2.032 - ED:3.3.90.39.00.00 - D: 111 - F:303 Cláusula Quarta: Fica alterado a fiscal FRANCIMARA MARISE DE ALMEIDA CUSTODIO para o Sr. EDILSON RODRIGUES ALBUQUERQUE, inscrito no CPF sob nº 047.109.749-77, Enfermeiro da Secretaria Municipal de Saúde

Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecer inalteradas Data: 03/07/2025

TERMO ADITIVO 003 AO CONTRATO Nº 154/2022 Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: M P MANINI Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 12 de julho de 2026.

Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de até R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) perfazendo o valor total anual do presente contrato em R\$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil

reais). Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte

dotação orçamentária: 70.001.10.301.0024.2.032 - ED:3.3.90.39.00.00 - D: 110 - F:001 70.001.10.301.0024.2.032 – ED:3.3.90.39.00.00 – D: 111 – F:303 Cláusula Quarta: Fica alterado a fiscal FRANCIMARA MARISE DE ALMEIDA CUSTODIO para o Sr. EDILSON RODRIGUES ALBUQUERQUE, inscrito no CPF sob nº 047.109.749-77, Enfermeiro da Secretaria Municipal de Saúde

Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecen inalteradas.

Data: 03/07/2025

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO Nº 310/2024 Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE UMUARAMA E REGIÃO - ADEFIU

Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 09 de janeiro de 2026.

Cláusula Segunda Fica aditado ao contrato o valor de R\$ 1.956,66 (hum mil novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e seis centavos) parcela única, referente a Portaria GM/MS nº 6.464 de 30 de dezembro de 2024. Cláusula Terceira: Fica mantido o valor anual de R\$ 138 000 00

até R\$ 70.956.66 (setenta mil novecentos e cinquenta e seis rea e sessenta e seis centavos) referente a prorrogação para 6(seis meses e o repasse referente a Portaria GM/MS n° 6.464 de 30 de dezembro de 2024. Cláusula Quarta: O repasse da Portaria GM/MS nº6 464 de 30 de

(cento e trinta e oito mil reais), perfazendo o valor deste termo em

dezembro de 2024 é destinado às entidades sem fins lucrativos que possuem registro de produção ambulatorial no SIA/SUS no período de janeiro á Dezembro de 2023.

Cláusula Quinta: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:

70.001.10.302.0025.2.096 - ED:3.3.90.39.00.00 - D:195 - F:001 70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:196 – F:303 70.001.10.302.0025.2.096 - ED:3.3.90.39.00.00 - D:197 - F:494

70.001.10.302.0025.2.096 - ED:3.3.90.39.00.00 - D:199 F:70014 Cláusula Sexta: Fica incluída a seguinte cláusula ao contrato:

 O pagamento ao contratado será efetivado somente após o repasse do recurso financeiro pelo Fundo Nacional de Saúde conforme art. 3° da Portaria GM/MS n° 6.464 de 30 de dezembro de 2024.

Cláusula Sétima: Fica alterado o gestor para a Sra. CAROLINA MENDONÇA FELIX, inscrita no CPF n.º 049.459.929-40, Assistente Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde. E fica alterado o Fiscal para o Sr. FELIPE GUSTAVO CARDOZO GOMES, inscrito no CPF sob nº 081.189.689-79, Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula Oitava: As demais cláusulas deste contrato po Data: 08/07/2025

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO Nº 255/2024 Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: GOIOMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente

contrato para até 18 de junho de 2026. Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), perfazendo o valor deste termo em até R\$

27.000,00 (vinte e sete mil reais). Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte

dotação orçamentária: 70 001 10 302 0025 2 096 - FD:3 3 90 39 00 00 - D:195 - F:001 70.001.10.302.0025.2.096 - ED:3.3.90.39.00.00 - D:196 - F:303 70.001.10.302.0025.2.096 - ED:3.3.90.39.00.00 - D:197 - F:494 70.001.10.302.0025.2.096 - ED:3.3.90.39.00.00 - D:199

Cláusula Quarta: Fica alterado o gestor para a Sra. CAROLINA MENDONÇA FELIX, inscrita no CPF n.º 049.459.929-40, Assistente Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde. E

fica alterado o Fiscal para o Sr. FELIPE GUSTAVO CARDOZO GOMES, inscrito no CPF sob nº 081.189.689-79, Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecer inalteradas

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO Nº 021/2025 Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Data: 09/06/2025

Contratado: JULIA MARIA DA SILVA COSTA Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 13 de janeiro de 2026.

Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de até R\$ 3.282,00 (três mil, duzentos e oitenta e dois reais), perfazendo o valor total deste termo em R\$ 19.692,00 (dezenove mil, seiscentos e noventa e dois reais).

Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária: 70.001.10.301.0024.2.145 - ED:3.3.90.36.00.00 - D:138 - F:303

Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecen inalteradas Data: 11/07/2025

TERMO ADITIVO 003 AATA CONTRATO N° 002/2023 - PREGÃO 067/2023

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: AUTO PEÇAS SÃO PAULO LTDA

Secretário de Administração

Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 09 de outubro de 2025. Cláusula Segunda: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas. Data: 09/07/2025.

TERMO ADITIVO 003 AATA CONTRATO N° 004/2023 - PREGÃO

067/2023 Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: ROLEMAIS AUTO PEÇAS LTDA Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 09 de outubro de 2025.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas Data: 09/07/2025 Umuarama, 15 de julho de 2025. CLEBER BOMFIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

Nomeia os membros da Comissão de Contratação, e dá outras O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no

uso de suas atribuições legais; CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 4.706, de 09 de novembro de

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 157, de 17 de maio de 2024; CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 172, de 24 de maio de 2024; CONSIDERANDO a Comunicação Interna n.º 166, expedida pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, em 15 de julho

Art. 1º Ficam nomeadas para compor a Comissão de Contratação, as pessoas abaixo relacionadas

I - Representantes da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Inovação: a) Antonio Carlos Favaro, inscrito no CPF sob o nº.360,709,479-91

a) Altollio Carlos Favano, iliscilio GFT sob o nº. 089.858.319-50 II - Representantes da Secretaria Municipal de Fazenda: a) Clodoaldo Rogério Sarlo, inscrito no CPF sob o n.º 020.816.909

b) Anderson Martins Rocha inscrito no CPF sob o n.º 015.432.649-6 III- Representantes da Secretaria Municipal de Inovação, Ciência e

a) Edvaldo Ceranto Junior, inscrito no CPF sob o nº. 049.745.329-01; b) Paulo Leon Baraniuk, inscrito no CPF sob o n.º 577.111.359-94. Art. 2º Os membros respondem civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular das atribuições que lhe forem confiadas, estando

sujeitos às penalidades previstas nas normas em vigor. Art. 3° Fica revogado o Decreto n.° 177 de 28 de maio de 2024. Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da publicação PAÇO MUNICIPAL, aos 15 de Julho de 2025.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA

CLEBER BOMFIM Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ PORTARIA № 1.500/2025

Constitui Comissão Especial para avaliação e baixa de bens móveis obristitui obrisiado Especial para atentação de bana do como inservíveis de propriedade do Município de Umuarama.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no

uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 99, da Lei Orgânica Municipal; CONSIDERANDO a comunicação interna nº 164 de 23 de maio de

Art. 1º Fica constituída comissão especial para avaliação e a baixa dos bens móveis inservíveis de propriedade do Município de Umua

composta pelos seguintes membros: CAIO SIQUEIRA IOCOHAMA WANDERLEA DANTAS CORREA BARBOSA

VALVERLEIA INES DE ANDRADE SILVA RANK DE COUTO LOPES DAISAMARA PACHECO GANACIN MONTEIRO JOCILENE BERNADELI FURLANETO LUCIANA TEROEL AGUIAR

NILDA DO CARMO ROBERTO DIAS ZOCCAL FABIO MASSAMITSU SAKATA **DOUGLAS DIAS BORGES**

PAULO EDUARDO DE OLIVEIRA TIVERON

Art. 2º Considerar de relevância os serviços prestados pelos membros da Comissão ora constituída, porém, sem ônus ao Município. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 888, de 18 de abril de 2024. PAÇO MUNICIPAL, aos 26 de maio de 2025.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA Prefeito Municipal CLEBER BOMFIM

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ PORTARIA N° 1.848/2025 Exonera a nedido AMANDA CORDEIRO DOMINGUES LAZZARIM

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais; RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido AMANDA CORDEIRO DOMINGUES LAZZARIM, portadora da Cédula de Identidade 10.727.723-4 SESP-PR, inscrita no CPF nº 104.422.689-71, nomeada em 03 de fevereiro de 2025, ocupante do cargo em comissão Chefe de Divisão - CC no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 15 de julho de 2025, ficando revogada a portaria nº 426/2025. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 14 de julho de 2025. ANTONIO FERNANDO SCANAVACA

CLEBER BOMFIM

Secretaria Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 1.849/2025

Demitir a pedido VALDIRENE DE OLIVEIRA SILVA DE SOUZA
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais

Art. 1º Demitir a pedido, VALDIRENE DE OLIVEIRA SILVA DE SOUZA, portadora da Cédula de Identidade RG nº 007.472.869-57 SESP/PR inscrita no CPF nº 007.472.869-57, admitida em 01 de julho 2025 ocupante do emprego público de Auxiliar de Serviços Gerais- RAE regime administrativo especial - edital nº 128/2024, lotada no Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15 de julho de 2025 revogando o Extrato de Contrato de Trabalho nº 57/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. PAÇO MUNICIPAL, aos 14 de julho de 2025. ANTONIO FERNANDO SCANAVACA

Secretaria Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL **DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO**

PORTARIA Nº 355/2025 de 14 de julho de 2025. Alterar período concessivo de férias contido na Portaria nº 276/2025 e

O Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1º. CONCEDER com esteio no Inciso XVII do Art. 7º. da Constituição da República Federativa do Brasil, e Art. 95 da Lei Municipal nº. 410/93, § único do Art. 2º da Lei Municipal 929/2005, férias em favor do Servidor Público Sr. JOSÉ ANTÔNIO LOPES, brasileiro, Portador da Cédula de Identidade nº. 28.404.753-3 SSP/PR, ocupante de Cargo de Provimento Efetivo de Mecânico, Classe IX, Padrão GSG-IX, Lotado na seguinte Funcional Programática: Órgão: 03 – Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Unidade Orçamentária: 08 - Departamento de Transporte; Atividade: 2.038 -Manutenção e Encargos do Pátio Rodoviário; correspondente a 30

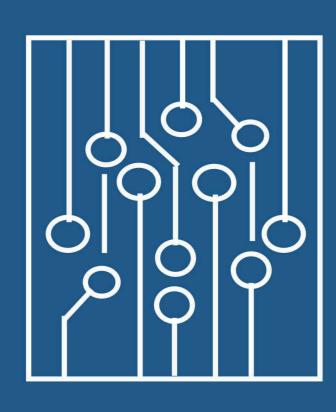
(trinta) dias regulamentares de férias, inerentes ao período aquisitivo de (Initia) dias legislarieria de la constanta de Constitucional a título de 1/3 de férias por meio de folha da competência

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

RONALDO TINTI

leis@ilustrado.com.br

PUBLICHE I STATE OF THE STATE O





EDIÇÃO DIGITAL

Assinado de forma digital pela EMPRESA JORNALISTICA UMUARAMA LTDA CNPJ: 04233582000107



3621-2501

www.ilustrado.com.br